

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE
PRODUÇÃO**

DANIELA DA GAMA E SILVA VOLPE MOREIRA DE MORAES

**POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, TRABALHO E
EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NA COLETA SELETIVA: O
CASO DA COOPERATIVA ACÁCIA EM ARARAQUARA (SP)**

SÃO CARLOS

2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE
PRODUÇÃO**

DANIELA DA GAMA E SILVA VOLPE MOREIRA DE MORAES

**POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, TRABALHO E
EMPREENHIMENTOS SOLIDÁRIOS NA COLETA SELETIVA: O
CASO DA COOPERATIVA ACÁCIA EM ARARAQUARA (SP)**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção da Universidade
Federal de São Carlos, como parte dos
requisitos para obtenção do Título de
Mestre em Engenharia de Produção.**

Orientador: Prof. Dr. Farid Eid

SÃO CARLOS

2011

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M827pp

Moraes, Daniela da Gama e Silva Volpe Moreira de.
Políticas públicas municipais, trabalho e
empreendimentos solidários na coleta seletiva : o caso da
cooperativa Acácia em Araraquara (SP) / Daniela da Gama
e Silva Volpe Moreira de Moraes. -- São Carlos : UFSCar,
2011.

140 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2011.

1. Economia solidária. 2. Políticas públicas. 3.
Cooperativas de catadores. I. Título.

CDD: 334.7 (20^a)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
Rod. Washington Luís, Km. 235 - CEP. 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil
Fone/Fax: (016) 3351-8236 / 3351-8237 / 3351-8238 (ramal: 232)
Email : ppgep@dep.ufscar.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluno(a): Daniela da Gama e Silva Volpe Moreira de Moraes

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DEFENDIDA E APROVADA EM 25/02/2011 PELA
COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dr. Farid Eid
Orientador(a) PPGE/UFSCar

Prof. Dr. Paulo Eduardo Gomes Bento
PPGE/UFSCar

Prof. Dr. Sérgio Azevedo Fonseca
UNESP

Prof. Dr. Roberto Antonio Martins
Coordenador do PPGE

DEDICATÓRIA

*Ao meu querido avô, Romeu Volpe,
pelo apoio irrestrito em todos os
momentos da minha vida.*

AGRADECIMENTOS

À minha família que sempre esteve ao meu lado:

Aos meus pais, Vera e Tadeu, pelo incentivo, amor e por abrirem mão da minha presença em alguns momentos para que esse trabalho fosse finalizado.

À minha irmã, Andrea, pelas leituras e por sempre me aturar.

Aos meus avós, Glória e Romeu, pelos valores que me ensinaram e pelo amor e carinho concedidos.

À minha prima, Deborah, pela amizade e carinho.

Ao meu namorado Lucas, pelas leituras, carinho e paciência.

Aos amigos que me acompanharam de alguma forma nessa caminhada: Ana Luísa, Marcela, Tati, Vanessa, Ana Maira, Kjuru, Lucila, Marília, Gabi, Gra, Renata, Gláucia, Maraíssa, Marcelo, Beraba, Bira, Pira, Carlos, André e Caio.

Ao Forta, por ter me acompanhado na primeira visita a cooperativa Acácia.

À Regina, por me incentivar a prestar a prova do mestrado.

À Malu, pelas leituras atentas e correções ortográficas.

À CAPES, pelo suporte financeiro para elaboração deste trabalho.

Aos professores que participaram da banca de qualificação e defesa, Prof. Dr. Sergio Azevedo Fonseca e Prof. Dr. Paulo Eduardo Gomes Bento, pelas recomendações para o aprimoramento deste trabalho.

Aos cooperados da Acácia, por me receberem em seu cotidiano. Agradeço, em especial, à Helena e ao David pelas conversas e entrevistas fundamentais a esta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós, pelos ensinamentos e dedicação.

Aos secretários do Programa de Pós, Raquel e Robson, por estarem sempre dispostos a solucionarem minhas dúvidas.

À UFSCAR, que possibilitou a realização deste mestrado.

E por fim, agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Farid Eid, pela orientação concedida, incentivo e pelo amadurecimento que obtive enquanto pesquisadora e pessoa.

RESUMO

A temática da economia solidária vem conquistando visibilidade crescente nos últimos anos. A economia solidária se apresenta como um movimento de resistência ao processo de precarização das condições de vida dos trabalhadores e tem seu referencial teórico em processo de construção. Os empreendimentos econômicos solidários, inicialmente apresentados enquanto tímida reação dos trabalhadores ao desemprego e deterioração das relações de trabalho, têm se mostrado um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda, possibilitando a continuidade coletiva de suas atividades, com relativa perspectiva de sobrevivência. A economia solidária apresenta como um dos fatores-chave para seu desenvolvimento a implantação de políticas públicas. Experiências de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis têm revelado uma estrita relação entre Estado e economia solidária. A Dissertação tem como objetivo geral analisar se a dinâmica nas relações entre as políticas públicas municipais e as experiências de cooperativas de catadores na coleta seletiva se dá no sentido de construção da autonomia dos trabalhadores ou de reprodução da dependência. Tal dinâmica é analisada a partir de quatro experiências de associações/cooperativas de catadores encontradas na literatura e de um estudo de caso realizado na Cooperativa Acácia, no município de Araraquara. Ainda que existam dificuldades em percebermos valores de autogestão e autonomia nas cooperativas analisadas, tais iniciativas têm proporcionado resultados de melhores condições de trabalho e de vida dos catadores em relação às suas atividades laborais anteriores, propiciando acesso a direitos sociais por meio do fortalecimento da capacidade de luta e reivindicação.

Palavras-chave: Economia Solidária. Políticas Públicas. Cooperativas de Catadores. Gestão de Empreendimentos Solidários na Coleta Seletiva.

ABSTRACT

The theme of solidary economy has gained increasing visibility in recent years. The solidary economy presents itself as a resistance movement to the process of precarious living conditions of workers and has its theoretical basis under construction. The solidary economic enterprises, initially presented as a timid reaction of workers to unemployment and deterioration of labor relations, have proven an efficient generator of work and income, allowing the continuity of their collective activities, with relative perspective of survival. The solidary economy has as one of the key factors for its development the implementation of public policies. Experiences of associations and cooperatives of collectors of recyclable materials have revealed a strict relationship between state and solidary economy. The main objective of this text is analyze if the dynamics in relations between public policies and the experiences of cooperatives workers on selective collection occurs in the sense of building workers autonomy or dependence. This dynamic is analyzed from four experiences of associations / cooperatives of collectors found in the literature and a case study held at the Cooperative Acacia, in the city of Araraquara. Although there are difficulties in notice values of self-management and autonomy in the studied cooperatives, these actions have provided better conditions of work and life of the collectors in comparison to their previous work activities, providing access to social rights by the strengthening of the claims capacity.

Keywords: Solidary Economy. Public Policies. Collectors Cooperatives. Management of Solidary Economic Enterprises of Selective Collection.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Representação do Campo da Economia Solidária no Brasil.....	52
FIGURA 2. Fluxograma dos processos de produção e trabalho da Acácia.....	98
FIGURA 3. Mapa da cidade de Araraquara com a divisão dos setores da coleta seletiva.....	99
FIGURA 4. Silo de Armazenagem.....	100
FIGURA 5. Motocana sendo operada.....	101
FIGURA 6. Motocana descarregando o material na esteira de triagem.....	101
FIGURA 7. Boca da esteira.....	102
FIGURA 8. Esteira de triagem.....	102
FIGURA 9. Material sendo prensado.....	105
FIGURA 10. Estoque dos fardos.....	106

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Motivos de criação dos EES.....	46
TABELA 2. Principais formas de organização na economia solidária.....	50
TABELA 3. Quantidade de material reciclável a ser coletado.....	97
TABELA 4. Número de cooperados e renda média mensal.....	107

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABICRED- Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas

ABRELPE- Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais

ADS- Agência de Desenvolvimento Solidário

ANTEAG- Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

ASMARE- Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte

BNCC- Banco Nacional de Crédito Cooperativo

BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNES- Conselho Nacional de Economia Solidária

CNUMAD- Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CONAES- Conferência Nacional de Economia Solidária

CONCRAB- Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

COOPAMARE- Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis de São Paulo

COOPERLIX- Cooperativa de Trabalhadores em Produtos Recicláveis de Presidente Prudente

COPPE- Centro de Pós-Graduação em Engenharia

CPA- Cooperativa de Produção Agropecuária

CTA- Companhia de Trólebus de Araraquara

CUT- Central Única dos Trabalhadores

DAAE- Departamento Autônomo de Água e Esgoto

DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DLIS- Programa de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável

DRS- Desenvolvimento Regional Sustentável

ECOSOL- Cooperativa de Crédito e Economia Solidária

EES- Empreendimentos Econômicos Solidários

EPI- Equipamento de Proteção Individual

EPS- Economia Popular Solidária

FAT- Fundo de Amparo ao Trabalhador

FASE- Federação de Órgãos para Assistência Educacional

FAPESP- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FBES- Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FCT- Faculdade de Ciências e Tecnologia

FENASCON- Federação Nacional dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Ambiental e Áreas Verdes

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

FNAS- Fundo Nacional de Assistência Social

FSM- Fórum Social Mundial

GT- Grupo de Trabalho

IBASE- Instituto Brasileiro de Análises Sócio- Econômicas

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICCO- Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento

IPTU- Imposto Predial Territorial Urbano

ITCP- Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

LEV- Locais de Entrega Voluntária

MCT - Ministério de Ciência e Tecnologia

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social

MMA- Ministério do Meio Ambiente

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTE- Ministério do Trabalho e Emprego

OAF- Organização e Auxílio Fraternal

ONG- Organização Não- Governamental

ONU- Organização das Nações Unidas

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

PAC- Projeto Alternativo Comunitário

PACS- Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

PEV- Ponto de Entrega Voluntária

PLANFOR- Plano Nacional de Qualificação Profissional

PNES- Plenária Nacional de Economia Solidária

PNRS- Política Nacional de Resíduos Sólidos

PPDLES- Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária

PRONAF- Programa Nacional da Agricultura Familiar

PRONINC- Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares

PRUDENCO- Companhia Prudentina de Desenvolvimento

RBSES- Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária

RCD- Resíduos da Construção e Demolição

RSI- Resíduos de Serviços Industriais

RSU- Resíduos Sólidos Urbanos

RSS- Resíduos de Serviços de Saúde

SEDAI- Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais

SENAES- Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIEMACO- Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação e Trabalhadores na Limpeza Urbana de Presidente Prudente e Região

SIES- Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SLU- Superintendência de Limpeza Urbana

UFC- Universidade Federal do Ceará

UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNB- Universidade de Brasília

UNESP- Universidade Estadual Paulista

UNIARA- Universidade de Araraquara

UNISOL- União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil

UNOESTE- Universidade do Oeste Paulista

USP- Universidade de São Paulo

Sumário

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 Apresentação.....	14
1.2 Objetivos.....	17
1.2.1 Objetivo geral.....	17
1.2.2 Objetivos específicos.....	17
1.3 Justificativa	18
1.4 Metodologia	19
1.4.1 Revisão bibliográfica.....	19
1.4.2 Estudo de caso.....	19
1.5 Estrutura da Dissertação	20
2. TRABALHO, PROCESSO DE TRABALHO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: ALGUMAS CONCEITUAÇÕES	22
2.1 Sobre a categoria trabalho.....	22
2.2 A evolução histórica do processo de trabalho no capitalismo	25
2.2.1 Cooperação (ou cooperação simples).....	25
2.2.2 Manufatura (ou cooperação avançada)	26
2.2.3 Mecanização (ou maquinaria)	28
2.2.4 Automação microeletrônica (ou informatização).....	29
2.3 Da flexibilização e precarização do trabalho	31
3. ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM REFERENCIAL TEÓRICO E POLÍTICO EM CONSTRUÇÃO.....	36
3.1 Debate teórico da Economia Solidária.....	36
3.2 Os Empreendimentos Econômicos Solidários: características, limites e potencialidades	44
3.3 Economia Solidária no Brasil	49
3.3.1 Marcos no desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil.....	53

4. POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES	65
4.1 Políticas Públicas: um referencial teórico.....	65
4.2 Políticas Públicas de apoio à Economia Solidária	66
4.2.1 Limites para o fortalecimento da Economia Solidária no Brasil	72
4.3 Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos	74
4.3.1 Do lixo aos resíduos sólidos: uma mudança de “status”	76
4.4 Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos	77
4.4.1 A Coleta Seletiva e a inclusão dos catadores	79
4.4.2 Políticas públicas no Brasil de apoio à formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis	80
4.5 Experiências de empreendimentos solidários na coleta seletiva: As cooperativas de catadores	81
4.5.1 ASMARE	81
4.5.2 COOPAMARE.....	85
4.5.3 COOPERLIX	88
4.5.4 Associação dos Recicladores Dois Irmãos.....	91
5. A EXPERIÊNCIA DA COLETA SELETIVA NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA: A COOPERATIVA ACÁCIA	93
5.1 Histórico da cooperativa	93
5.2. A cooperativa Acácia como prestadora de serviços: O convênio com o poder público	96
5.3 Processos de trabalho e produção	97
5.4 Parcerias realizadas.....	108
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICES	125
ANEXO.....	127

1. Introdução

1.1 Apresentação

Uma das temáticas que se destacam na produção de pesquisas na área das relações de trabalho e das novas tecnologias diz respeito ao futuro da sociedade do trabalho diante da reestruturação produtiva da economia mundial. As tecnologias digitais e os métodos de gestão organizacional, associados a uma demanda cada vez mais decrescente por força de trabalho, e as mudanças na estrutura ocupacional do trabalho são temas atuais merecedores de profunda reflexão e análise, principalmente para aqueles interessados em buscar respostas e apontar caminhos para os desafios que se impõem ao mundo do trabalho.

Tais desafios apontam para um cenário de inúmeras transformações, dentre as quais a rápida mudança do mercado de trabalho tradicional para um “novo” mercado de trabalho, mais flexível e volátil, em conformidade com a dinâmica da economia global. Essa transição do mercado de trabalho é decorrente da crise estrutural por que passa o capitalismo contemporâneo.

Em decorrência da crise estrutural do capitalismo, iniciada na década de 1970, pelo esgotamento do padrão de produção fordista¹, ocasionado, por sua vez, pela baixa produtividade do capital em nível global e pelo decréscimo da taxa de lucro que provocou impactos reais na organização do trabalho, foi desencadeado um processo de reestruturação produtiva, que veio a constituir um novo regime de acumulação, denominado por Harvey (2002) de regime de acumulação flexível.

O regime de acumulação flexível trouxe a implementação de uma nova base técnica, compreendendo a implementação de novas tecnologias físicas de base microeletrônica e novas formas de organização e gestão do trabalho, que promoveram profundas modificações no espaço fabril (FARIA, 1997).

Paralelamente ao processo de reestruturação produtiva, está em curso o processo de precarização do trabalho. Este processo, normalmente associado ao trabalho

¹ Convém ressaltar que esse modelo coexiste com o modelo posterior e atualmente predominante, o toyotismo. No capitalismo é possível a convivência de distintas formas de organização da produção e do trabalho, todos com o mesmo objetivo: o de garantir a reprodução e a acumulação do capital.

informal, passa a fazer parte do universo dos trabalhadores de uma forma geral, sendo que sua manifestação principal é a degradação dos padrões de compra e venda da força de trabalho.

Harvey (2002) aponta que o princípio que rege esta reestruturação é a redução do emprego regular a favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

Para Antunes (2001a), o capitalismo contemporâneo, com a configuração que vem assumindo nas últimas décadas, acentuou sua lógica destrutiva.

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva iniciou-se nos anos 1980 e tomou impulso na década seguinte, consagrando o toyotismo como um modelo de organização da produção cujos princípios estão voltados para adequar a produção de mercadorias às determinações do novo regime de acumulação de capital.

Os impactos dessa nova face do sistema capitalista de produção repercutem de distintas formas, por exemplo, o desemprego estrutural e a precarização da condição de trabalho que não são processos negociados, mas impostos à “classe que vive do trabalho” pela classe capitalista (ANTUNES, 2001a). Constata-se o acúmulo cada vez maior de capital e poder para uns e, para outros, verifica-se a precarização dos direitos do trabalho, as políticas sociais ineficientes, a terceirização, o desemprego e a informalidade que alinham o leque de prejuízos e injustiças sociais.

Portanto, os avanços tecnológicos, o processo de automação nas organizações e o conseqüente aumento da produtividade contribuem para a redução nos postos de trabalho. Além disso, as exigências impostas pelo mercado de trabalho à qualificação profissional, bem como o novo perfil requerido do trabalhador, dificultam as condições de acesso ao mercado formal de trabalho para uma grande parcela da sociedade. Esta seria relegada para uma periferia “desqualificada”, recorrendo ao trabalho precário e informal (TUMOLO, 2001).

Não é demasiado afirmar que partimos do pressuposto de que são os trabalhadores que produzem os ganhos de produtividade, por meio dos processos de intensificação e precarização que resultam em consumo predatório da força de trabalho, mediante a combinação de processos de extração de mais-valia relativa (uso intensivo de tecnologia) e absoluta (extensão da jornada de trabalho). Isso significa afirmar que a flexibilização do trabalho, categoria central no regime de acumulação flexível, longe de avançar no processo civilizatório do próprio capital, representa o seu esgotamento, destruindo direitos que a classe trabalhadora conquistou ao longo de suas lutas (FRIGOTTO, 2005).

Verifica-se que a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotada de forte caráter destrutivo, tem acarretado, entre tantos aspectos nefastos, em um monumental desemprego, em uma enorme precarização do trabalho e em uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada (ANTUNES, 2001b).

Diante desse cenário, e em resposta ao desemprego e à precarização, a temática da economia solidária vem conquistando visibilidade crescente nos últimos anos, seja através dos inúmeros trabalhos científicos que aparecem em várias universidades e em diferentes níveis, entre o ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão, seja através da própria dinâmica no seio da sociedade civil e dos movimentos populares que conhecem a emergência crescente de novas iniciativas neste âmbito ou, ainda, através das inúmeras experiências de políticas públicas que vêm sendo empreendidas em diferentes regiões do país.

Inicialmente apresentados enquanto tímida reação dos trabalhadores ao desemprego e deterioração das relações de trabalho, os empreendimentos solidários, baseados na livre associação, no trabalho coletivo e na autogestão (FRANÇA FILHO, 2002) se mostraram um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda, possibilitando a continuidade coletiva de suas atividades, com relativa perspectiva de sobrevivência. Ademais, a existência desses empreendimentos pode ser entendida como um movimento de resistência ao processo de precarização das condições de vida dos trabalhadores.

De acordo com EID (2001), iniciativas isoladas deram lugar a uma realidade que se expande e se dinamiza, motivando a ação de entidades de classe e políticas públicas no campo popular, orientadas para uma economia que está em processo de gestação.

Esta nova economia, cujo referencial teórico encontra-se em processo de construção, tem como um dos fatores-chave para o seu desenvolvimento a implantação de políticas públicas.

As experiências de associações/cooperativas de catadores de materiais recicláveis, enfocadas na presente Dissertação, têm revelado uma estrita relação entre Estado e economia solidária.

As cooperativas de catadores são induzidas pelo poder público municipal em decorrência de ações civis públicas que impõem por decisão judicial o fechamento dos lixões e proíbem a presença de trabalhadores no local. A partir da assinatura da Política Nacional de

Resíduos Sólidos - Lei n. 12.305/2010- (BRASIL, 2010), fica estabelecido que, no período de quatro anos, todos os catadores sejam retirados dos lixões e os mesmos sejam fechados e, também, fica determinada a construção de aterros ambientalmente corretos pelas prefeituras.

Tomando por base o fato de o Estado ter grande relevância para apoiar no desenvolvimento desta nova economia, permite-se refletir se a economia solidária estaria sendo regulada para a reprodução das relações históricas da caridade e do assistencialismo, buscando novamente controlar movimentos sociais ou se estaria contribuindo para a construção da cidadania individual e coletiva através da autonomia e da emancipação (EID, 2003a). Foi a partir desse contexto que se desenvolveu a questão-problema da Dissertação: A dinâmica que vem ocorrendo nas relações entre políticas públicas municipais e experiências de cooperativas de catadores de materiais recicláveis na coleta seletiva se dá no sentido de construção da autonomia do trabalhador ou de reprodução da dependência?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral da Dissertação é o de analisar se a dinâmica nas relações entre as políticas públicas municipais e as experiências de cooperativas de catadores na coleta seletiva se dá no sentido de construção da autonomia dos trabalhadores ou de reprodução da dependência.

1.2.2 Objetivos específicos

- Analisar a dinâmica das relações entre políticas públicas municipais e experiências de cooperativas de catadores na coleta seletiva.
- Analisar se a experiência da cooperativa Acácia na sua relação com as políticas públicas no município de Araraquara ocorre no sentido de construção da autonomia dos trabalhadores ou se reproduzem relações de dependência.

1.3 Justificativa

Com o aumento do número de empreendimentos de economia solidária e a expansão de suas atividades, o interesse de investigação científica em iniciativas no campo e na cidade se intensificou, no intuito de observar os impactos na qualidade de vida dos participantes e no desenvolvimento local.

Tal interesse ultrapassou a esfera acadêmica e, em 24 de junho de 2003, a partir do Decreto n. 4764, foi anunciada a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sob a coordenação do Prof. Paul Singer.

Diante disso, uma das justificativas para a elaboração da Dissertação reside na possibilidade de contribuir para um maior entendimento sobre a relação entre as políticas públicas municipais e a conseqüente indução de experiências de cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

A escolha da cooperativa Acácia para a realização do estudo de caso se deu por dois motivos. O primeiro deles, pelo conhecimento da cooperativa durante a minha graduação em Administração Pública na UNESP de Araraquara, através de um amigo que estagiava na Prefeitura de Araraquara na Coordenadoria de Economia Social e Solidária. O segundo deles, pelo conhecimento prévio do histórico da cooperativa, através do trabalho de Adametes (2006), no qual foi possível observar traços característicos de uma cooperativa popular pertencente ao movimento de economia solidária e que iniciou suas atividades com o apoio do poder público.

O estudo de caso possibilita também um maior entendimento sobre a gestão de um empreendimento econômico solidário no setor de reciclagem quanto à organização e processos de trabalho envolvidos.

Acredito também que estudar a economia solidária e compreender a importância desse movimento social é uma possibilidade de contribuir para o seu crescimento conceitual, levando em consideração que seu referencial teórico encontra-se em construção.

1.4 Metodologia

A elaboração deste trabalho processou-se em dois momentos distintos. O primeiro deles consistiu na busca de material teórico para fundamentar a temática proposta, realizando-se assim a revisão bibliográfica. O segundo momento consistiu na realização do estudo de caso, com ida a campo para avaliação da proposta teórica na prática.

1.4.1 Revisão bibliográfica

Para elaborar o referencial teórico desta Dissertação, foi necessário recorrer a diversas áreas do conhecimento. Algumas dessas áreas correspondem a temas centrais dessa Dissertação, tais como economia solidária, políticas públicas e gestão de resíduos sólidos.

A revisão bibliográfica referente ao tema da pesquisa foi realizada ao longo de todas as fases da Dissertação.

1.4.2 Estudo de caso

A pesquisa de campo na cooperativa Acácia foi realizada durante os dias 29 de outubro de 2010 e 3 de novembro de 2010, sob a forma de visitas técnicas às instalações da cooperativa, realização de entrevistas com a presidente da cooperativa, Helena Francisco da Silva e o gestor ambiental, David Teixeira Pinto. Além disso, foram realizados diálogos com um cooperado que operava a motocana, uma triadeira, um prensista e duas cooperadas que exerciam atividades administrativas.

A coleta dos dados se deu por meio de entrevista oral norteada por um roteiro de entrevista, que pode ser observado no APÊNDICE A.

Também foi realizada a análise documental de informações internas disponibilizadas pela presidente da cooperativa, tais como, relatórios internos e imagens de fotografias do processo de trabalho realizado na cooperativa.

Deve-se ressaltar que a observação direta foi possível mediante o acolhimento da pesquisadora pelos cooperados que foi facilitado pelo contato estabelecido durante a graduação, presenciando algumas atividades produtivas e visitando suas instalações.

As informações coletadas através das entrevistas, da observação direta e da documentação, foram transformadas em dados pertinentes à problemática geral, elaborando-se um estudo de caso.

“Em se tratando de estudo de casos em organizações, alguns aspectos referentes à coleta de dados merecem destaque. Antes de iniciar o trabalho de campo, é preciso conhecer um pouco da história, da estrutura e do funcionamento da organização” (GODOY, 1998, p.135).

Segundo Bruyne (1991), um estudo de caso pode fornecer informações tão numerosas e detalhadas capazes de apreender a totalidade de uma situação. Seu poder de generalização se limita quando a veracidade de suas conclusões não se revela correta em relação a outros casos, mas seu alcance ultrapassa o particular, podendo obter generalizações empíricas, mas sem deformar o papel da teoria.

A pesquisa de campo realizada foi fundamental para a compreensão da trajetória da cooperativa e dos processos de trabalho envolvidos.

1.5 Estrutura da Dissertação

A Dissertação está estruturada em 6 capítulos. Neste primeiro capítulo, tem lugar a apresentação do trabalho, os objetivos a serem atingidos, sua justificativa e a metodologia utilizada. No segundo capítulo é apresentado um breve histórico da evolução das relações de trabalho no processo de trabalho e discutido o processo de flexibilização e precarização das condições de trabalho.

O capítulo 3 apresenta algumas das recentes discussões sobre a economia solidária, adotando-a como um referencial teórico e político em construção, além de caracterizar os empreendimentos solidários e discorrer sobre os marcos da economia solidária no Brasil.

O capítulo 4 apresenta um referencial teórico sobre as políticas públicas de economia solidária, evidenciando o papel das políticas públicas relacionadas à gestão de resíduos sólidos. Em seguida, são apresentadas experiências de cooperativas de catadores de materiais recicláveis que evidenciam o papel do poder público como indutor dessas iniciativas.

O capítulo 5 contém o estudo de caso realizado na cooperativa Acácia, no município de Araraquara (SP). No capítulo são analisados os processos de trabalho na cooperativa e seu papel com o poder público.

Nas considerações finais, retornamos aos objetivos da Dissertação para apresentarmos os resultados da investigação teórico-empírica.

2. Trabalho, Processo de Trabalho, Organização do Trabalho: Algumas Conceituações

A categoria trabalho pode ser definida de diversas formas, cada uma caracterizando um modo de interpretação da sociedade e dos desdobramentos das relações histórico-econômico-políticas nela estabelecidas. Para efeito desta Dissertação, utiliza-se o enfoque marxista na sua interpretação clássica de trabalho e apresenta-se um breve histórico da evolução das relações de trabalho no processo de trabalho. Essa abordagem servirá de base para analisar a forma de organização do trabalho e os processos de trabalho apresentados no estudo de caso no capítulo 5.

2.1 Sobre a categoria trabalho

A etimologia do verbete trabalho demonstra como sua origem esteve associada às idéias de sofrimento e sacrifício. Sua origem remonta a palavra *tripalium* do latim antigo, uma máquina composta de três paus que era utilizada para dominar os cavalos que não se queriam deixar ferrar. *Tripaliare* significava agir com o tripalium. Esse sentido foi mudando: da idéia inicial de sofrer, passou-se à de esforçar (-se), lutar, pugnar e, por fim, trabalhar (CUNHA, 1982).

Para Offe (1989), o trabalho é o dado social central e, dessa forma, a sociedade e sua dinâmica são construídas enquanto “sociedade do trabalho”.

Navarro e Padilha (2007), ao reverem os significados do trabalho, afirmam que ele não é apenas meio de satisfação das necessidades básicas, mas também fonte de identificação e auto-estima e que sua centralidade se dá tanto na esfera econômica quanto na esfera psíquica.

Para Marx (1968), o trabalho é conceituado em sua obra “O Capital” como:

Antes de tudo, [...] um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, media, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. [...] põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. [...] Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. [...] o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de

transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. [...] Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho (MARX, 1968, p.202).

Braverman (1977) retoma o debate de Marx (1968) sobre a diferenciação entre o trabalho humano e o trabalho animal. O autor enfatiza a posição do homem de único ser capaz de materializar antecipadamente em sua mente o resultado de seu trabalho, diferentemente dos outros animais que transformam a natureza instintivamente. “No trabalho humano o mecanismo regulador é o poder do pensamento conceptual, que tem origem em todo um excepcional sistema nervoso central” (BRAVERMAN, 1977, p.51).

Para Marx (1968), o trabalho é expressão da criatividade, idealização e realização humana, e nesse aspecto é trabalho concreto, criador de valor de uso. Entretanto, quando subordinado ao modo de produção capitalista, esse sentido do trabalho encontra-se escondido sob a forma mercadoria, representado pelo valor de troca e valorizado pela forma de dinheiro.

Dessa forma, o trabalho na sua forma capitalista, possui um duplo caráter, ao se apresentar como trabalho concreto e como trabalho abstrato. Nas palavras de Codo, Sampaio e Hitomi (1993, p. 97):

O trabalho é mágico porque é duplo, carrega em si a maldição da mercadoria, a fantasmagoria do dinheiro: de um lado aparece como valor de uso, realizador de produtos capazes de atender necessidades humanas; de outro, como valor de troca, pago por salário, criador de mercadoria, e ele mesmo é uma mercadoria no mercado.

Marx (1968, p.54) ainda afirma que:

[...] todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso.

O trabalho sob o capital torna-se alienado. O trabalhador é alienado em relação ao seu próprio ato de produção, sendo desumanizado pela própria alienação do capitalista e, assim, não decide o que produzir, não tem acesso ao fruto de seu trabalho e não o identifica

como resultado de seu trabalho. O trabalho concreto é tido como uma forma de emancipação do homem, ao contrário do trabalho abstrato que seria um instrumento para sua alienação.

Para Polanyi (2000, p.94), o trabalho é “apenas um outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para a venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada”.

Nesse contexto, Polanyi (2000) afirma que a organização do trabalho

(...) mudaria simultaneamente com a organização do sistema de mercado. Entretanto, como a organização do trabalho é apenas um outro termo para as formas de vida do povo comum, isto significa que o desenvolvimento do sistema de mercado seria acompanhado de uma mudança na organização da própria sociedade. Seguindo este raciocínio, a sociedade humana tornara-se um acessório do sistema econômico (POLANYI, 2000, p.97).

Para Eid (2004, p.1), organização do trabalho no capitalismo é definida como “o conjunto de práticas articuladoras de processos de trabalho historicamente determinados, associados à incorporação do capital” que dizem respeito à “especificação dos conteúdos do trabalho, métodos e relações entre os ocupantes de cargos em determinado sistema de produção”, levando em consideração “necessidades técnicas e sociais”.

Já o processo de trabalho, em Marx (1968), caracteriza-se como um processo no qual o homem, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza, através da apropriação dos recursos da natureza, o que também se dá independentemente da estrutura social em que está inserida. O autor assevera que:

[...] no processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental do trabalho [...] o produto é um valor de uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma (MARX, 1968, p.205).

Entendido dessa maneira, o processo de trabalho representa a interação do homem com algum objeto da natureza, com o propósito de modificar esse objeto e torná-lo útil em sua vida e, dessa forma, todos os homens são capazes de transformar a natureza de forma planejada a fim de criar meios para sua existência.

Palloix (1982, p.69) define o processo de trabalho de forma semelhante a Marx como o “processo pelo qual matérias-primas, ou outros insumos, são transformados em

produtos com valor de uso”, através da combinação da atividade humana que é posta a funcionar como força-trabalho; dos objetos (matérias-primas, produtos não acabados) sobre os quais o trabalho atua e dos meios (ferramentas, máquinas) através dos quais o trabalho atua. O autor ainda explicita que as transformações no processo de trabalho estão ligadas às formas de organização produtiva, aos movimentos de capital e às formas de divisão do trabalho.

Na economia capitalista, trabalhar é por em movimento um conjunto de relações sociais, expressas na tecnologia e na organização do trabalho. Le Ven (1992) aponta que ao passar do tempo, com a integração da economia capitalista no modo de vida da sociedade, o trabalho passou a ter um papel de dominação do ser humano, caracterizando uma mudança no sentido das relações sociais e na cultura das sociedades.

A evolução histórica do processo de trabalho no capitalismo caracteriza-se por quatro fases: cooperação (cooperação simples), manufatura (cooperação avançada), mecanização (maquinaria) e automação microeletrônica (informatização). Palloix (1982, p.76) afirma que:

As duas primeiras formas – cooperação e manufatura- caracterizaram o processo de trabalho na época de transição do feudalismo para o capitalismo. Somente com a mecanização e automação o processo de trabalho foi plenamente integrado na organização do sistema produtivo e no movimento do capital.

2.2 A evolução histórica do processo de trabalho no capitalismo

2.2.1 Cooperação (ou cooperação simples)

A cooperação se dá no período de transição do modo de produção feudal para o capitalista. Marx (1968, p.374) a define como “a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes mas conexos”.

Ainda na visão de Marx (1968), a cooperação quase não se distingue, do ponto de vista do modo de produção, do artesanato das corporações, a não ser através do maior número de trabalhadores simultaneamente ocupados pelo mesmo capital:

A cooperação permite ampliar o espaço no qual se realiza o trabalho, sendo exigida por certos processos de trabalho em virtude da extensão do espaço em que se executa [...] [possibilita, também, que] a produção, relativamente à sua escala, seja levada a cabo num espaço menor. Essa redução do espaço do trabalho

simultaneamente com a ampliação de sua eficácia, com o que se eliminam uma série de custos dispensáveis, torna-se possível com a aglomeração dos trabalhadores, a conjunção de vários processos e a concentração dos meios de produção (MARX, 1968, pp. 377-78).

Nas palavras de Palloix (1982, p.77), “a cooperação simples é, efetivamente, uma justaposição e uma coordenação dos processos de trabalho baseados nos ofícios ou artesanatos, que na realidade não modifica os próprios processos”.

Apesar do controle do processo de trabalho ser do capitalista, o trabalhador conserva o valor da força de trabalho. Freyssenet, citado por Palloix (1982, p.76), apresenta a cooperação como a “reunião, por um proprietário de capital, de artesãos privados de seus meios de produção, mas cuja força de trabalho conserva o seu valor. O trabalhador perde o controle do processo de produção [...]”.

Para Marx (1968), a cooperação é a forma fundamental do modo de produção capitalista e na sua feição mais simples constitui o germe de espécies mais desenvolvidas de cooperação (manufatura, mecanização e automação), porém continua a existir ao lado delas.

Todavia, devemos distinguir a cooperação na empresa capitalista da cooperação nos empreendimentos solidários. Como será apresentada no capítulo 3, a cooperação é um dos princípios da economia solidária e está relacionada à responsabilidade partilhada no processo produtivo, através de relações de confiança e reciprocidade, paridade social entre funções de direção e de execução ou entre tarefas manuais e intelectuais (GAIGER, 2004).

2.2.2 Manufatura (ou cooperação avançada)

A manufatura, por sua vez, é a forma clássica da cooperação baseada na divisão do trabalho e caracterizada pelo surgimento das fábricas.

Segundo Marx (1968), a manufatura se origina a partir do artesanato, pela combinação de ofícios independentes, que perderam sua independência e se tornaram tão especializados que passaram a constituir apenas operações parciais do processo de produção de uma única mercadoria, bem como pela cooperação de artífices de determinado ofício, que isolaram e individualizaram suas operações para tornar cada uma delas função exclusiva de um trabalhador especial. O autor aponta, entretanto, que qualquer que seja seu ponto de

partida, o resultado final é de “um mecanismo de produção cujos órgãos são seres humanos” (MARX, 1968, p. 389).

Na manufatura, as várias atividades de trabalho centralizadas nos ofícios são decompostas e reorganizadas, introduzindo com isso uma divisão do trabalho e uma fragmentação das tarefas, embora o artesanato continue sendo a base do trabalho (PALLOIX, 1982). Com a introdução da divisão do trabalho e sua fragmentação, o trabalhador perde o conhecimento da totalidade do processo de trabalho, o que acarreta em desqualificação técnica.

Nas palavras de Eid (2004, p.2), se por um lado, o trabalhador, “mantém o domínio dos meios de trabalho diretos”, por outro, “perde o controle sobre as condições para a execução das tarefas, que passam a ser organizadas por terceiros”. Agora, é o capitalista-possuidor dos meios de produção – que organiza e controla o trabalho dos operários (artesãos), transformando os trabalhadores em simples membros de um mecanismo que a ele pertence.

“O período manufatureiro estabelece conscientemente como princípio a diminuição do tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias” (MARX, 1968, p.399). Porém, “complexa ou simples, a operação continua manual, artesanal, dependendo, portanto da força, da habilidade e da rapidez e segurança do trabalhador individual, ao manejar seu instrumento” (MARX, 1968, p.389), o que limita o capitalista no processo de extração de excedente.

Apesar da limitação apresentada,

o período manufatureiro simplifica, aperfeiçoa e diversifica as ferramentas, adaptando-as às funções exclusivas especiais do trabalhador parcial. Com isso, cria uma das condições materiais para a existência da maquinaria, que consiste numa combinação de instrumentos simples (MARX, 1968, p. 392).

Cabe aqui fazermos a distinção da manufatura em uma empresa capitalista e em um empreendimento solidário. Nos empreendimentos solidários, caracterizados no próximo capítulo, os trabalhadores associados/cooperados atuam em mais de uma etapa do processo produtivo, colaborando uns com os outros.

Em experiências de cooperativas de produção agropecuária (CPA's) do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), analisadas por Vazzoler (2004) e

Betano (2008), é possível verificar essa distinção. Nas CPA's, a produção, a gestão e o trabalho são feitos de modo compartilhado.

Exemplo também dessa distinção ocorre nas empresas recuperadas autogestionárias assessoradas pela ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), analisadas por Azevedo (2007).

2.2.3 Mecanização (ou maquinaria)

A introdução das máquinas nas fábricas - com a primeira Revolução Industrial – acarretou grandes transformações no processo de trabalho. Essa fase é denominada de mecanização.

Marx (1968, p.424) observa que “na manufatura o ponto de partida para revolucionar o modo de produção é a força de trabalho, na indústria moderna [mecanizada], o instrumental de trabalho”. Agora é a máquina que determina a velocidade e a intensidade do trabalho e, dessa forma, o capital já não depende tanto da habilidade do trabalhador.

Na manufatura, cada operação parcial tem de ser executável manualmente pelos operários, trabalhando isolados ou em grupos, com suas ferramentas [...] Na produção mecanizada desaparece esse princípio subjetivo da divisão do trabalho. Nela, o processo por inteiro é examinado objetivamente em si mesmo, em suas fases componentes e o problema de levar a cabo cada um dos processos parciais e de entrelaçá-los é resolvido com a aplicação técnica da mecânica, da química, etc. [...] Cada máquina parcial fornece matéria-prima à máquina seguinte. Funcionando todas elas ao mesmo tempo, o produto encontra-se continuamente em todas as suas fases de transição, em todos os estágios de sua fabricação (MARX, 1968, pp. 433-434).

Palloix (1982) adverte que a maquinaria não é neutra, pois a máquina incorpora, no seu modo de operação, a destreza e a habilidade do trabalhador individual, que fica a partir de então privado de sua qualificação e subordinado à máquina. Marx (1968, pp.483-484) afirma que:

[...] a máquina em vez de libertar o trabalhador do trabalho, despoja o trabalho de todo interesse. Sendo, ao mesmo tempo, processo de trabalho e processo de criar mais valia, toda produção capitalista se caracteriza por o instrumental de trabalho empregar o trabalhador e não o trabalhador empregar o instrumental de trabalho. [...] essa inversão só se torna uma realidade técnica e palpável com a maquinaria.

Polanyi (1944/2000) expõe que as máquinas fabris e a economia de mercado nascem concomitantemente. A revolução industrial surge quando começa a tomar corpo a

idéia de um mercado auto-regulável. "A ampliação do mecanismo de mercado aos componentes da indústria - trabalho, terra e dinheiro - foi a consequência inevitável da introdução do sistema fabril numa sociedade comercial. Esses elementos da indústria tinham que estar à venda" (POLANYI, 2000, p.97).

Na visão do autor, a introdução da máquina criou uma nova civilização, a ponto da denominada Revolução Industrial se configurar como um dos grandes momentos da história da humanidade (ao lado do Neolítico e do surgimento da agricultura).

Palloix (1982, p.79) afirma que:

o desenvolvimento capitalista da maquinaria na fábrica contribuiu, de um lado, para uma desqualificação maciça dos trabalhadores na produção, juntamente com uma perda de autonomia na reprodução da força de trabalho, e, de outro, para uma 'superqualificação' de um pequeno número de trabalhadores responsáveis pela inovação, organização, regulação e reparo. Esse processo de desqualificação e hiperqualificação é, a partir de então, característico das formas práticas de reprodução da força de trabalho.

2.2.4 Automação microeletrônica (ou informatização)

Na segunda metade do século XX, o paradigma do sistema de produção é alterado: de um mercado dirigido pela produção para uma produção dirigida pelo mercado, com a introdução da automação microeletrônica e da informatização.

Palloix (1982, p.82) afirma que "a força de trabalho capacitada em operações mecânicas é substituída pela força de trabalho ocupada em programação e controle, qualificada em eletrônica".

A nova base técnica tem um profundo impacto sobre a configuração do processo de produção. Os dois principais pontos a serem destacados referem-se à possibilidade, aberta pela informatização e pela automação, de uma maior integração e flexibilidade das plantas industriais (CORIAT, 1988). Quanto ao primeiro aspecto, as novas tecnologias permitem um alto grau de equalização e "organicidade" das diferentes fases do processo de produção, com a elevação dos tempos de utilização da maquinaria (ou seja, do capital fixo) e com a melhoria do fluxo de materiais (capital circulante), reduzindo, ao mesmo tempo, as porosidades (ou tempos mortos) do processo de trabalho. Assim, a incorporação das novas tecnologias parece conduzir as plantas industriais a processos de produção cada vez mais "contínuos", mesmo em se tratando da fabricação de unidades discretas.

Já a flexibilidade é de suma importância, na medida em que permite uma capacidade de ajustamento da estrutura de oferta das empresas às exigências dos mercados, num estágio em que a demanda passa a se caracterizar pela instabilidade e volatilidade (CORIAT, 1988). A utilização de sistemas CAD/CAM (a informatização integrada do "design" e do processo produtivo), de máquinas-ferramenta de controle numérico e de robôs possibilita melhorias na fabricação em termos de precisão e de qualidade, variáveis centrais nos novos padrões de competitividade. A orientação produtiva por lotes econômicos e ganhos de escala perde relevância, pois os equipamentos são passíveis de reprogramação em um intervalo relativamente curto de tempo - sem que isso represente uma elevação de custos-. Além disso, a capacidade de diferenciação dos produtos é potencializada.

A introdução da automação microeletrônica é justificada pela substancial melhora da qualidade dos produtos e economia de custos de capital, favorecendo o atendimento das exigências mais rigorosas da concorrência internacional. Em relação à melhoria da qualidade verificam-se maiores precisão, homogeneidade e confiabilidade (menor margem de defeitos) dos produtos. Os benefícios relacionados à economia de custo de capital são: redução do tempo ocioso das máquinas (devido ao menor tempo necessário de preparação nas mudanças de programas de produção), economia de matérias-primas, redução dos refugos, redução dos estoques, redução do espaço ocupado, etc. (SEVERINO, 2006).

É estabelecido um “novo padrão de relações entre capital e trabalho, sustentado na alteração do equilíbrio de forças na empresa e que influencia de maneira decisiva a gestão e o controle da mão-de-obra” (CARVALHO, 1986, p.89).

No que se relacionam aos trabalhos menos qualificados, onde se verifica maior subordinação do trabalhador ao capital, Palloix (1982, pp.83-84) afirma que “a desqualificação dos trabalhadores é extrema, chegando mesmo ao ponto do desaparecimento total das etapas do processo nas quais se faz necessária a intervenção do trabalhador”.

Nos novos postos recriados na automação microeletrônica para os trabalhadores semi-qualificados, são introduzidos certos mecanismos na organização da produção que aumentam significativamente o controle técnico sobre o conteúdo, o ritmo e a intensidade do trabalho, em detrimento da perda da capacidade dos trabalhadores de produção em influir decisivamente sobre o que acontece na fábrica. Esta mudança está associada a uma reestruturação da natureza do trabalho, tornando-o mais intenso, padronizado, ritmado e subordinado a linha de montagem.

Nas palavras de Severino (2006, p.41):

O aumento do poder de comando da gerência sobre o processo produtivo é decorrente da existência de um fluxo mais contínuo, sem pontos de estrangulamento, tornando-se mais factível o cumprimento dos planos de produção, fazendo com que o trabalhador acompanhe o ritmo da linha de produção, atuando de maneira repetitiva e cansativa. A introdução de um sistema de organização do trabalho que os submete ao ritmo da linha, que os impede de organizar suas próprias pausas e que os obrigam a acelerações do trabalho aleatórias representa a perda do poder do trabalhador sobre o processo de trabalho, e, conseqüente, um avanço da gerência na disputa pelo controle do tempo na fábrica.

Em relação aos trabalhos mais qualificados verifica-se a necessidade de atributos como confiabilidade, atenção e capacidade para antever problemas, nas operações dos sistemas microeletrônicos e informatizados da automação microeletrônica. Nestas profissões mais qualificadas ocorre a acumulação de tarefas diferentes e uma relativa liberdade de tomar decisões rápidas, derivando maior autonomia do trabalhador e necessidade de visão sistêmica do processo, visto que as atividades de manutenção crescem e se diversificam. Desta forma nestas atividades de monitoramento e desenvolvimento de programas preventivos há a necessidade de treinamento e estabilização dos operários (SEVERINO, 2006)

Carvalho (1986, p.151) expõe em entrevista realizada com um gerente da área de relações industriais de uma montadora, que “quanto mais automatizada for a fábrica, mais vulneráveis ficam as relações entre a empresa e os trabalhadores, à medida que a empresa necessita de mão-de-obra cooperativa e cuidadosa devido à fragilidade dos equipamentos”. Esse processo, que está relacionado à realização de um conjunto de operações sem a interferência imediata do homem (EID,1991), introduz um novo elemento da produção ao trabalho: os cuidados para o funcionamento ininterrupto e correto dos equipamentos.

2.3 Da flexibilização e precarização do trabalho

A problemática do desemprego estrutural, a precarização das condições de trabalho, a flexibilização do processo produtivo, acompanhado da possibilidade da desregulamentação dos direitos trabalhistas, constituem o pano de fundo do cotidiano social de milhões de trabalhadores precarizados que vivenciam o terrível sentimento da insegurança

no emprego e, por conta deste sentimento, submetem-se a condições de trabalho cada vez mais marcadas pela intensificação do processo de exploração do trabalho humano.

A extinção de postos de trabalho formais reflete a atual tendência do mercado de reduzir ao máximo possível o número de trabalhadores “centrais” e utilizar cada vez mais uma força de trabalho facilmente descartável e substituível.

Para Pochmann (1994), as novas tecnologias permitem a criação, por um lado, de um núcleo de trabalhadores estáveis, polivalentes e com elevada capacidade profissional e, por outro, de uma massa de trabalhadores sem emprego estável, desempregados ou com empregos precários e remuneração bastante reduzida.

Nas palavras de Antunes (2001b, p.38):

[...] destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental ‘sociedade do descartável’, que joga fora tudo que serviu como ‘embalagem’ para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital.

Chesnais (1996) afirma que a reestruturação produtiva contemporânea associada à questão do desemprego está fundamentada na idéia de que tal reestruturação ocorre no contexto de uma “crise estrutural do capital”, que, ao fortalecer a ascensão do capital financeiro como principal força motriz desta nova etapa do capitalismo globalizado, traz consigo, concomitantemente, o ressurgimento de formas desumanas e precárias de exploração do trabalho, visando, dessa maneira, aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico, intensificando a produtividade do trabalho.

Para o autor, a necessidade de aumentar a rentabilidade do capital financeiro (fundos de investimentos, fundos de pensão e companhias de seguros, etc.) implica em uma forte pressão para reduzir cada vez mais os custos das empresas, através da adoção de novas tecnologias e processos de automação, altamente poupadores de mão-de-obra.

Chesnais (1996) afirma que a mundialização do capital efetiva-se como sendo uma nova ofensiva do capital na produção, e é nesse contexto que surge um conjunto de trabalhadores que vão constituir uma massa cada vez maior de desempregados (vítimas do desemprego estrutural) e fazer proliferar o trabalho “precário”. Dessa forma, o desemprego estrutural e o trabalho precário constituem-se nas duas principais facetas desse processo contraditório do desenvolvimento capitalista mundial, pois uma “nova ordem mundial do

capital” se efetiva, constituindo paralelamente “uma nova ordem mundial de exclusão social”. Nas palavras do autor o que está ocorrendo é uma “crise do modo de desenvolvimento” capitalista (CHESNAIS, 1996, p.312).

Mészáros (2002, p. 795) afirma que “a crise do capital que experimentamos hoje é fundamentalmente uma crise estrutural”. De acordo com o autor, a novidade histórica da crise de hoje é que ela não está mais baseada nas explicações balizadas na dimensão das crises cíclicas que sempre foram inerentes à lógica de funcionamento do sistema capitalista, mas na sua dimensão estrutural. Dessa forma, o autor considera a necessidade de serem destacados quatro aspectos principais para entendermos a atual crise estrutural do capitalismo contemporâneo:

(1) seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc); (2) seu *alcance é verdadeiramente global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crise do passado); (3) sua *escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia. (MÉSZAROS, 2002, p.796).

No que diz respeito ao trabalhador, as opções em termos de postos de trabalho estreitam-se cada vez mais e a competição torna-se mais acirrada no mercado de trabalho, em razão dos impactos da tecnologia, das novas técnicas de produção e gestão da força de trabalho e, concomitantemente, dos requisitos de qualificação cada vez mais exigentes por parte dos empregadores. As atuais exigências, em termos de habilidades profissionais, por exemplo, impostas pelas empresas para o trabalhador exigem que ele esteja apto às novas mudanças organizacionais em curso. Ao mesmo tempo, essa crise estrutural do capitalismo contemporâneo, além de aumentar significativamente o desemprego estrutural, compromete a manutenção de uma série de direitos e mecanismos de proteção social que vêm sendo questionados no bojo do que se denomina atualmente de “flexibilização dos direitos trabalhistas”.

Essa flexibilidade produtiva, que surge como uma importante estratégia de superação da crise de acumulação capitalista acaba criando conseqüências impactantes para a classe trabalhadora em todo mundo. Entre essas destacamos o crescimento de um mercado de trabalho cada vez mais marcado pela precarização e pela informalização e, também, profundamente afetado pelo desemprego estrutural até mesmo em países desenvolvidos. Como consequência do processo de desemprego e de precarização da força de trabalho, surge o problema da dessindicalização e desorganização do movimento sindical, que não consegue mais manter a coesão coletiva dos seus trabalhadores, condição fundamental para o enfrentamento político na garantia e conquista dos direitos sociais e trabalhistas. E, por fim, há a queda dos salários reais, uma vez que a precarização do trabalho e o desemprego atuam como forças de pressão no achatamento dos rendimentos salariais dos trabalhadores.

A degradação das condições de trabalho, pelo aumento do processo de exploração do trabalhador, configura-se de fato como sendo a característica comum e determinante do novo padrão de acumulação de capital que se efetiva no Brasil, o qual na visão de Antunes (2001b) é caracterizado por um receituário que expressa uma lógica societal onde se tem a prevalência do capital sobre a força humana de trabalho baseada em: desregulamentação, flexibilização, terceirização, *downsizing*, “empresa enxuta”, etc.

No que diz respeito ao processo de terceirização podem ser adotados dois padrões distintos: o padrão reestruturante, que visa a redução de custos a partir de mudanças tecnológicas e organizacionais e o padrão predatório, caracterizado pela redução de custos através da exploração das relações precárias de trabalho.

O padrão predatório, comumente empregado no Brasil, recorre a todas as principais formas de trabalho precário: a) subcontratação de mão-de-obra; b) contrato temporário; c) contrato por mão-de-obra por empreiteiras; d) trabalho à domicílio; e) trabalho por tempo parcial; f) trabalho sem registro em carteira. Dessa forma, o que se observa é uma flexibilização de direitos trabalhistas, um mecanismo de tentar neutralizar a regulação estatal e a regulação sindical (CARDOSO, PEGADO, ARAÚJO et al., 1994).

Verificamos assim, que apesar das transformações ocorridas no capitalismo, sua essência não foi alterada, ou seja, o capitalismo continua a impulsionar uma sociedade dividida em classes, na qual a vida social tem seu eixo principal apoiado na luta de classes, onde a alienação do trabalhador permanece e, por vezes, acentua-se (TRAGTENBERG, 1987).

No enfrentamento desses desafios e incertezas a prática da cooperação pode ser vista como solução alternativa para o problema do desemprego e como proposta de superação da histórica relação entre capital e trabalho e da exploração que dela decorre. Nesse sentido, Singer (2004) afirma que é frente à incapacidade de a economia capitalista absorver toda a mão-de-obra existente, que se observa o surgimento de alternativas habituais de ocupação e sobrevivência para geração de trabalho e renda. Apesar de o capitalismo estar no comando da organização social e econômica, ele não exclui formas alternativas de desenvolvimento.

Portanto, é nesse terreno de exclusão e competição que se articula uma nova proposta de economia que, ao contrário da economia capitalista, qualifica a economia como espaço do exercício da solidariedade. A essa economia denominamos economia solidária.

O próximo capítulo apresenta algumas das recentes discussões sobre a economia solidária para situar o contexto no qual o estudo de caso dessa Dissertação se desenvolveu.

3. Economia Solidária: Um Referencial Teórico e Político em Construção

A economia solidária pode ser definida como um campo de significados e práticas que pretende propor soluções para a crise do trabalho assalariado e para a reestruturação produtiva², a partir da reorganização do trabalho e dos modos de apropriação da riqueza. A economia solidária coexiste com a economia do capital, mas pode ser vista como uma construção que está em progresso e disputa as políticas públicas de desenvolvimento.

Na literatura, podemos encontrar outros termos que se referem à economia solidária, tais como: economia social, economia popular, economia popular solidária, economia cidadã, economia humana, economia do trabalho, entre outros.

Para iniciarmos nossa reflexão sobre o tema é apresentado um debate teórico entre os principais autores que vêm discutindo a economia solidária.

3.1 Debate teórico da Economia Solidária

Inicialmente é preciso ter claro que não há uma definição universalmente aceita do que seja economia solidária e, dessa forma, podemos adotá-la como um referencial teórico em construção.

Assim como existem distintas experiências e formas de organização no campo da economia solidária, também são distintas as percepções dos autores.

A própria expressão “economia solidária” indica a junção de duas noções historicamente dissociadas- economia e solidariedade- sugerindo a inserção do elemento solidário no centro da elaboração de suas atividades e relações econômicas (FRANÇA FILHO, 2002).

Leite (2009) expõe que é no quadro atual de crise do trabalho assalariado que os estudiosos começaram a detectar, desde os anos de 1980, um conjunto de movimentos

² De acordo com Leite (2009), o processo de reestruturação produtiva e econômica trouxe fortes repercussões no mercado de trabalho, especialmente a partir da década de 1990. A autora evidencia uma série de indicadores, entre eles: diminuição do trabalho industrial, aumento do desemprego e do tempo em que os trabalhadores passam a levar para encontrar outras formas de colocação no mercado de trabalho, aumento da informalidade, queda do valor real dos salários, etc.

centrados na formação de cooperativas de produção e de associações de trabalhadores, nas quais se busca a autogestão e que vêm sendo reconhecidos pelo termo “economia solidária”.

A seguir são destacados pontos considerados centrais no debate da economia solidária.

Um ponto a ser destacado refere-se ao papel da democracia no campo da economia solidária. Souza Santos e Rodríguez (2005, p.69) afirmam que é necessário estendê-la do plano estritamente político para o econômico e, desta forma, apagar “a separação artificial entre política e economia que o capitalismo e a economia liberal estabeleceram”. Para os autores, a expansão do princípio democrático cria a possibilidade de uma “transformação qualitativa da democracia na direção de uma democracia participativa”.

Nesse sentido, é de fundamental importância o engajamento dos trabalhadores no processo de tomadas de decisões, atuando como protagonistas do processo.

Eme, Laville e Marechal (2001, p.2), apresentam a democracia como o elemento central na definição da economia solidária e expõem que a democratização da “economia a partir de engajamentos cidadãos” se utiliza de estratégias baseadas em três eixos: o comércio equitativo; as redes de autoprodução e de trocas; e os serviços de proximidade³.

Os autores ainda criticam o reducionismo que explica a ação econômica apenas pelo interesse material e individual e recuperam o conceito de Polanyi (2000) de que a economia é plural, constituída de uma diversidade de formas de produção, entre as quais se encontrariam as baseadas na reciprocidade, na redistribuição e na domesticidade.

Para Polanyi (2000, p.73), a reciprocidade atua principalmente em relação à “organização sexual da sociedade, isto é, família e parentesco”, a redistribuição teria um “caráter territorial” e a domesticidade consiste na “produção para uso próprio”.

³ Para Eme, Laville e Marechal (2001), o comércio equitativo sustenta-se por dois pilares: o primeiro apoiado no comércio internacional, no qual produtor e consumidor são separados um do outro e tem por objetivo melhorar a situação dos pequenos produtores do Sul, marginalizados pela falta de meios financeiros e de experiências, criando saídas para a comercialização dos seus produtos agrícolas ou artesanais, junto a compradores do Norte, preocupados em participar de uma melhor solidariedade Norte-Sul. O segundo pretende ser uma rede de consumidores que sensibilize a opinião pública para as injustiças das regras de comércio internacional e empreenda ações junto aos que decidem a política e a economia. As redes de autoprodução e de trocas buscam priorizar a autoprodução coletiva e a criação de outras moedas, através de ligações entre compradores e vendedores de qualquer espécie. Os serviços de proximidade consistem na proximidade geográfica e relacional para a concepção de diversos serviços que são concebidos através de espaços públicos de proximidade que permitem uma construção conjunta da oferta e da demanda e, que, uma vez instituídos possam se consolidar pela hibridização de diferentes tipos de recursos: mercantis, não-mercantis e não- monetários.

Eme, Laville e Marechal (2001) apresentam a decomposição da “economia real” a partir de três pólos: economia mercante, economia não mercante e economia não-monetária.

O primeiro pólo, apesar de admitir diversas contribuições não-mercantes, baseia-se na lógica de distribuição de bens e serviços voltada prioritariamente ao mercado. O segundo pólo refere-se à alocação de bens e serviços prioritariamente confiada à redistribuição, que é exercida amplamente através do serviço público e submetida ao controle democrático. Já no terceiro pólo, a distribuição dos bens e serviços é confiada prioritariamente à reciprocidade.

Com essa noção menos restritiva da economia, é possível perceber que a economia não-monetária também participa da criação de riquezas e que normalmente é mascarada pela dicotomia entre estado e mercado.

A economia solidária, ao não atuar exclusivamente sob o princípio da reciprocidade apresenta, dessa forma, uma natureza híbrida que é responsável por religar o econômico ao social, combinando a reciprocidade às lógicas redistributiva e de barganha (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004).

Os autores ainda alertam que a “[...] inscrição na esfera pública diferencia radicalmente a economia solidária da economia doméstica. Não se trata, portanto, de encorajar, através da economia solidária, um retorno à família, lugar das solidariedades naturais” (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, pp.104-105)

Para Eme, Laville e Marechal (2001, p.15) o que está em jogo é a preservação da possibilidade de um engajamento público e de formas de socialização não mercantis, através de um “pensamento binário”, baseado no estado-mercado por um “pensamento ternário” que inclua também a sociedade. Deve-se ressaltar que essa complementaridade entre os aspectos redistributivos e de reciprocidade para a promoção do fortalecimento da sociedade, não significa uma substituição do Estado pela sociedade civil.

França Filho e Laville (2004) destacam ainda a importância da economia solidária para o desenvolvimento local:

Em todo caso, as formas cooperativadas de produção, tratando-se de economia solidária, conhecem uma preocupação crescente com a questão do desenvolvimento local. Portanto, para além da sua ação no mercado, cujo benefício social restringir-se-ia apenas ao grupo dos cooperados internos [...] a tendência do movimento é aquela de valorização de uma dimensão pública da sua ação mediante a ênfase nos impactos da organização na vida local. É exatamente esta dimensão pública da ação,

ou seja, de um agir no espaço público, que confere à economia solidária uma dimensão política fundamental (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, pp.18-19).

Outro ponto relevante no debate teórico do tema refere-se à questão de a economia solidária propor ou não uma ruptura com o modo de produção capitalista. Por surgir em meio ao capitalismo e se utilizar de princípios que lhe são estranhos, Singer (2002, p. 10) chega a afirmar que a economia solidária se trataria de um “*outro modo de produção*, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (grifo nosso), apesar de não mencionar as diferenças entre as relações sociais de produção.

Lisboa (2004, p. 22) concorda com esse ponto específico afirmando que “mais que um outro modo de produção, ela se insere num outro *ethos*: ela é um modo de vida que não se coaduna com o fundamentalismo mercantil”. Porém, o termo mais adequado para o autor seria “socioeconomia solidária”, apresentando a solidariedade como conceito “fundamental e termo de referência básico”.

Quijano (2005, p.497) entende que:

[...] não se trata aqui tanto de ‘um modo de produção’ alternativo [...], mas de organizações ‘não-capitalistas’ aptas, apesar disso, a pertencerem a um ‘mercado globalizado’, isto é, organizações que se situam mais como alternativas ao desemprego e à pobreza do que alternativas ao próprio capitalismo.

Diante dessa visão, a economia solidária cumpriria um papel paliativo em remediar os males trazidos pelo modo de produção vigente, deixando de levar em conta a versão da solidariedade como princípio de democratização da sociedade.

Para Gaiger (2003, p.3) o conceito “modo de produção” refere-se a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas e sob um caráter descritivo pode referir-se a “certa forma concreta de produzir” ou a “um estágio geral de desenvolvimento tecnológico”.

O autor ainda sugere que os empreendimentos solidários seriam uma forma social de produção específica, contraposta à forma de produção assalariada. Caso o desempenho desta nova forma social mostre-se superior, poderá ocorrer um novo desenvolvimento da base material, condição necessária para um novo modo de produção. Portanto, para o autor:

[...] a economia solidária não reproduz em seu interior as relações capitalistas, no melhor dos casos as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento (GAIGER, 2003, p.9).

Já Coraggio (2003), desenvolve sua reflexão teórica a partir do que denomina de economia do trabalho. Ela seria uma economia baseada nas unidades domésticas que busca a criação de bens coletivos.

Com a incapacidade do capitalismo atual em inserir o conjunto da população trabalhadora em seus empreendimentos e da limitação das políticas públicas compensatórias, o autor afirma que é possível construir uma economia centrada no desenvolvimento das capacidades do trabalho humano em sociedade, incorporando o “conhecimento como força produtiva indissociável do trabalho e da reprodução ampliada da vida” (CORAGGIO, 2003, p.19). A reprodução ampliada da vida significa, para esse autor, a melhoria estrutural da qualidade de vida com base no desenvolvimento das capacidades e das oportunidades sociais das pessoas.

Com relação às críticas que a economia solidária recebe, Leite (2009) ressalta que o ponto que as unifica é o descrédito na capacidade de que as cooperativas possam vir a significar uma experiência social importante baseada em outros princípios que não os capitalistas. Isso pode dar-se tanto pela necessidade de inserção no mercado capitalista, como pelas dificuldades que enfrentam em termos tecnológicos, de capital, de mercado, etc.

Mance (1999) enumera algumas críticas à proposta de economia solidária e sua estratégia a partir de citações de diversos autores.

1) A economia solidária pode provocar o aumento das desigualdades:

[...] tal proposta corre o risco de se realizar de uma forma muito desigual, ao deixar de fora os estratos sociais menos aptos a ‘tomarem a palavra’ e menos providos de capital relacional para investir na reciprocidade. Assentado ainda numa concepção eufemizada das solidariedades familiares, ela pode conduzir ao resultado perverso de um aumento das desigualdades em função do carácter particularista e selectivo daquelas solidariedades (MARTIN apud MANCE, 1999, pp.168-169).

2) A economia solidária necessita da ação dos governos como condição necessária ao seu sucesso: “[...] esse passo, o de transformar um fenômeno isolado em uma força econômica significativa, entretanto, ainda não pode ser previsto ou mesmo esperado sem uma atuação mais incisiva dos governos” (FOLHA DE S. PAULO, 1998 apud MANCE, 1999, p.169).

3) A economia solidária abarcaria empresas capitalistas privadas:

[...] todas as formas de organização são válidas, de empresas privadas isoladas, franquizadas, associadas, etc. a empresas coletivas, como cooperativas, comunidades de produção e o que mais puder ser inventado e experimentado (SINGER apud MANCE, 1999, pp.171- 172).

4) A economia solidária pode provocar uma competição solidária: “[...] será importante que haja várias empresas competindo pelos consumidores em cada ramo de produção dentro do setor, para que cada uma delas seja estimulada a melhorar a qualidade e baixar os custos” (SINGER apud MANCE, 1999, p.173).

5) A economia solidária refere-se à solidariedade dos pobres em si: “[...] as pequenas iniciativas de uma economia solidária não podem ser de pobres para os pobres, têm que ser competitivas” (SINGER apud MANCE, 1999, p.174). Para Mance (1999), a afirmação não considera que o conceito de competitividade deve ser suplantado pelo conceito de solidariedade.

6) A economia solidária necessita de proteção externa no período de aprendizagem:

[...] tal condição é indispensável porque os ex-desempregados [...] necessitam de um período de aprendizagem para ganhar eficiência e angariar fregueses. Para garantir-lhes o período de aprendizagem, os próprios participantes do novo setor devem criar um mercado protegido para suas empresas (SINGER apud MANCE, 1999, p.174).

7) A economia solidária necessita de uma moeda própria para a reserva de mercado:

[...] as transações entre cooperados deveriam ser feitas com uma moeda própria, diferente da moeda geral do país, digamos um ‘Sol’(de solidariedade) em vez de ‘Real’. O uso desta moeda que só terá validade para produtos do novo setor dará proteção de mercado que as pequenas empresas precisam para poder se viabilizar [...] (SINGER apud MANCE, 1999, p.175).

8) A economia solidária necessita de prestígio e patrocínio externo:

Seria importante que a cooperativa de economia solidária contasse desde o início com o apoio e patrocínio do poder público municipal, dos sindicatos de trabalhadores, das entidades empresariais progressistas e dos movimentos populares. Este patrocínio conferirá à cooperativa o prestígio necessário para atrair a adesão de um número grande de desempregados, sem o qual o novo setor não terá o vigor necessário para levantar vôo (SINGER apud MANCE, 1999, p.177).

Segundo Mance (1999), deve-se almejar o que ele denomina de “colaboração solidária”, onde o eixo de sustentação basear-se-ia nas redes solidárias. A colaboração solidária significa:

[...] um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular, buscando ampliar-se o máximo possível o exercício concreto da liberdade pessoal e pública (MANCE, 1999, pp.178-179).

Vainer (1999) nega a possibilidade da existência de uma articulação da economia solidária e contrapondo-se à proposta da economia solidária, sugere a prática da utopia experimental, que significaria a vivência, mesmo que limitada no tempo do que poderia ser um “outro mundo”, onde coexistiriam várias formas de sociabilidade do mundo do trabalho, entre elas a solidariedade e o sentimento de pertencimento a um grupo. O autor ainda adverte que a expansão de muitas das experiências de economia solidária parece estar ligada ao processo crescente de terceirização de etapas do processo produtivo.

Nesse sentido, além de não romper com o modo de produção capitalista, a economia solidária ainda colaboraria com a manutenção das estruturas vigentes.

Rosenfield (2003), discutindo a proposta de a economia solidária ser capaz de transformar a lógica do trabalho, ao deixar de ser instrumento de exploração, sofrimento e alienação e passar a ser um meio de auto-realização, autonomia e satisfação, expõe a visão de Méda.

Méda (apud ROSENFELD, 2003, p.22) reage negativamente a essa possibilidade argumentando que a propriedade coletiva dos meios de produção não elimina a alienação: o trabalho continua sendo meio para a produção de riquezas e humanização do mundo, logo, ele continua sendo heterodeterminado e, ainda, assevera que o trabalho só assumiria outra forma que não a atual, se rompesse com as três lógicas que configuram e delimitam o trabalho desde o século XVIII: 1) o trabalho como meio de acumulação de riquezas; 2) o trabalho marcado por relações de subordinação; 3) o trabalho como meio de ordenar o mundo. Diante dessa acepção, a economia solidária rompe com o caráter de subordinação presente nas relações de trabalho assalariado. No entanto, estaríamos diante de uma nova forma de subordinação, ou seja, a subordinação do cooperativado ao coletivo.

Na visão de Quijano (2005) as experiências de economia solidária podem ser vistas mais como uma declaração de intenções do que a afirmação de uma política. Tais experiências:

[...] surgem por iniciativa ou com o apoio de instituições de ajuda assistencial aos 'pobres' [...], subsistem e até parecem ajudar no desenvolvimento da consciência social dos seus membros em direção a uma ética de solidariedade. Mas quase todas elas desintegram-se logo que é interrompida a ajuda financeira externa. E as muito poucas que sobrevivem transformam-se em pequenas ou médias empresas dedicadas, explícita ou conscientemente, ao lucro individual e sob o controle e em benefício dos que administravam essas organizações 'solidárias' (QUIJANO, 2005, p.496)

Entretanto, afirma que a importância dos esforços cooperativos dos trabalhadores fundamenta-se em dois eixos: “enfrentar as conseqüências das tendências polarizantes do capitalismo e defender a sobrevivência” e utilizar a “auto-educação que pode levar ao desenvolvimento ou à formação de uma consciência crítica”. (QUIJANO, 2005, p.496).

De fato, a economia solidária surge dentro do capitalismo e ganha força a partir de suas crises, mas, não por isso, deixaremos de nos atentar à sua importância e à sua lógica distinta da lógica do capital, mesmo que ainda tenha necessidade de se relacionar com ele.

Souza Santos e Rodríguez (2005, p.72) asseveram que “as alternativas que dispomos implicam transformações graduais que criam espaços de solidariedade dentro de, ou nas margens, do sistema capitalista” e, para quem delas participa, “implicam [em] transformações fundamentais das suas condições de vida”.

Dessa forma, a ruptura com as estruturas vigentes dar-se-á com o resgate da auto-estima e da autonomia dos trabalhadores, que passam a considerarem-se capazes de realizar uma verdadeira mudança social.

Para Leite (2009), embora essas experiências não sejam capazes de promover uma transformação social mais significativa, elas são parte da nossa história e vêm deixando marcas importantes em nossa sociedade ao promover a solidariedade e a autonomia. Emergem como formas de resistência importantes à realidade atual do mercado de trabalho e adquirem um significado extremamente relevante para os trabalhadores que neles se inserem, podendo ser apresentadas como elemento central à compreensão do novo momento do mundo do trabalho.

Singer (2000b, pp.148-149) afirma que:

[...] a economia solidária não é uma receita que se aplica, dá certo, e o sujeito já pode esquecer e ir para outra. É uma luta contínua: descobri que a luta pela democracia, pela igualdade, provavelmente vai prosseguir sempre [...]. Acho que a democracia tem, junto com o cooperativismo, junto com as formas igualitárias, uma propensão à degeneração. Portanto, é preciso lutar contra essa degeneração, é preciso regenerar a democracia, eu diria, mais ou menos periodicamente.

O autor ainda considera que a economia brasileira estaria caminhando para uma economia mista “com uma certa presença de Estado, com uma presença de economia socialista ou solidária forte, com a presença capitalista, uma presença de produção simples de mercadorias e, quem sabe, até, uma presença grande de economia doméstica” (SINGER, 2000b, p. 165).

3.2 Os Empreendimentos Econômicos Solidários: características, limites e potencialidades

Os empreendimentos que participam da economia solidária são denominados de empreendimentos econômicos solidários (EES). Tais empreendimentos possuem valores distintos dos valores predominantes nas empresas capitalistas.

Para Singer os princípios organizativos dos EES baseiam-se na:

[...] posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que a utilizam para produzir; [na] gestão democrática da empresa ou por participação direta [...] ou por representação; [na] repartição da receita líquida entre os cooperados por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; [na] destinação do excedente anual (denominado ‘sobras’) também por critérios acertados entre todos os cooperados (SINGER, 2000 a, p.13).

Já no primeiro princípio exposto é possível notar uma diferença fundamental entre um EES e uma empresa capitalista: com a posse coletiva dos meios de produção⁴, os trabalhadores subvertem a lógica capitalista da separação entre trabalho e capital e participam dos processos decisórios.

Para Gaiger (2004, p.11), “as propriedades de um EES giram em torno de oito princípios [...]: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-

⁴ É possível encontrarmos em alguns EES a presença de trabalhadores contratados que recebem salários. Esses não são donos dos meios de produção e, normalmente, não participam dos processos decisórios.

sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social”. É válido ressaltar que diante da heterogeneidade dos empreendimentos, tais princípios encontram-se mais ou menos presentes.

A democracia e a participação são indissociáveis do conceito de autogestão e dizem respeito ao processo de tomada de decisão dentro dos empreendimentos. Para a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), a autogestão é “um modelo de gestão onde o controle da empresa e as decisões são exercidos pelos trabalhadores”. Dessa forma, eles devem decidir sobre tudo o que acontece na empresa: “metas de produção, participação dos resultados, política de investimentos e modernização, política de relacionamento entre as pessoas, mercado, etc.” (NAKANO, 2000, p. 74).

O igualitarismo, a cooperação e o desenvolvimento humano relacionam-se ao caráter social que esses empreendimentos apresentam, pois além de gerarem trabalho e renda são responsáveis pela inserção de pessoas excluídas do mercado formal de trabalho. Diante disso, Eid (2003a, pp.17-18) aponta o trabalho como elemento central nessas iniciativas e afirma que “a manutenção de cada posto de trabalho tem prioridade maior do que a lucratividade” e que a “acumulação deve estar subordinada ao atendimento das necessidades definidas pelo coletivo de trabalhadores”.

A auto-sustentação diz respeito à autonomia financeira do empreendimento. Já a responsabilidade social, para Gaiger (2004, p.11), estaria relacionada com a solidariedade, evocando “uma ética solidária, voltada a melhorias na comunidade e ao estabelecimento de relações de intercâmbio e comércio justo, além de práticas geradoras de efeito irradiador e multiplicador de experiências”.

Tomando como base os dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES- 2005/2007), podemos constatar os principais motivos que levam a criação dos EES:

Tabela1- Motivos de criação dos EES

PRINCIPAIS MOTIVOS DE CRIAÇÃO MAPEAMENTO 2007	
Alternativa ao desemprego	38%
Obter maior ganho	19%
Complementar a renda	17%
Acesso a financiamentos	16,5%
Trabalho associado	9%
Recuperação de empresa	0,5%

Fonte: Atlas da Economia Solidária e dados disponíveis no SIES 2005/2007.

Elaboração: a autora.

Tauile e Rodrigues (2004, p.39) ainda apresentam outras formas de surgimento de um EES. São elas:

- 1) Trabalhadores organizados arrendam um empreendimento econômico em estado pré-falimentar, no qual trabalham, para gerir a produção a partir de uma outra estrutura societária - empresa de autogestão – , geralmente quando essas empresas possuem dificuldades de gestão, administração, produção e/ou econômicas.
- 2) [...] compra de empresa por trabalhadores organizados em empreendimento coletivo, a partir de estudo de viabilidade econômica e condições de sustentabilidade da mesma, contraindo crédito e comprometimento financeiro, assumindo o negócio a partir da análise da viabilidade econômica.
- 3) Reconversão para autogestão de cooperativas e/ou associação de produtores, antes organizadas em cooperativas ou associações sem a devida ênfase ao processo de gestão democrática e participativa de seus sócios, passando a integrar o universo da Economia Popular Solidária praticando seus princípios e adentrando ao processo de funcionamento em redes de cooperação.

O processo que motiva sua criação é marcante para definição de algumas de suas características e pode ser fator preponderante nas dificuldades que o empreendimento pode vir a enfrentar.

Tauile e Debaco (2002) apresentam como principais problemas enfrentados por esses empreendimentos o grau reduzido de escolaridade dos participantes, o uso de equipamentos geralmente obsoletos e uma estrutura de capital deficiente que faz, freqüentemente, com que a necessidade de capital de giro seja superior à capacidade de financiá-lo. Além disso, apontam também problemas que agravam as dificuldades naturais em

se constituir um quadro de administradores competentes, como a carência de conhecimentos técnicos e de experiências em questões mercadológicas e macro-institucionais.

É válido destacar que o grau reduzido de escolaridade dos participantes, bem como a carência de conhecimentos técnicos, decorre da falta de acesso à educação de qualidade para a população de baixa renda, que geralmente integra os EES.

Para França Filho e Laville (2004), os EES geralmente demonstram pouca ou nenhuma capacidade de articulação externa na construção de redes ou obtenção de apoios e fomentação de parcerias com agentes públicos, o que acaba por restringi-los quase que inteiramente a uma dimensão comunitária.

De acordo com o Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005), 61% dos EES apresentam dificuldades na comercialização, 49% no acesso ao crédito e 27% no acesso a ações de acompanhamento, apoio ou assistência técnica, dados esses que apresentam um panorama das principais dificuldades enfrentadas, apesar de não permitirem análises mais concretas.

Betano (2008), analisando os produtos da reforma agrária, apresenta a comercialização como um elo entre a produção e o mercado, sendo considerada como elemento estratégico na garantia da sustentabilidade do empreendimento. Porém, a autora propõe que a análise dos mercados, a construção das ofertas e sua distribuição levem em consideração os princípios e valores solidários.

Uma das interpretações para a dificuldade na comercialização decorre do fato de que, ainda que internamente, os EES funcionem de acordo com uma lógica de solidariedade, eles tem que concorrer com as empresas capitalistas, baseadas na lógica da competição. Nesse sentido, França Filho e Laville (2004), apontam que esses empreendimentos têm um desafio inerente ao entendimento dos processos de produção e comercialização- a construção conjunta da oferta e da demanda. Caso esse desafio seja esquecido, corre-se o risco de descaracterizar o caráter solidário dos empreendimentos e reproduzir as relações de subordinação ao sistema capitalista.

A dificuldade de acesso às linhas de crédito e financiamento pode ser resultado da resistência e desinteresse do sistema financeiro oficial em conceder créditos aos pequenos empreendimentos.

No que diz respeito à falta de apoio ou assistência técnica recebida pelos EES, esta pode estar relacionada à falta de políticas públicas eficientes na área. Vale destacar que a

grande necessidade de assistência técnica externa decorre também de problemas anteriores à articulação do empreendimento, tais como o baixo grau de escolaridade, a dificuldade em internalizar a gestão coletiva que pode ser verificada na falta do hábito dos trabalhadores se manifestarem em assembleias e a própria compreensão de que o aprendizado para autogestão deve ser feito de maneira contínua.

No entanto, Eid (2003b, p.34), analisando as experiências e desafios da economia solidária, expõe que em diversas regiões do país já é possível observar vantagens do trabalho cooperado em relação ao trabalho assalariado, no qual destaca:

(...) renda monetária próxima ao valor obtido no mercado de trabalho; condição de sócio e gestor do negócio com poder de decisão em benefício do coletivo de trabalhadores; valorização da auto-estima; desenvolvimento intelectual e potencialidades profissionais, realizar o trabalho como algo digno e não como atividade penosa.

O autor ainda assevera que a cooperação e a eficiência no trabalho se desenvolvem onde existe união de interesses e motivações comuns aos membros; busca pela ampliação do conhecimento técnico e profissional que deve ser apropriado pelo coletivo e incorporado à produção e distribuição equitativa dos resultados do trabalho.

Tauile e Debaco (2002) apontam que apesar das adversidades enfrentadas pelos EES, ser sócio-trabalhador e participar das tomadas de decisões permitem um alto grau de motivação, na medida em que os trabalhadores buscam conhecer melhor o negócio. Além disso, consideram a transparência na gestão desses empreendimentos uma fonte de eficiência.

Os estudos demonstram que, na experiência brasileira, as empresas autogeridas apresentam graus bastante diversos de eficiência. Porém, mesmo que apenas um grupo restrito possa apresentar desempenho econômico-financeiro excelente, os EES têm o mérito de gerar ou preservar postos de trabalho e renda a um custo bastante reduzido (TAUILE E DEBACO, 2002).

Eid (2003b, pp.40-41) aponta ainda as seguintes vantagens em se participar de um empreendimento solidário:

- pode aumentar a produtividade do trabalho através da organização da produção, da divisão de tarefas e da racionalização dos usos dos meios de produção e do processo de trabalho;
- pode aumentar a escala de produção e a diversificação; produzir muitos itens que um produtor individual e isolado dificilmente conseguiria;

- aumenta a capacidade de obtenção de melhores condições (taxas de juros e prazos) e maiores somas para empréstimos;
- maior capacidade para produzir bens de maior valor agregado;
- aumenta as possibilidades de atingir a produção de bens e serviços próximos das necessidades de consumo das famílias cooperadas;
- aumenta a capacidade de atender rapidamente a demanda, principalmente nos momentos de pedidos elevados;
- aumentar a capacidade de resistência ao processo de exclusão social e servir de referência aos trabalhadores de que é possível produzir com eficiência e qualidade de vida sem uma relação capital-trabalho;
- aumenta a capacidade de pressão por melhores políticas públicas principalmente se for capaz de se articular com movimentos sociais e em redes de cooperação;
- permite fazer compras conjuntas a preços mais baratos, pois o volume é maior;
- consegue preço melhor do que vender em pequenas quantidades;
- pode potencializar a formação de laços de amizade e solidariedade entre familiares de cooperados e comunidade;
- ao se fomentar o cooperativismo pode-se quebrar o individualismo presente historicamente na sociedade capitalista;
- possibilita um aumento no nível de formação política, técnica e administrativa através da educação continuada e integrada;
- contribui para a construção da cidadania.

Na visão de Eid (2003b, p.36), o maior risco para os EES é entrar no “jogo da banalização dos princípios”, ao aderirem à lógica da competição presente nas empresas capitalistas. Para o autor:

Abrir mão dos princípios, para garantir a concorrência e não o desenvolvimento da (inter) cooperação e do crescimento dos movimentos sociais por melhores políticas públicas é não compreender que essas experiências populares têm também como importância mostrar ser possível o crescimento de formas democráticas de organização do trabalho e da produção (EID, 2003b, p. 36).

3.3 Economia Solidária no Brasil

Tanto no Brasil quanto no restante do mundo, a história da economia solidária se confunde com a do cooperativismo.

De acordo com Singer (2005, p.83):

A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão «desregulamentada» das máquinas-ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo. A primeira grande vaga do cooperativismo de produção foi contemporânea, na Grã Bretanha, da expansão dos sindicatos e da luta pelo sufrágio universal.

Apesar do Atlas da Economia Solidária (2007) não indicar as cooperativas como a forma de organização mais encontrada no Brasil, a cooperativa é tida como um protótipo de unidade de produção na economia solidária, sendo, portanto, freqüente referenciá-la na discussão da economia solidária.

Tabela 2- Principais formas de organização na economia solidária

Formas de organização	Mapeamento 2007
Associação	52%
Cooperativa	9,6%
Grupo informal	36,4%
Outras formas de organização	2 %

Fonte: Atlas da Economia Solidária e dados disponíveis no SIES- 2005/2007.

Elaboração: a autora

No Brasil, a história das cooperativas de produção começou no Rio Grande do Sul, em 1892, com a Società Cooperativa delle Convenzione Agricoli Industriali, formada por produtores rurais. Nas décadas seguintes, outras cooperativas se desenvolveram (VILLWOCK, SILVA e SCHNEIDER, S/DATA).

Até 1930, o cooperativismo no Brasil caminhava muito lentamente. A crise econômica mundial estimulou a emergência de cooperativas, especialmente no sul do país. A depressão econômica de 1929 fez o governo se interessar pelo cooperativismo, especialmente como instrumento de política agrícola (SCHNEIDER, 1982).

Em 1932, a implantação do Decreto nº 22.239, no governo Getúlio Vargas, regulamentou a organização e funcionamento das cooperativas, verificando-se nesta época, um surto relativamente apreciável do cooperativismo brasileiro. A partir de 1945, o governo passou a oferecer incentivos materiais e fiscais às cooperativas e, em 1951, foi criado o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) - extinto no governo Collor-. A partir de 1966, o cooperativismo perdeu incentivos fiscais e liberdades já conquistadas que levaram ao fechamento de muitas cooperativas. (SCHNEIDER, 1982, pp.31-32)

Durante a década de 1980, segundo Singer (2000a), a economia solidária (ES) começou a ressurgir de forma esparsa. Porém, foi a partir da segunda metade dos anos de 1990 que o movimento tomou impulso crescente e ganhou espaço também nas publicações

acadêmicas. Esse crescimento foi alavancado pelo crescente número de desempregados nas cidades, principalmente nas metrópoles.

Lisboa (2004) afirma que as primeiras reflexões sobre a ES foram produzidas no início dos anos 1990 por José Fernandes Dias, sendo denominada a partir do termo “Produção Comunitária”. Porém, estas primeiras reflexões discutiam as alternativas populares enquanto estratégia de sobrevivência dos mais pobres, e não como “uma outra economia”.

O conceito economia de solidariedade aparece pela primeira vez no Brasil em 1993 no livro *Educação comunitária e economia popular*, organizado por Gadotti e Gutiérrez, onde o autor chileno Luis Razeto o concebe como:

[...] uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas [...], que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas. (RAZETO, 1993, p.40).

Pinto (2006, p.28) afirma que o termo “economia solidária” apareceu no Brasil, pela primeira vez em 1996, citado por Paul Singer no artigo “Economia solidária contra o desemprego”, publicado pelo jornal “Folha de São Paulo”.

Singer denomina que a economia solidária é:

o projeto que, em inúmeros países há dois séculos, trabalhadores vêm ensaiando na prática e pensadores socialistas vêm estudando, sistematizando e propagando. Os resultados históricos deste projeto em construção podem ser sistematizados do seguinte modo: 1) homens e mulheres vitimados pelo capital organizam-se como produtores associados tendo em vista não só ganhar a vida, mas reintegrar-se à divisão do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas; 2) pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em conjunto, visando economias de escala e passam eventualmente a criar empresas de produção socializada, de propriedade deles; 3) assalariados se associam para adquirir em conjunto bens e serviços de consumo, visando ganhos de escala e melhor qualidade de vida; 4) pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empreendimentos solidários; 5) os mesmos criam também associações mútuas de seguros, cooperativas de habitação, etc. (SINGER, 2000a, p.14).

De acordo com o Atlas da Economia Solidária, em 2007, existiam no Brasil 21.859 empreendimentos produzindo de acordo com os princípios da economia solidária, contando com 1.687.496 associados.

O Atlas da Economia Solidária (2005), ao indicar a abrangência da economia solidária no Brasil e oferecer uma amostra de sua dimensão e potencialidade, demonstra uma realidade bastante complexa e heterogênea.

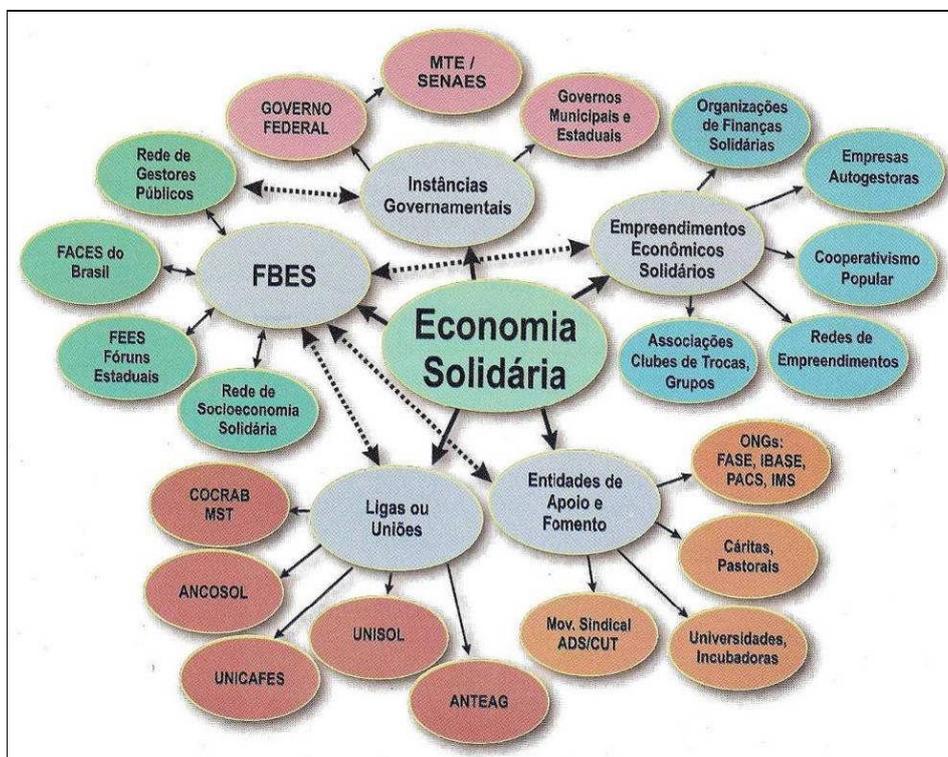


Figura 1- Representação do Campo da Economia Solidária no Brasil
 Fonte: Atlas da Economia Solidária - 2005

A partir da figura 1 podemos verificar que assim como o referencial teórico, o referencial político da economia solidária também se encontra em construção. A partir do ano 2000, nota-se o surgimento e o fortalecimento de diversas iniciativas da economia solidária em um cenário político e de reivindicação.

É preciso, porém, levarmos em consideração que este universo não é estático a ponto de ser representado em sua totalidade e que as forças sociais no seu interior e os vínculos entre elas estão em permanente processo de construção e reconstrução.

A seguir apresentamos uma breve explanação sobre os principais marcos do movimento de economia solidária no Brasil.

3.3.1 Marcos no desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil

3.3.1.1 Cáritas Brasileira

A Cáritas Brasileira é uma instituição da Igreja Católica- parte da rede da Cáritas internacional-, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A Cáritas desenvolve suas atividades com fundos gerados no Brasil pela Campanha da Solidariedade, que é permanente, e com fundos doados pela Cáritas e outras instituições confessionais de países desenvolvidos voltadas para a cooperação internacional (SINGER, 2005).

Há que se distinguir nas ações da Cáritas três grandes ênfases [...]: a ênfase assistencial, a promocional e a da solidariedade libertadora. A ênfase assistencial data de 1956 [...] a Cáritas encarregou-se de articular as obras sociais de inspiração católica para promover a distribuição dos donativos e alimentos, especialmente o leite em pó americano. [...] A ênfase promocional tem início em 1996. As inquietações advindas das contradições do programa de distribuição de alimentos no contexto do regime militar instaurado resultam em processo de mudança. [...] O lema ‘ensinar a pescar’ contrapunha-se ao ‘dar o peixe’, próprio da fase anterior. Experiências diversificadas de ações comunitárias do tipo das comunidades eclesiais de base, das associações de desenvolvimento comunitário, do cooperativismo, dão sustentação prática à reflexão sobre o desenvolvimento. [...] A ênfase à solidariedade libertadora, atual fase da Cáritas, privilegia um enfoque, um ponto de partida sobre o qual atua seja nas situações de emergência, seja nos apoios às iniciativas comunitárias ou associativistas, seja no apoio às mobilizações populares. [...] A premência para implementar ações através de projetos que respondessem às reais necessidades da comunidade levou à opção pela linha de apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) como expressão de compromisso social com o povo e como uma demonstração visível de que os trabalhadores organizados e apoiados têm uma saída para suas condições de miséria (BERTUCCI apud SINGER, 2005, pp.116-117).

Os pequenos empreendimentos solidários, denominados PACs, foram formados no início da década de 1980 e apoiados pela Cáritas Brasileira. A intenção era disponibilizar auxílio técnico e financeiro às propostas de desenvolvimento local em diversas regiões do País – elaboradas pelas próprias comunidades.

Singer (2005) expõe que os PACs foram classificados em quatro categorias: “comunitários”, subdivididos em produtivos e de prestação de serviços, de apoio a “movimentos populares”, à “ação sindical” e projetos de “assistência e promoção social”.

Esses grupos produtivos se desenvolveram principalmente no Rio Grande do Sul, onde constituíram, em 1996, o Fórum Estadual de Economia Popular Solidária (GAIGER, 2000; SOUZA, 2009).

Para Gaiger (2000, p.272), a “prática e os parâmetros da Cáritas infundiram-se num círculo maior de entidades, sendo por elas igualmente tencionados, do que resultou uma certa cultura e uma metodologia comuns a outros programas congêneres”.

Desde 2000, o programa nacional de Economia Popular Solidária (EPS)-abalizado nos PACs- passou a ter três objetivos: a promoção e formação de agentes e lideranças da Cáritas, o acesso aos recursos dos Fundos e a articulação em redes e fóruns. As feiras de EPS, além de espaços de comercialização, possibilitam também o intercâmbio de experiências entre os empreendimentos (CÁRITAS BRASILEIRA).

De 2004 a 2007, cerca de 10 mil trabalhadores (as) associados (as) (2 mil grupos) foram apoiados por meio do fortalecimento de redes de cooperação de produção, comercialização e consumo. Aproximadamente 600 agentes Cáritas de 160 entidades-membro acompanharam os empreendimentos formados por adolescentes, jovens, grupos de cultura, catadores, mulheres, populações rurais e urbanas, migrantes, comunidades em situações de risco, famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família, quilombolas, indígenas, acampados e assentados da reforma agrária (CÁRITAS BRASILEIRA).

Alguns focos de desenvolvimento local sustentável vêm se destacando, como Catende (PE), Assema (MA), Cooesperança (RS) e Pintadas (BA). Entre as redes e cadeias produtivas destacam-se a Rede Abelha (mel); a Justa Trama (algodão); a Rede Bode (BA) e a Rede Marcas (MG) (CÁRITAS BRASILEIRA).

Na cidade gaúcha de Santa Maria, o Projeto Esperança/Coesperança abrange mais de 220 grupos de produtores (de maioria rural), envolvendo cerca de 4 mil pessoas. Eles vêm realizando desde 1993 uma feira que já se tornou referência internacional do movimento de economia solidária (SOUZA, 2009).

3.3.1.2 Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária

A criação da Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag) deu-se em 1994, no 1º Encontro dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, realizado em São Paulo. Sua origem, porém,

remonta a 1991, quando os empregados de uma fábrica de calçados de Franca (SP) - Makerli-, decidiram assumir a direção da empresa (NAKANO, 2000; SINGER, 2005; SOUZA, 2009).

A Anteag surge não só para ajudar a luta dos trabalhadores pela preservação dos seus postos de trabalho e ao mesmo tempo pelo fim de sua subordinação ao capital, mas também para assessorar as novas empresas solidárias.

Singer (2005) afirma que pouco a pouco se desenvolveu uma tecnologia para aproveitar as oportunidades oferecidas pela legislação aos trabalhadores, de arrendar ou adquirir a massa falida ou o patrimônio dos antigos empregadores e assim preservar seus postos de trabalho.

A partir de 2000, a Anteag começou a ser contratada também por governos que decidiram dar prioridade à economia solidária. O governo do Rio Grande do Sul de Olívio Dutra fez um convênio com a Anteag que levou à ampliação de seus quadros no Estado para poder atuar em todas as regiões, e os resultados não se fizeram esperar: em um ano surgiu algo como uma centena de novas cooperativas, possibilitando a preservação de dezenas de milhares de postos de trabalho.

Nesse quadro de organização de apoio, a Anteag vem desenvolvendo diversas ações, algumas delas no momento da criação da empresa, discutindo com os trabalhadores não só questões de viabilidade do negócio, como também os desafios do trabalho coletivo; outras, no processo de acompanhamento de cada empresa em particular e delas no seu conjunto, para articulá-las e criar condições para a construção de redes solidárias e de negócios; outras ainda, para viabilizar trabalhos de parcerias com instituições diversas, para divulgar a autogestão, para discutir a necessidade de um novo marco legal que legitime e ordene as ações e o desenvolvimento das empresas de autogestão (ANTEAG, 1998 apud NAKANO, 2000).

Segundo Singer (2005, p.91):

[...] por surpreendente que seja, a grande maioria das tentativas de transformar firmas meio ou inteiramente falidas em empresas solidárias tem tido sucesso. Isso é explicado, em primeiro lugar, pelos sacrifícios feitos pelos cooperados, que se dispõem a trabalhar durante meses por ganhos mínimos, algumas vezes apenas em troca de cestas básicas [...]. Mas também pela enorme dedicação e amor ao trabalho não mais alienado, do que resultam aumentos inesperados de produtividade e grande redução de perdas e desperdícios. E, finalmente, pelo aprendizado por parte dos novos administradores das técnicas e manhas da gestão de comprar e vender, de receber e dar crédito, de inovar produtos e processos e de tecer relações solidárias com outras autogestões.

3.3.1.3 Incubadoras Universitárias

A primeira Incubadora Universitária surgiu em 1995, como uma iniciativa do Centro de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). (GUIMARÃES, 2000; SINGER, 2005; LEITE, 2009; SOUZA, 2009)

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) veio preencher uma lacuna vital no processo de formação de cooperativas e grupos de produção associada. Dessa forma, seria responsável por prestar assessoria contínua aos empreendimentos solidários, divulgando os princípios do cooperativismo entre grupos interessados, ajudando-os a organizarem atividades produtivas ou de prestação de serviços, a apurarem as técnicas empresariais, a legalizarem as cooperativas, a buscarem mercados e financiamento, etc. (SINGER, 2005).

A partir da experiência da ITCP/COPPE-UFRJ, outros grupos, em outras universidades, tomaram aquela experiência como referência e iniciaram a construção de outras ITCP's. Este movimento foi reforçado pela entrada das incubadoras, já conformadas numa "Rede de ITCP's" (Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares), na Rede UNITRABALHO⁵, em 1998, o que levou a uma difusão ampliada das experiências das incubadoras e a uma nova e rápida expansão do número de ITCP's (CRUZ, 2004).

As primeiras unidades de ITCP's foram formadas na UFRJ, na Universidade Federal do Ceará (UFC) e na Universidade de São Paulo (USP) e contam com o fundamental apoio do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT).

A integração em rede possibilita a troca de experiências e a ajuda mútua, e visa estabelecer em cada universidade não só um centro de extensão (em que se enquadra a incubação), mas também um centro de ensino e pesquisa.

Singer (2005, p.123) afirma que:

⁵ Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, fundada em 1995 e que reunia docentes e pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, cujo foco de investigação fosse o chamado "mundo do trabalho". Quando a Rede de ITCP's ingressou na UNITRABALHO (1998), já eram 8 (oito) as ITCP's, enquanto nos "núcleos locais" da Rede Unitrabalho já funcionavam 45 diferentes universidades. Em 2002, ocorreu a separação da Rede de ITCP's com a Rede UNITRABALHO. Para maiores detalhes ver GALLO (2003).

O ensino é necessário para formar quadros para as próprias cooperativas e para entidades de apoio à economia solidária que continuam se multiplicando. A pesquisa é indispensável para conhecer a realidade da economia solidária no Brasil e também no exterior, de modo a sistematizar a análise e avaliação das experiências para gerar proposições teóricas que sirvam para tornar a economia solidária mais autêntica e mais efetiva.

Segundo Guimarães (2000), o fortalecimento das ITCPs é, também, um meio que garante a inserção econômica desses grupos, ao possibilitar a criação de mecanismos independentes de comercialização, financiamento e formação. Além disso, a universidade reúne condições de evitar a descontinuidade e garante maior imparcialidade. O autor a considera um lugar onde os conflitos internos impedem, pelo menos a princípio, determinadas hegemonias, já que há o ingresso de novas pessoas a cada ano. “A massa da universidade é constituída de estudantes, grupos que mantêm a dinâmica e a coragem do novo” (GUIMARÃES, 2000, p.112).

Se, por um lado, o projeto ITCP representa uma inovação na forma de buscar respostas às exigências do desenvolvimento econômico local impingido aos setores excluídos, por outro, a sua consolidação depende de estratégias locais e articulação nacional (GUIMARÃES, 2000, p.119).

Um dos principais desafios a ser ultrapassado pelas universidades é elaborar uma metodologia de formação profissional dos trabalhadores que valorize o acúmulo de saber deste trabalhador de acordo com a especificidade de sua formação e área de atuação, ao mesmo tempo em que una o ensino formal ao profissional (GUIMARÃES, 2000).

3.3.1.4 Central Única dos Trabalhadores

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, no 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora.

Magalhães e Todeschini (2000, p.138) afirmam que:

No final de 1998, a executiva nacional da CUT aprovou a criação de um grupo de trabalho [GT] que iria iniciar as discussões sobre uma política da CUT para a economia solidária. Deste GT foi elaborado um projeto [...] desenvolvido em parceria com a Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao

Desenvolvimento (ICCO) da Holanda, a Fundação Unitrabalho e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Assim foi construído o Projeto de Desenvolvimento Solidário da CUT. Em linhas gerais, este projeto desencadeou um processo de discussões em todo país, culminando em 1999 com um seminário internacional, cujo objetivo principal foi debater e lançar a Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT.

No 7º Congresso Nacional da CUT, a Central formalizou seu apoio ao fomento da economia solidária. Para a CUT:

[...] a ‘economia solidária’ tem se apresentado como uma nova forma de se constituir alternativa de luta contra o desemprego e diálogo concreto com os desempregados e demais setores marginalizados pelas grandes cadeias produtivas [...]. Nesse contexto, a economia solidária e particularmente as cooperativas, tornam-se mais do que uma alternativa de geração de trabalho e renda, representando uma contraposição às políticas neoliberais (CUT, 2000, pp. 33-34).

A estratégia da CUT para a economia solidária está formulada em quatro ações articuladas: 1) uma política de organização sindical para a incorporação dos desempregados e dos trabalhadores cooperados na base sindical; 2) a organização da Agência de Desenvolvimento Solidário, com políticas de crédito, formação, pesquisa, incubação e outras; 3) formulação de propostas de legislação relacionada às questões da economia solidária; 4) formulação de políticas públicas para a economia solidária (MAGALHÃES E TODESCHINI, 2000).

Leite (2009) expõe que a CUT possui três entidades que, conjuntamente, fomentam a economia solidária: a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), a União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol) e a Cooperativa de Crédito e Economia Solidária (Ecosol). Tais entidades serão brevemente apresentadas a seguir.

3.3.1.4.1 ADS

A Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) é um órgão da CUT que foi constituído em 1999, em parceria com a Unitrabalho e o Dieese, além da articulação com entidades internacionais, como a ICCO e a Agriterra (organizações não-governamentais da Holanda), o Instituto de Estudos Sociais (Universidade da Holanda) e o Rabobank (Banco Cooperativo da Holanda). A ADS está estruturada a partir de um escritório nacional e

diversos escritórios regionais e estaduais (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO).

Sua criação deu-se a partir de um intenso debate no interior do sindicalismo cutista sobre as novas características da organização produtiva e do mercado de trabalho no Brasil e a necessidade de constituir novos referenciais de geração de trabalho e renda e de alternativas de desenvolvimento que tivessem como princípios fundamentais a economia solidária e o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a ADS tem como princípios orientadores a gestão democrática e solidária do trabalho e da produção; a distribuição de renda; o desenvolvimento sustentável; a educação permanente dos trabalhadores; e o respeito à diversidade étnica, cultural, regional, ambiental e de gênero.

O objetivo geral da ADS é gerar novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e contribuir com a construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável. Seus objetivos específicos são: fomentar os valores da solidariedade na sociedade; facilitar e ampliar o acesso dos trabalhadores ao crédito; proporcionar a formação de agentes na construção da economia solidária e a formação profissional, voltada para a ampliação da autonomia e da capacidade de gestão; construir novos conhecimentos no campo da economia solidária e realizar estudos que orientem na definição de estratégias e políticas da agência; apoiar a criação e a viabilização de empreendimentos solidários; organizar redes de economias solidárias orientadas por estratégias de desenvolvimento sustentável; ampliar o acesso dos trabalhadores a informações sobre políticas públicas, legislação e mercado; e proporcionar assessoria técnica, jurídica e política às organizações solidárias (MAGALHÃES E TODESCHINI, 2000).

De acordo com a revista “Programas de Inclusão e Organização Produtiva dos Empreendedores Cooperados” (2008), sua missão é promover a constituição, fortalecimento e articulação de empreendimentos autogestionários, buscando a geração de trabalho e renda, por meio da organização econômica, social e política dos trabalhadores. Sua estratégia de ação é a formação de complexos cooperativos, que são definidos como sendo concentrações locais de empreendimentos econômicos solidários que atuam em estreita cooperação entre si, segundo os princípios da economia solidária e articulados ao desenvolvimento local, garantindo sua sustentabilidade, autonomia e capacidade de inovação.

Estes complexos cooperativos são compostos por empreendimentos de produção, de serviços e de crédito, com políticas integradas e coletivas de formação, de comercialização, de desenvolvimento tecnológico e outras. Algumas dessas ações são concretizadas a partir da construção de redes de empreendimentos, que promovem alternativas e soluções para aumentar a competitividade e o acesso ao mercado a partir da colaboração mútua entre os diversos atores da economia solidária. Por meio delas, torna-se possível aumentar a quantidade de negócios gerados entre os empreendimentos, ampliar as oportunidades de comercialização em função das demandas de mercado, negociar preços mais baixos com fornecedores, trocar experiências e promover o aprendizado (REVISTA PROGRAMAS DE INCLUSÃO E ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DOS EMPREENDEDORES COOPERADOS, 2008).

Os complexos cooperativos surgem para auxiliar as cooperativas na construção de redes. Para a ADS, a idéia dos complexos cooperativos é a de formação de cadeias produtivas, com a finalidade de comercialização dos produtos.

Para promoção e fortalecimento dos complexos cooperativos, são implementadas políticas de crédito, comercialização, desenvolvimento tecnológico e autogestão. A ADS articula também a implementação de políticas públicas, com a intenção de criar ambientes institucionais mais favoráveis ao desenvolvimento da economia solidária.

A ADS possui diversos programas em andamento, entre os quais o de crédito solidário, o de educação, o de pesquisa e o de incubação e formação de redes de economia solidária, os quais desenvolvem e acompanham inúmeros projetos e experiências de economia solidária (BITTENCOURT, 2000).

Segundo o Coordenador Geral da ADS, Ari do Nascimento, a entidade vem desenvolvendo uma pesquisa para organizar uma rede de comercialização em parceria com o governo do Estado de São Paulo, o Ministério da Educação e a Petrobrás. A ADS também desenvolve projetos de alfabetização, com o intuito de reorganizar os empreendimentos e já alfabetizou 80 mil pessoas por módulo, entre comunidades de cegos, quilombos, aldeias indígenas e favelas. Além disso, oferece suporte para que os empreendimentos obtenham êxito na gestão e capacitação, apontando soluções para a comercialização. (REVISTA PROGRAMA DE INCLUSÃO E ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DOS EMPREENDEDORES COOPERADOS, 2008).

A partir de sua ação de fomento e organização de empreendimentos econômicos solidários, a ADS articula-se com duas outras entidades responsáveis pela organização política e representação dos empreendimentos: a UNISOL Brasil e a ECOSOL (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO).

3.3.1.4.2 Unisol

A União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil – Unisol consiste em uma associação civil sem fins lucrativos e de âmbito nacional.

Foi fundada em março de 2000, no Congresso da CUT, e surgiu da vontade das cooperativas nascidas com o apoio institucional do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e de Sorocaba e do Sindicato dos Químicos do ABC (CENTRAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS).

Inicialmente a entidade surgiu como Unisol-SP e congregava 12 empreendimentos solidários do estado de São Paulo. Em 2004, contava com mais de 70 empreendimentos.

A existência de diversas cooperativas de outros estados que eram atendidas pela entidade fez com que ela se transformasse em um complexo nacional: a Unisol-Brasil (LEITE, 2009).

Apresenta como objetivos:

- 1) Promover o desenvolvimento da chamada economia solidária, por meio do incentivo e apoio às iniciativas já em curso, bem como gerar novas iniciativas que resultem na criação de novos postos de trabalho e renda para os trabalhadores e pessoas em situação de exclusão.
- 2) Fortalecer os princípios do cooperativismo autêntico e da economia solidária, por meio da prática cotidiana da participação democrática, da intercooperação e da aglutinação das forças em prol do interesse comum dos sócios-trabalhadores.
- 3) Suscitar o debate - em âmbito nacional, regional, estadual e local - quanto às necessidades de modificações nas legislações correlatas à economia solidária e ao cooperativismo, influenciando nos respectivos legislativos para a adequação à atual realidade, bem como para a criação de mecanismo de incentivo, fomento e de apoio, concernentes aos interesses de toda a sociedade brasileira.
- 4) Dar representação política aos empreendimentos e às cooperativas como agentes de influência efetiva, promovendo a atuação conjunta, ampliando a participação e o desenvolvimento econômico e social como elementos fundamentais para a real inclusão dos trabalhadores e para a democratização dos meios de produção, do trabalho e das relações sociais (CENTRAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS).

Entre suas atribuições está a aglutinação das cooperativas, fazendo convergir seus interesses e suas ações em termos econômicos, técnicos, sociais e políticos (ODA, 2000)

A Unisol atua em dezoito estados brasileiros e financia a produção das cooperativas. Em 12 estados há a atuação de um técnico do Sebrae para atender os empreendimentos. São realizados cursos de formação em cooperativismo e economia solidária, orientações sobre como fazer um plano de negócios, assistência técnica em marketing e em comercialização.

A entidade tem como fundamentos o compromisso com a defesa dos interesses da classe trabalhadora, a melhoria das condições de vida e de trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e a uma sociedade mais justa (CENTRAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS).

Segundo Leite (2009), a Unisol já possui um centro de formação e está desenvolvendo uma parceria com Mondragón e com cooperativas de Quebec para a construção de um Centro Tecnológico.

Na visão de Oda (2000, p.104), a constituição da Unisol:

[...] insere-se num projeto político mais amplo, confirmando a crença deste sindicato na geração de uma economia solidária que cumpra seu papel em termos de democratização da economia e das relações de trabalho e que possibilite dar um novo significado político e econômico ao desenvolvimento do cooperativismo, bem como à própria trajetória do sindicalismo.

3.3.1.4.3 Ecosol

A Cooperativa de Crédito e Economia Solidária (Ecosol) é um sistema de apoio às cooperativas de crédito solidário. Foi criada em 2004, em parceria com o Sebrae, como uma forma de promover o fortalecimento da economia solidária e do desenvolvimento sustentável (ECOSOL).

Tem como meta a organização de uma rede de instituições financeiras locais de caráter coletivo e solidário que visa dinamizar o desenvolvimento local.

A entidade estabelece os seguintes princípios:

1. Cooperação e solidariedade entre cooperativas
2. Gestão profissional, democrática, participativa e transparente
3. Descentralização, flexibilidade e atuação em rede

4. Proximidade e confiança entre cooperativa e cooperado
5. Fomento à economia solidária e ao desenvolvimento local
6. Respeito à diversidade étnica, cultural, política e religiosa
7. Defesa da sustentabilidade ambiental e social (ECOSOL)

Tem ainda como objetivo, mobilizar a poupança das populações de baixa renda; possibilitar o acesso ao crédito por parte destas populações e promover o desenvolvimento local sustentável e solidário através de projetos produtivos orientados por tais princípios (ECOSOL).

3.3.1.5 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social que luta pela reforma agrária e por uma sociedade mais justa. O movimento realiza lutas constantes para além da ocupação de terras, pois possui a clareza de que, após a conquista de um assentamento, as mobilizações devem continuar ainda mais reforçadas. O MST considera que a viabilidade dos assentamentos depende do desenvolvimento das famílias no campo através de crédito para a educação, assistência técnica, infra-estrutura social e produtiva. Por ser uma organização atuante em praticamente todos os estados brasileiros, o MST tem condições de comandar ações de ocupação de terras para pressionar o Estado, a fim de agilizar desapropriações de áreas para reforma agrária, e, internamente, atuar como uma empresa social, coordenando as atividades econômicas dos assentados (CONCRAB, 1996).

Além de mobilizar trabalhadores em prol da reforma agrária e educar seus adeptos, o MST vem organizando cooperativas em áreas de assentamento. As primeiras cooperativas de produção agropecuárias (CPA's) foram formadas em 1989. Além dessas, há também cooperativas de crédito e de prestação de serviços no âmbito do movimento, todas congregadas nacionalmente na Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) (SOUZA, 2000).

De acordo com Vazzoler (2004), entre 1997 e 2006, iniciou-se, pela CONCRAB, um programa piloto de reestruturação orgânica e de acompanhamento sistemático no campo técnico e gerencial das cooperativas coletivas. Desse programa começaram a surgir elementos técnicos e econômicos com vistas à orientação tanto

metodológica quanto técnica e organizativa de todas as formas de organização coletiva dos processos de produção nos assentamentos.

O sistema cooperativo surge, portanto, com o objetivo de organizar a produção, além de cumprir a tarefa de aglutinar e organizar os assentados, representá-los politicamente, mobilizá-los, prestar serviços, desenvolver a capacitação técnica e contribuir com o caráter orgânico do MST.

Observa-se nas CPA's dos assentamentos vinculados ao MST uma maior permanência do homem na terra devido à maior renda gerada pelo trabalho, decorrente da maior possibilidade de investimento e aplicação da mecanização, do conhecimento científico e do progresso técnico (VAZZOLER, 2004).

Para VAZZOLER (2004), na concepção do MST, a organização das CPA's representaria, portanto, um passo adiante na melhoria da qualidade de vida dos assentados.

4. Políticas Públicas e Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos Domiciliares

O capítulo apresenta um referencial teórico sobre as políticas públicas de economia solidária, evidenciando o papel das políticas públicas relacionadas à gestão de resíduos sólidos urbanos e indicando as principais diretrizes atuais em âmbito nacional. Além disso, são apresentadas experiências de cooperativas na coleta seletiva que demonstram o papel do poder público como indutor dessas iniciativas.

4.1 Políticas Públicas: um referencial teórico

As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades e, dessa forma, qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade.

No seu processo de elaboração, implementação e, sobretudo, em seus resultados, as políticas públicas traduzem formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Levando em consideração que o poder⁶ é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia.

De acordo com Souza (2006), não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública.

Mead (1995) a define como um campo do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980) como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como 'o que o governo escolhe fazer ou não fazer'. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises

⁶ Na visão de Dallari (1982), o próprio termo política refere-se a tomada de decisões sobre o interesse comum, sendo sempre um ato de poder.

sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2006, p.24).

As políticas públicas, após serem desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados, ou sistemas de informações e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006).

Para efeito dessa Dissertação, apresentaremos um histórico sobre as políticas públicas de apoio à economia solidária, entendendo de forma resumida que elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que conseqüências e para quem.

4.2 Políticas Públicas de apoio à Economia Solidária

As primeiras políticas públicas de economia solidária começaram em três grandes cidades: Porto Alegre, Belém e Santo André, na região do ABC paulista (SOUZA, 2009; PRAXEDES, 2009).

Na capital gaúcha, em 1996, foi formada a Instituição Comunitária de Crédito Portosol, a primeira voltada para o microcrédito e chamada de “banco do povo”, desenvolvida com o apoio do poder público. Em Belém do Pará, em 1997, iniciou-se um trabalho de apoio aos chamados “empreendedores populares”, concedendo-lhes espaços públicos privilegiados para a comercialização de seus produtos e estimulando a formação de cooperativas. E em Santo André, no mesmo ano, iniciou-se o apoio para a formação de uma ITCP e para a criação de cooperativas de coleta seletiva e reciclagem de lixo (SOUZA, 2009).

No Rio Grande do Sul, em 1999, foi criada a Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI) que estabeleceu intercâmbios internacionais, sobretudo com a Secretaria de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho e Coesão Social francês, que funcionou durante o governo do primeiro ministro Lionel Jospin (1997-2002). A Sedai, além de apoiar as feiras estaduais de economia solidária, sobretudo as do Projeto Esperança/Cooesperança de Santa Maria, estabeleceu importantes parcerias com a Anteag e com a ADS-CUT (SOUZA, 2009).

Com a criação, em 2001, do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT- Brasileiro), no primeiro Fórum Social Mundial (FSM), ocorrido em Porto

Alegre, os movimentos sociais em torno da proteção e fortalecimento das iniciativas econômicas populares ganharam força (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL).

Tal grupo foi formado por um conjunto de entidades⁷ que se propunha a coordenar as ações de estímulo e fomento das atividades dos EES.

Souza (2009) afirma que a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, em 2002, abriu novos e promissores horizontes para a economia solidária. O movimento, que já contava com alguns fóruns locais e regionais, passou a se articular, procurando abranger todos os Estados brasileiros.

Em dezembro de 2002 foi organizada, em São Paulo, a primeira Plenária Nacional de Economia Solidária (PNES), onde foi aprovada uma carta ao presidente eleito, que apresentava as diretrizes gerais do movimento e reivindicava a criação de um órgão para se dedicar a essa política específica. Tal carta, intitulada “Economia solidária como estratégia política de desenvolvimento”, havia sido redigida pelo GT- Brasileiro.

A partir do Decreto 4.764, de 24 de junho de 2003, foi anunciada a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e sob a coordenação do Prof. Paul Singer (TIRIBA E PICANÇO, 2004; SOUZA, 2009).

A Senaes tem como objetivo geral “promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário” (MTE- balanço geral 2003-2006).

A Senaes vem desenvolvendo sua política pública específica no país, em parceria, sobretudo com os ministérios do Desenvolvimento Social (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), e também com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O principal programa da Senaes é intitulado “Economia Solidária em Desenvolvimento” e conta com recursos do orçamento do próprio MTE, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS-MDS).

⁷ O grupo foi formado com 12 integrantes: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para Assistência Educacional (Fase); Anteaq; Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (Ibase); Cáritas Brasileira; Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST- Concrab); Rede de ITCPs; ADS-CUT; Unitrabalho; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (Abicred) e alguns gestores públicos que vieram depois a constituir a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (SOUZA, 2009).

Além disso, a Senaes participa com o MDS, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Universidade de Brasília (UnB) da condução do Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES). Tal projeto, iniciado em 2006, envolve mais de 500 agentes comunitários, que procuram articular medidas de órgãos e instâncias governamentais diversos para apoiar empreendimentos solidários em todas as unidades federativas do país (SENAES-MTE).

Em paralelo à criação da Senaes, foi instituído, em 2003, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), durante o III FSM de Porto Alegre, com a finalidade de articular as experiências de economia solidária no território nacional e representá-las junto aos governos e fóruns internacionais. (LEITE, 2009; EVENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PAÍS E NA PARAÍBA). O FBES trabalha diretamente com a Senaes e desdobra-se em fóruns estaduais, buscando fornecer capilaridade ao movimento organizado de economia solidária.

O FBES estrutura-se a partir da articulação entre três segmentos do movimento de economia solidária: os empreendimentos solidários, as entidades de assessoria e fomento, e os gestores públicos.

A sua principal instância de decisão é a Coordenação Nacional, que consiste nos representantes das entidades e redes nacionais de fomento (GT- Brasileiro), além de três representantes por estado que tenha um Fórum Estadual de Economia Solidária. Destes três representantes por estado, dois são empreendedores e um é assessor ou gestor público. A Coordenação Nacional reúne-se duas vezes ao ano.

Há também uma Coordenação Executiva Nacional que faz a interlocução com outros movimentos e com a Senaes. É integrada pelas entidades e redes nacionais de fomento e por um representante de cada estado.

Para dar suporte aos trabalhos do FBES, propiciar a comunicação entre as instâncias e operacionalizar reuniões e eventos, há uma secretaria executiva, apoiada por uma comissão de acompanhamento composta por membros da Coordenação Nacional.

Existem ainda Grupos de Trabalho (GT's) que se compõem conforme a demanda de ações específicas do FBES, e para o avanço na implantação da plataforma da economia solidária. Os GT's são: Mapeamento, Finanças Solidárias, Marco Legal e Relações Internacionais. (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA).

Em junho de 2006, ocorreu a I Conferência Nacional de Economia Solidária⁸ (Conaes) que teve como tema “A Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento”. A I Conaes teve como principais objetivos: afirmar a economia solidária como estratégia de desenvolvimento; propor princípios e diretrizes para orientar uma Política Nacional de Economia Solidária; identificar o estado atual da economia solidária no país, tanto do ponto de vista da sua organização social quanto das políticas desenvolvidas; propor prioridades e estratégias de atuação para as políticas e programas de economia solidária, bem como para os mecanismos de participação e controle social. Além disso, esse evento serviu para definir os parâmetros de escolha de pessoas para compor o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).

O CNES foi instituído pelo governo federal em 21 de junho de 2006 (decreto n.º. 5.811) e é oficialmente responsável pela interlocução do movimento com as instâncias públicas nacionais. O CNES é composto por 56 membros, sendo 26 representantes de órgãos do governo, 20 de empreendimentos solidários e 17 entidades de apoio e assessoria (CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA).

A criação do CNES constitui um avanço para a economia solidária, pois os conselhos são espaços públicos de poder, nos quais são defendidos interesses diversos e onde os diferentes sujeitos sociais podem pactuar, de forma transparente e em igualdade de condições, os seus interesses pensados na relação com a coletividade, buscando construir compromissos públicos cidadãos.

Deve-se considerar que a participação e o controle social são estratégias fundamentais para a construção das políticas públicas, porém, apesar de os conselhos serem conquistas importantes da sociedade civil organizada, se eles não estiverem articulados com fóruns e processos que mobilizam lutas mais amplas, podem burocratizar-se, não alcançando as metas para as quais foram criados (PEDRINI E OLIVEIRA, 2007). A regulação e o funcionamento do CNES estabelecem um novo cenário, desencadeando novas e diferentes relações no interior do movimento de economia solidária, daí a significativa importância da definição dos papéis específicos do FBES e do CNES e a ação articulada entre estes atores.

⁸ A Conferência Nacional de Economia Solidária ocorreu em Brasília, contando com mais de 3.000 participantes, sendo 60% de representantes de EES e os demais 40% com membros de Assessoria, Apoio e Fomento (EAFs) e representantes governamentais. Mais informações consultar www.fbes.org.br

Na visão de Schiochet (2009), é preciso considerar que a economia solidária entrou na agenda das políticas governamentais “pela porta dos fundos”, já que as primeiras iniciativas de cooperação econômica e autogestão surgiram no âmbito dos programas de geração de trabalho e renda presentes nas políticas assistenciais e de desenvolvimento local.

O autor afirma que muitos empreendimentos econômicos solidários surgiram, por exemplo, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável (Dlis) e do Plano Nacional de Qualificação Profissional (Planfor).

O processo de consolidação da economia solidária enquanto uma política específica ocorreu a partir de um amplo “experimentalismo” de políticas de apoio à economia solidária. Essa diversidade pode ser entendida em função da especificidade das questões locais, das compreensões políticas sobre o potencial da economia solidária no enfrentamento das questões sociais, da priorização política, administrativa e orçamentária das ações implementadas, assim como em função dos diversos entendimentos sobre o significado da própria economia solidária (SCHIOCHET, 2009).

Segundo Schiochet (2009), do ponto de vista das políticas públicas, a inclusão da economia solidária nas ações governamentais explicitava os limites e contradições do “Estado mínimo para o social”, pois a economia solidária exigia uma posição cada vez mais ativa dos governos, como a de compor equipes qualificadas de gestores, planejar ações de longo prazo, viabilizar capacidade de alocação de recursos e integrar o Estado à economia real das comunidades.

Essas exigências sinalizam para uma crítica às políticas neoliberais e a defesa por uma participação mais ativa do Estado no enfrentamento das questões sociais. No entanto, tais avanços políticos e institucionais ainda não alteraram uma das principais características das políticas de economia solidária, o fato de elas serem “políticas de governo”, ou seja, sua existência depender dos partidos, coalizões ou grupos políticos que assumem a direção do Poder Executivo. Schiochet (2009) acredita que esse é o motivo para a economia solidária ainda não ter sido incorporada na agenda dos direitos (da cidadania) e dos deveres (públicos). Esta é a questão da institucionalização das políticas públicas de economia solidária.

A institucionalização de política pública de economia solidária se torna essencial como uma das estratégias para consolidá-la na agenda política das três esferas do governo e garantir a sua permanência como política de Estado.

Devemos observar que o fomento à economia solidária é uma política de desenvolvimento e, dessa maneira, não deve ser relegada às políticas de corte assistencial ou compensatório.

Praxedes (2009) expõe que nas esferas municipais e estaduais, merece registro o intenso aumento na aprovação de leis instituindo políticas de apoio e fomento à economia solidária, com a criação de instrumentos para efetivá-las. Na direção da institucionalização de uma política de economia solidária, diversas iniciativas legais têm surgido: Santo André – SP prevê a possibilidade de estabelecimento de convênios da prefeitura com cooperativas em processo de incubação; Diadema – SP prevê a redução gradativa do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) para cooperativas instaladas no município; em Osasco – SP, a Lei Geral prevê a criação de equipamentos públicos com Incubadora Pública, Centro Público, Centros de Comércio; Montes Claros – MG prevê a criação de um Fundo de Fomento à Economia Popular e Solidária; Recife – PE criou o Fundo Recife Solidário; João Pessoa – PB criou um fundo que possibilita a captação de recursos, em percentual sobre as compras de bens e serviços efetuadas pela prefeitura.

Para a construção de políticas de economia solidária é fundamental o acesso a fundos públicos que a financiem. No âmbito federal, a economia solidária não conseguiu constituir um fundo público desse tipo, nem ao menos acessar fundos públicos já constituídos, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Porém, outros programas ou fundos vêm apoiando as iniciativas de economia solidária, como o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este último vem sendo um diferencial significativo para produtores familiares rurais organizados em cooperativas e associações, que realizam através dele a comercialização de seus produtos. A transversalidade da política de economia solidária vem permitindo o avanço das iniciativas de maneira indireta através de outros ministérios e projetos e não apenas através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) (PRAXEDES, 2009).

Como parte da estratégia nacional temos ainda a implementação dos Centros Públicos de Economia Solidária, realizada pela Senaes em parceria com municípios e governos estaduais. Os centros se constituem em espaço de agregação das diversas iniciativas do campo da economia solidária, propiciando a participação de diversos atores presentes no território. É importante sublinhar o papel que os centros cumprem no fomento a processos de

desenvolvimento local na medida em que permitem a realização de atividades de articulação, formação e capacitação, além do potencial de atender a empreendimentos que estejam iniciando suas atividades (PRAXEDES, 2009).

Para Gomes *et al.* (2007), são necessárias políticas que visem a concretização das promissões de justiça social, materializadas nos direitos sociais conjeturados na Constituição Federal, de maneira a considerar os indivíduos como cidadãos ativos e não como “assistidos” que necessitam ser socorridos. A inclusão social e produtiva deve articular aspectos econômicos, sociais e de fomento a articulação dos seus EES, oferecendo trabalho, renda e participação social.

Pedrini e Oliveira (2007) afirmam que tornar a economia solidária uma política pública, de Estado, permanente e emancipável, é dar-lhe possibilidades de desenvolvimento, expansão e sustentabilidade.

No âmbito do governo federal, segundo Gomes *et al.* (2007), deveriam ser implementadas diversas ações, abrangendo o fomento a formação, capacitação dos sócios, agregação de valor dos produtos e serviços da ES, além da assistência técnica adequada às características organizacionais dos EES.

Para Singer (2007), o apoio natural e político do poder público à economia solidária permitirá que ela se desenvolva de acordo com sua natureza igualitária e democrática.

4.2.1 Limites para o fortalecimento da Economia Solidária no Brasil

É válido ressaltar que para o fortalecimento da economia solidária como uma política pública, como dito anteriormente, devemos pensar em políticas permanentes, emancipatórias e de Estado, articuladas às demais políticas, na perspectiva de integralidade, superando a fragmentação e sobreposição das ações.

As políticas públicas de economia solidária devem reconhecer e fortalecer a organização social dos trabalhadores e a constituição do sujeito político deste setor, elementos fundamentais para a institucionalização dos direitos e para o fortalecimento das esferas públicas democráticas.

França Filho (2006) afirma que, ao se modificar a forma como são vistos os atores e os empreendimentos sociais, poderá ocorrer o entendimento de que mudanças

significativas no próprio tecido organizativo local que compõe a dinâmica da economia solidária também afetam a própria configuração da política. Dessa forma, novas tendências são sinalizadas na configuração das relações entre Estado e sociedade no caminho de uma maior democratização.

Na visão de Pochmann (2004), existem cinco grandes lacunas para o fortalecimento da ES no país. O autor assevera que o papel das políticas públicas pode ser determinante para seu fortalecimento.

A primeira delas relaciona-se à necessidade de uma definição a respeito da regulação pública que defina o estatuto da economia solidária. Dessa forma, é possível enfrentar a lacuna decorrente do vazio legal que confunde a ética solidária com a concorrência desleal e mesmo com falsas cooperativas que fraudam os direitos legítimos dos empregos assalariados. Em outras palavras, o autor propõe a constituição de um código próprio do trabalho sob o regime da economia solidária.

A segunda lacuna diz respeito a um padrão de financiamento apropriado ao desenvolvimento da ES. De certa forma, parte-se do pressuposto de que o sistema bancário tradicional encontra-se distante dos princípios éticos da economia solidária, o que levaria a necessidade de uma linha nacional de financiamento própria, estruturada por agentes de créditos populares e por cooperativas comunitárias.

Uma terceira lacuna resulta da necessidade de constituição de uma rede de produção, difusão de tecnologia e extensão técnica no âmbito da economia solidária. Pochmann (2004) afirma que, além da articulação de fontes institucionais existentes de financiamento (fundos setoriais, Finep, Fapesp e congêneres estaduais) e de instituições de ensino, cabe a promoção de um organismo voltado ao apoio e à formação técnica na economia solidária.

A quarta lacuna expõe a necessidade da incorporação da economia solidária no âmbito das políticas públicas para a indústria e comércio exterior. Para Pochmann (2004), nada mais adequado do que realizar uma reformulação que seja capaz de incluir a economia solidária sob novos paradigmas éticos de produção e exportação.

Na quinta lacuna, surge o tema das compras do setor público e da promoção de redes direcionadas à comercialização e distribuição solidárias. É necessária a revisão da atual legislação que disciplina as licitações públicas, como forma de permitir a inclusão dos empreendimentos solidários, praticamente à margem das compras públicas.

4.3 Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos

É evidente que a destinação dos resíduos gerados pela sociedade se torna mais complexa à medida que aumenta a população, o nível de industrialização, o consumo de materiais produzidos em grande diversidade, assim como o esgotamento dos aterros sanitários ou dos lixões. Aliado a esses fatores, há o crescente aumento de resíduos sólidos que são gerados diariamente em virtude da ideologia do consumo promovida pela economia de mercado.

A preocupação mundial em relação aos problemas ligados aos resíduos sólidos urbanos (RSU) consta no capítulo 21 do documento final produzido na Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Eco-92. Este documento propõe como um dos principais compromissos da humanidade para com as futuras gerações o desenvolvimento sustentável, que deverá conciliar justiça social, eficiência econômica e equilíbrio ambiental (MMA,1999).

As diretrizes da Agenda 21 brasileira seguem as recomendações da CNUMAD e indicam como estratégias para o gerenciamento adequado de RSU: a minimização da produção de resíduos; a maximização de práticas de reutilização e reciclagem ambientalmente corretas; a promoção de sistemas de tratamento e disposição de resíduos compatíveis com a preservação ambiental; a extensão de cobertura dos serviços de coleta e destino final (MMA, 1999).

Segundo Bidone (1999), a geração de resíduos depende de fatores culturais; de hábitos de consumo, renda e padrões de vida das populações; fatores climáticos e características de sexo e idade dos grupos populacionais. Tais fatores devem ser considerados na elaboração de planos de gestão de resíduos sólidos urbanos, influenciando em seu sucesso.

No Brasil, enquanto o crescimento populacional, no período entre 1992 e 2000, foi de 16,4%, a geração de resíduos sólidos domiciliares foi de 49%, ou seja, três vezes maior. A situação é agravada pelo fato de, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 70% desses resíduos ainda serem dispostos de forma inadequada (RIBEIRO E MORELLI, 2009).

De acordo com pesquisa realizada pela Abrelpe (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais), no Brasil, em 2007, foram gerados cerca de 174,4 milhões de toneladas de resíduos sólidos. Destes, 61,5 milhões de toneladas são

urbanos (RSU), 400 mil toneladas são provenientes de serviços de saúde (RSS), 86 milhões de toneladas são industriais (RSI) e 26,5 milhões de toneladas são provenientes da construção e demolição (RCD) (RIBEIRO; MORELLI, 2009).

Esses dados demonstram a validade no aumento da preocupação quanto à destinação desse material após sua vida útil. A gestão e o gerenciamento do sistema de resíduos sólidos, para proposição de soluções adequadas ao seu manejo, devem considerar anseios e necessidades dos agentes envolvidos- setores produtivo, governamental e sociedade- bem como fontes de conhecimento científico, técnico e operacional existentes.

Em 2 de agosto de 2010 foi instituída pela Lei Federal n. 12.305 a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a gestão integrada e o gerenciamento dos resíduos sólidos, determinando as responsabilidades do poder público e dos geradores.

Fica estabelecida a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade.

O artigo 9º prevê que na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, cabe a todos os agentes da cadeia exercer esforços voltados à não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento de resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Embora incumba aos municípios e ao Distrito Federal a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, nos termos do artigo 10º da PNRS, compartilham da responsabilidade pelo ciclo de vida do produto os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes e consumidores.

A lei exige também que fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes assumam responsabilidade sobre os resíduos gerados, através da instituição do sistema de logística reversa associada à responsabilidade do setor empresarial.

A PNRS tem entre seus objetivos a integração dos catadores de materiais recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental; o estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumos de bens e serviços; a adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais; incentivo à indústria de reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclado.

Verifica-se que o novo quadro legal demanda fortes mudanças no sistema atual de gestão dos resíduos e pode afetar a situação dos contratos em vigor. Não raro concessões com prazos de até 30 anos de duração, ainda que em vigor, uma vez que não atendam ao novo cenário, deverão ser necessariamente revistas.

4.3.1 Do lixo aos resíduos sólidos: uma mudança de “status”

Por lixo, entende-se os restos gerados pelas atividades humanas que são vistos como inúteis, indesejáveis e descartáveis (JAMES, 1995).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) define lixo como “material desprovido de utilidade pelo seu possuidor”, do que se depreende a possibilidade de que ele represente algum valor para outrem. Nesse aspecto é que ganha destaque a participação dos catadores, dos ferros-velhos, dos sucateiros e das indústrias, que os incluem no processo de transformação como insumo. Para todos eles, os resíduos têm valor econômico, são objetos de procura, não sendo considerados, portanto, desprezíveis.

A crescente preocupação ambiental, social e econômica com a questão do “lixo” implica em uma mudança do termo para “resíduos sólidos”. O assunto hoje é tratado de forma prioritária tanto no setor público, pela sua função institucional de coleta pública, como no setor privado pela possibilidade de redução de custos da produção.

De acordo com a NBR 10004/2004 (ABNT - “Resíduos Sólidos – Classificação”), os resíduos sólidos são:

resíduos no estado sólido e semi-sólido, que resultam de atividades da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis, em face à melhor tecnologia disponível.

Na medida em que os resíduos sólidos ganham visibilidade, ocorre um movimento contrário com os milhares de indivíduos que são colocados diariamente à margem do processo produtivo: os catadores de lixo que, diferentemente do lixo, perdem sua visibilidade e carregam o estigma de não serem aceitos socialmente, tornando-se “invisíveis” (GOMES FILHO, 2004), fenômeno de uma sociedade do “descartável” que exclui produtos e pessoas desnecessários ao sistema.

Se, por um lado, a reciclagem traz visibilidade ao lixo, por outro, é a principal responsável pela invisibilidade dos que vivem dela. O desafio, portanto, é rever esta lógica mantendo o “lixo” visível por meio da gestão dos resíduos e tirando da invisibilidade os indivíduos por meio de políticas públicas de inclusão. Assim, a re-conceituação de lixo para resíduo e de mero indivíduo para sujeito (FIGUEIREDO, 1995) coloca o Estado como ator principal na revisão da problemática sócio-ambiental.

4.4 Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos

Como dito anteriormente, a gestão e o gerenciamento do sistema de resíduos sólidos, para a proposição de soluções adequadas ao seu manejo, deve considerar tanto anseios e necessidades dos agentes envolvidos, ou seja, os setores produtivos, governamental e a sociedade, como fontes de conhecimento científico, técnico e operacional existentes.

O Projeto BRA/92/017, *Gestão e Tecnologias de Tratamento de Resíduos* (SÃO PAULO, 1999) apresenta três tipos de gestão de resíduos sólidos: a integrada, a descentralizada e a centralizada.

A gestão integrada compreende a articulação orgânica dos diferentes agentes públicos locais e regionais atuantes na região metropolitana, mediante planejamento integrado, coordenação, controle e fiscalização participativos, e execução descentralizada até garantir a racionalidade e a eficiência do setor.

A gestão descentralizada pressupõe a possibilidade técnica de realização adequada de todos os serviços do setor de resíduos sólidos no âmbito de cada município, sem causar impacto em âmbito regional.

A gestão centralizada ou setorial concentra em uma só instituição estadual responsável ou em instituições a ela diretamente vinculadas, os poderes referentes às atividades de normalização, planejamento, coordenação, regulação, controle e execução dos serviços, de âmbito regional ou sub-regional, referentes a qualquer de suas fases ou a todas as fases dos serviços.

Lima (2001), ainda apresenta os modelos de gestão participativa e compartilhada. No modelo de gestão participativa, há a participação da população na indicação de áreas de atuação relativas aos serviços de limpeza urbana que é posteriormente avaliada pelo poder público e incluída no orçamento, dentro de uma prioridade político-

administrativa e financeira, buscando, nas ações a serem implementadas e na solução dos problemas, a participação efetiva da comunidade.

No modelo de gestão compartilhada, diversos municípios que apresentam características semelhantes urbano-geográficas, administrativo-financeiras e político-sociais, se unem para gerenciar seus resíduos por intermédio de modelos de gestão individual, mas compartilhando um mesmo aterro sanitário para tratamento e destinação final.

Lima (2001) faz uma distinção conceitual entre os termos gerenciamento e gestão. Para ele, a gestão dos resíduos sólidos abrange as atividades de tomada de decisão estratégicas com relação aos aspectos institucionais, administrativos, operacionais, financeiros e ambientais, ou seja, formulação de políticas, definição de instrumentos e meios. O gerenciamento de resíduos sólidos envolve os aspectos administrativos, gerenciais, econômicos e de desempenho considerando os aspectos tecnológicos e operacionais, portanto, se relaciona as etapas de coleta, tratamento e disposição dos resíduos sólidos.

De acordo com o autor, um modelo de gestão de resíduos sólidos deve contemplar os seguintes elementos:

- reconhecimento dos diversos agentes sociais envolvidos, identificando os papéis por eles desempenhados promovendo a sua articulação;
- consolidação da base legal necessária e dos mecanismos que viabilizem a implementação de leis;
- mecanismos de financiamento para a auto-sustentabilidade das estruturas de gestão e do gerenciamento;
- informação à sociedade, empreendida tanto pelo Poder Público quanto pelos setores produtivos envolvidos, para que haja controle social;
- sistema de planejamento integrado, orientando a implementação das políticas públicas para o setor (LIMA, 2001).

O sistema de resíduos sólidos compreende as etapas de geração, acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final.

A coleta representa, para a maioria da população, o último contato direto com os resíduos sólidos. No entanto, após a coleta, os resíduos são transportados, tratados ou não e dispostos no meio ambiente.

4.4.1 A Coleta Seletiva e a inclusão dos catadores

A disposição inadequada dos resíduos sólidos favorece a proliferação de doenças e de danos ambientais, relevando a importância do desenvolvimento de projetos e programas que cuidem da gestão adequada dos resíduos sólidos. Dentre os principais tipos de coleta de bens pós-consumo, Leite (2003) destaca:

- Coleta domiciliar do lixo: coleta realizada por órgãos públicos, constituindo-se na principal fonte primária de captação de bens descartados pela sociedade em comunidades onde a coleta seletiva ainda não atinge níveis adequados, sendo o destino ‘natural’ dos bens pós-consumo. Por este mecanismo são coletados tanto resíduos orgânicos quanto inorgânicos;
- Coleta seletiva domiciliar: designação dada a qualquer coleta de resíduos sólidos inorgânicos que contenha uma prévia seleção do material a ser captado ou que seja dirigida a determinado material. A coleta seletiva abrange a coleta em casas e estabelecimentos comerciais, a coleta nos chamados pontos de entrega voluntária (PEV), bem como a coleta em locais específicos, podendo a entrega de resíduos ser ou não remunerada;
- Coleta informal: captação manual de bens pós-consumo dirigida a materiais de melhor valor de revenda realizada pelos chamados catadores ou “carrinheiros”. Esta coleta é feita normalmente vasculhando o lixo domiciliar e comercial quando da sua disposição para a coleta pública.

A modalidade de triagem de resíduos domésticos, mais prática, efetiva e recomendável é a realizada nas fontes de produção, neste caso, as residências, com os próprios geradores separando os restos (BERRÍOS, 2002).

No Brasil, a tónica dominante nas cidades continua sendo a coleta domiciliar do lixo, sem a separação prévia dos materiais aproveitáveis. Entretanto, começa a processar-se um verdadeiro movimento em favor da coleta seletiva, na medida em que aumenta também a preocupação com a destinação adequada dos resíduos sólidos. Nesse processo, é de fundamental importância a adesão de toda a população.

Tanto no nosso país quanto no restante do mundo, a incorporação dessa prática se processa, principalmente, pela conscientização ambiental difundida na sociedade e não por motivações econômicas, como se poderia supor (BERRÍOS, 2002).

Nesse contexto, o apoio das prefeituras à formação de cooperativas de materiais recicláveis, inseridas no movimento de economia solidária, tem se constituído como

uma alternativa viável à gestão dos resíduos sólidos urbanos domiciliares. Essas cooperativas são um valioso instrumento de inclusão social e de gerenciamento ambiental, na medida em que geram trabalho e renda, preservam o meio ambiente e demonstram uma outra forma de racionalidade em sua proposta de gestão.

4.4.2 Políticas públicas no Brasil de apoio à formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis

Dentro do movimento de economia solidária, a primeira política pública de apoio à criação de cooperativas de coleta seletiva e reciclagem de lixo ocorreu em Santo André-SP, em 1997 (SOUZA, 2009).

A partir dessa experiência, a organização dos catadores para a formação de cooperativas de materiais recicláveis vem sendo praticada em diversos municípios visando o desenvolvimento econômico e social, através da geração de trabalho e renda.

Embora o movimento de cooperativas de catadores envolva certa polêmica em torno da sua natureza autogestionária, acredita-se que essa forma de economia solidária, na medida em que combina o social na dimensão empresarial, ainda se constitui numa resposta substantiva em face da instrumentalidade predominante no ambiente econômico competitivo (SINGER & SOUZA, 2000).

As cooperativas de catadores são organizações administradas pelos próprios cooperados e funcionam como centrais de beneficiamento primário de materiais recicláveis recolhidos diretamente na fonte (residências, estabelecimentos comerciais, condomínios e empresas).

No Brasil, cerca de 800 mil pessoas sobrevivem da catação de reciclados, com uma renda média de 1 a 1,5 salário mínimo por mês (RIBEIRO & MORELLI, 2009).

A criação das cooperativas e associações de catadores dentro de um programa de coleta seletiva permite também que essas pessoas passem a recolher os materiais recicláveis na fonte, evitando assim a “garimpagem” nos lixões e a abertura de sacos de lixo dispostos na rua à espera do caminhão de coleta tradicional (GODOY, 2005).

As associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, apesar de, no conceito de eficiência tradicional, serem consideradas um fracasso- já que o processo de coleta e triagem só é viável graças a subsídios públicos-, do ponto de vista social e ambiental

podem ser vistas como uma experiência de sucesso. Entre os benefícios da implementação deste modelo de gestão, que não devem ser avaliados estritamente sob a lógica do mercado, destacam-se: a retirada dessas pessoas dos lixões e uma (re) inserção na sociedade; a geração de renda, na medida em que otimiza os esforços de coleta e separação do lixo; a economia de recursos naturais, no sentido de re-inserir insumos reciclados no processo produtivo que levariam anos para serem biodegradados; a preservação do meio ambiente, na medida em que a coleta seletiva reduz a quantidade de resíduos a serem depositadas nos aterros sanitários e o resgate da auto-estima, já que o catador passa a ser visto como um agente ambiental.

4.5 Experiências de empreendimentos solidários na coleta seletiva: As cooperativas de catadores

O tópico apresenta a trajetória de algumas experiências de coleta seletiva que evidenciam o papel do poder público como indutor dessas iniciativas.

Levando em consideração que as experiências foram selecionadas a partir de uma análise de fontes secundárias, adotou-se como critério para a escolha das iniciativas: a maior disponibilidade de informações, o tempo de existência ou registro das iniciativas e o compromisso do poder público municipal.

4.5.1 ASMARE

No final da década de 1980 iniciou-se o processo de criação da ASMARE (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte), em decorrência do trabalho desenvolvido entre a Cáritas Brasil e a Pastoral de Rua que passaram a reconhecer a dimensão marginal à qual o trabalho do catador estava relegado e a vislumbrar o potencial de geração de trabalho e renda presente nesta atividade (DIAS 2002a, DIAS 2002b, ROMANI, 2004).

As práticas educativas onde as noções básicas de direitos, de ecologia e do valor do trabalho eram discutidas criaram as bases para a futura constituição da ASMARE em maio de 1990 (DIAS, 2002a)

As ações de coleta seletiva tiveram início em 1989, porém a parceria entre a Prefeitura, por meio da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), e a ASMARE somente

foi selada em 1992, com a assinatura de um convênio de cooperação entre a Prefeitura, a ASMARE e a Mitra Arquidiocesana (ROMANI, 2004).

O papel dos catadores e a importância social e ambiental da coleta seletiva foram ganhando força e resultaram em um Projeto de Coleta Seletiva dos Recicláveis, desenvolvido em parceria com os catadores.

O contexto sócio-político que propiciou essa mudança no trato com a questão do catador em Belo Horizonte se insere, no âmbito nacional, dentro do processo de democratização da gestão pública e, no âmbito mundial, dentro da discussão sobre sustentabilidade ambiental.

A Prefeitura apostou, antes de tudo, em uma campanha de sensibilização da população, por meio de diversas atividades educativas que tinham como objetivo a redução, reutilização e separação de materiais (ROMANI, 2004).

Coube também à administração municipal, o provimento de toda uma estrutura logística e operacional de suporte ao trabalho dos catadores que incluía galpões de triagem, implantação de contêineres (denominados LEV's –Locais de Entrega Voluntária) para recebimento de materiais recicláveis previamente separados pela população, caminhões para a coleta dos recicláveis, bem como uma assessoria no processo de capacitação dos catadores associados.

Além disso, depois de firmado o convênio, a Prefeitura passou a repassar mensalmente à ASMARE recursos financeiros para cobrir as despesas administrativas da entidade. Paralelamente, a SLU passou a investir em uma estratégia de sensibilização e mobilização da população buscando reverter a imagem preconceituosa em relação ao catador e estimular a prática da coleta seletiva com a doação dos recicláveis para a ASMARE.

O suporte logístico e operacional do poder público permitiu a incorporação de um maior número de associados à ASMARE, que encontraram nos galpões de triagem uma alternativa para a realização da triagem de recicláveis que antes era realizada nas ruas da cidade.

De acordo com Dias (2002a), o associado da ASMARE era tipificado em quatro subgrupos:

a) CATADOR: constitui o grupo ao qual a identidade da ASMARE estava associada no imaginário da população. Responsável por realizar a coleta de material reciclável nas ruas com carrinhos de tração humana (que chegam a pesar até 800 kg com a carga completa), se

subdividindo em dois subgrupos: os que têm pontos fixos de coleta e, conseqüentemente, itinerários fixos e os que não têm pontos fixos e, por isso, possuíam um itinerário mais flexível. Os catadores possuíam boxes individuais nos galpões para a realização da triagem e recebiam de acordo com a produção individual.

b) TRIADOR: o surgimento desse grupo está associado à implantação dos LEV's na cidade. Trabalham em boxes individuais específicos para a triagem dos LEV's, se especializando, cada um, na triagem fina de um tipo particular de reciclável. São diaristas que recebem de acordo com uma tabela de produtividade.

c) OPERACIONAL: apesar de não representarem um contingente expressivo dentro da ASMARE, alguns dos associados trabalham como prensistas, balanceiros ou coletores complementando o trabalho executado pelos funcionários contratados pela ASMARE para essas funções. Recebem diária de acordo com uma tabela de produtividade e participam da divisão das “sobras” no final do ano como o restante do corpo de associados.

d) ASSOCIADO DAS OFICINAS: são associados, muitos deles moradores ou ex-moradores de ruas, incorporados aos projetos de extensão da ASMARE: as oficinas de papel artesanal/bloquinhos/encadernação, o espaço cultural Reciclo, a marcenaria, a oficina de alimentação/restaurante e o ateliê de costura. Recebem de acordo com a tabela de diárias da ASMARE.

A disseminação dos galpões de triagem trouxe um disciplinamento das atividades, com horários de abertura e fechamento do espaço de trabalho, normas de convivência mútua e de manutenção da limpeza e da ordem.

De acordo com Dias (2002a), os galpões de triagem funcionavam de segunda a sexta-feira das 08:00 às 24:00 horas. As normas de funcionamento com a especificação dos deveres e proibições dos catadores, deveres dos vigilantes e diretrizes gerais foram elaboradas a partir de discussões com os catadores e as assessorias da ASMARE em assembléias. Os novos associados também tinham a oportunidade de discuti-las durante a realização dos cursos de capacitação que os preparam para o ingresso na ASMARE.

Os horários de trabalho variavam conforme a natureza do trabalho desenvolvido pelo associado. Os catadores responsáveis pela coleta com tração humana tinham um horário mais flexível, mas em geral começavam seu dia de trabalho entre 9 e 10 horas, retornando para casa por volta das 22:30-23:00 horas. Os triadores tinham um horário de trabalho mais definido, das 9:00 às 18:00 horas. Já os operadores de prensa trabalhavam

das 7:00 às 16:00 horas. O horário de funcionamento das oficinas era das 9:00 às 17:00 horas (DIAS, 2002a).

Dias (2002a), apresenta de maneira simplificada a rotina dos catadores que coletam nas ruas. O catador chega ao galpão entre 9:00 e 10:00 horas, descarrega o carrinho da coleta feita no dia anterior e começa o trabalho da triagem fina do material, saindo para a coleta do dia entre 16:00 e 17:00 horas, retornando, a maioria, ao galpão novamente entre 21:00 e 22:00 horas. No período que antecede sua saída para a coleta, o catador (a) além de triar seu material individual, tem que participar dos mutirões de limpeza semanais ou cumprir a escala de limpeza dos banheiros ou de qualquer outro espaço de uso coletivo. Também é no período que antecede a coleta nas ruas que são realizadas as reuniões coletivas. O catador de tração humana tinha que coletar uma produção mínima de recicláveis de 2.200 kg/mês para receber o benefício do vale-transporte.

Quanto à rotina de trabalho do triador, esta era um pouco mais rígida, começando quase que invariavelmente às 9:00 e se estendendo até as 18:00 horas. Cada triador trabalhava num box específico para cada tipo de reciclável, separando este material, por tipos, em diferentes caixas. Enquanto o catador não tinha um horário específico para o almoço, o horário de almoço do triador era entre 12:30 e 13:30 horas.

O triador também era responsável por ajudar a descarregar dos caminhões os “*big bags*” (grandes sacos nos quais os recicláveis são colocados quando de sua retirada do contêiner) da coleta dos LEV’s, encaminhando-os para o balanceiro que iria anotar o seu peso bruto em planilha adequada. Somente após esse procedimento o material era distribuído entre os boxes de triagem. Após triado, o reciclável era pesado, sendo que o rejeito resultante do processo era ensacado para posterior recolhimento pelo caminhão de lixo da SLU.

No que se referem às oficinas da ASMARE – marcenaria, espaço cultural Reciclo, de costura e a de papel artesanal/encadernação –, elas estavam se constituindo em um espaço de capacitação, principalmente, de moradores e ex-moradores de rua. Trinta pessoas do Programa de População de Rua da Secretaria Municipal de Assistência Social foram inseridas nas atividades das oficinas no ano de 2000. O acompanhamento da população de rua inserida era feito pelos educadores sociais da Pastoral de Rua e do Programa de População de Rua.

De acordo com Dias (2002b), os associados, em geral, gostam e valorizam a existência dos galpões. Alguns resistiram muito ao disciplinamento da atividade que esses

espaços implicam, mas reconhecem que houve uma significativa melhora das condições de trabalho e um aumento da auto-estima e do reconhecimento social.

A parceria com o poder público, também, permitiu à ASMARE (através do repasse de recursos financeiros mensais) oferecer aos seus membros incentivos como vales-transporte, uniformes, entre outros, que tiveram impacto significativo na melhoria da qualidade de trabalho e de vida dos seus associados (ROMANI, 2004).

O que se observa é que historicamente a rua, espaço tradicionalmente ocupado pelos catadores da ASMARE para a realização da triagem de recicláveis, era o locus do conflito dos mesmos com o poder público. A partir da parceria com a administração municipal que viabilizou a infra-estrutura de triagem aos catadores, a rua passou a assumir um novo significado: o de eixo estruturador a partir do qual a parceria com o poder público se dá com esses “trabalhadores na rua”.

É importante ressaltar que o Projeto de Coleta Seletiva tendo como parceiro o catador de material reciclável, representa um significativo avanço em termos de uma política pública de resíduos sólidos voltada para a construção da cidadania, à medida que reconhece o direito ao trabalho dos catadores.

4.5.2 COOPAMARE

Em 1989, São Paulo presenciou o surgimento de uma das primeiras cooperativas de catadores do país: a COOPAMARE (Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis de São Paulo), resultando de um projeto de apoio a moradores de rua realizado pela Organização e Auxílio Fraternal (OAF) (ROMANI, 2004).

A OAF sempre foi ligada à Igreja Católica e atuava no combate à pobreza no centro da cidade de São Paulo, de modo mais assistencialista, desde a década de 1950. Sob influência da teologia da libertação dos anos 70, ela mudou o seu discurso e sua forma de ação. Passou a privilegiar a formação de grupos e de um coletivo a partir dos moradores de rua como forma de organização dos mesmos e de reivindicação dos seus direitos sociais frente ao Estado.

Nesse contexto, a ONG (organização não-governamental) começou a criar diversos projetos e espaços de convivência, como forma de proporcionar encontros de reflexão, de conscientização e de questionamento da dura realidade vivida pela população de

rua. Um grupo de moradores, que se conheceu em 1983 nos programas da OAF, começou a pensar formas coletivas de inserção laboral. Desse modo, 10 moradores de rua começaram a trabalhar coletivamente na coleta de materiais recicláveis por meio de carrinhos de madeira (ROMANI, 2004; DOMINGUES JUNIOR, 2006).

Inicialmente, o grupo fundou uma associação como forma de legalizar o seu trabalho e, em 1989, transformou-se em cooperativa como forma de melhorar a sua regulamentação jurídica e aumentar a sua possibilidade de comercialização, contando com o auxílio da ONG neste processo.

Formada a cooperativa, foi estabelecida uma diretoria eleita por todos os cooperados, a aplicação dos princípios cooperativos, a propriedade e gestão coletiva e a divisão das sobras de modo igualitário. A ONG forneceu uma assistente social e uma secretária para auxiliar na contabilidade.

No início da década de 90, a cooperativa cresceu graças ao apoio fornecido pela Prefeitura, que cedeu verbas, um terreno e promulgou um decreto que reconhecia o trabalho do catador. A cooperativa passou a contar com 52 catadores de materiais recicláveis. (ROMANI, 2004; DOMINGUES JUNIOR, 2006).

A partir de 1996, devido a problemas internos existentes na cooperativa, tais como brigas, uso de álcool, etc., foram realizadas mudanças em sua gestão. A cooperativa - em parceria com a ONG - contratou mais dois funcionários: um para cuidar da vigilância, e outro para auxiliar nas decisões comerciais, mudando o modelo de autogestão (dos catadores) para a co-gestão (catadores e ONG) (DOMINGUES JUNIOR, 2006).

Apesar dessas mudanças, através do estudo realizado por Domingues Junior (2006), percebe-se que os catadores tendem a criar uma identidade coletiva em torno da cooperativa, objetivando a posse e o cuidado com ela. A cooperativa também é vista como um lugar onde existe justiça e onde não há a tradicional exploração que ocorre na maioria dos empregos. Estes dois fatores favorecem a percepção e a construção da igualdade na cooperativa.

Entretanto, apesar do discurso e da ação favorável à construção da igualdade na cooperativa, as desigualdades e hierarquias sociais inerentes à sociedade capitalista tendem a se reproduzir na cooperativa. Se por um lado os cooperados afirmam que não existem patrões na cooperativa, porque os próprios catadores é que fazem a sua gestão, por outro lado,

reclamam de diretores ou mesmo de funcionários da ONG que tendem – por vezes – a tomar decisões unilaterais ou mandarem no restante dos catadores.

Dessa forma, existe um conflito na cooperativa em torno de quem possui as aptidões necessárias para o comando dela. Os diretores da cooperativa e os funcionários da ONG têm a tendência de chamar a atenção dos catadores para falhas e erros realizados no trabalho e no cotidiano da cooperativa. Os demais catadores não aceitam que a diferenciação de cargos se converta em diferenças de poder dentro da cooperativa, não aceitam ordens, criticam diretores e funcionários da ONG, e tentam evitar que as decisões se concentrem neles.

Apesar dos conflitos, a COOPAMARE tem conseguido superar esses desafios e expandir sua atividade de reciclar materiais, aumentando o valor agregado de seus produtos e desenvolvendo produtos feitos com material reciclável através de processos manufaturados. A cooperativa conseguiu apoio de 204 condomínios e 56 casas vizinhas, além de 17 colaboradores, incluindo escolas, institutos educacionais e sócio-ambientais; 32 colaboradores, incluindo estabelecimentos comerciais e empresas; e 3 associações de bairro colaboradoras. Durante a pesquisa realizada por Domingues Junior (2006), trabalhavam na cooperativa, 56 catadores associados e mais 150 catadores avulsos, que contribuía com 20 por cento de seus rendimentos para o fundo operacional da cooperativa. A média de ganho de um catador da cooperativa oscilava entre 300 e 400 reais por mês⁹. A COOPAMARE produzia cerca de 160 a 200 toneladas de materiais recicláveis – cada catador coletando por mês cerca de 2-4 toneladas.

A cooperativa, através da venda direta a empresas interessadas nos materiais recicláveis conseguia, em média, um orçamento mensal superior a 30.000 reais. De acordo com Domingues Junior (2006), se estivesse tratando com os atravessadores, esse orçamento estaria reduzido quase à metade.

Em entrevistas realizadas por Domingues Junior (2006), os catadores destacaram o “nível” em que se encontravam, afirmando que “colocaram a cabeça no lugar”, e se transformaram “em outra pessoa”. Apesar dos conflitos encontrados e de muitas vezes os catadores sofrerem com o não-reconhecimento do seu trabalho por parte da sociedade, verifica-se pelos depoimentos o restabelecimento da auto-estima e de uma identidade positiva.

⁹ O valor nominal do salário mínimo em 01/05/2005 era de R\$ 300, 00 de acordo com a lei ordinária 11.164/2005. Disponível em: http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm

4.5.3 COOPERLIX

A Cooperativa de Trabalhadores em Produtos Recicláveis de Presidente Prudente- SP (COOPERLIX) surgiu em dezembro de 2003, como resultado do esforço conjunto de diversos setores da sociedade envolvidos em um Projeto de Políticas Públicas sobre “Educação Ambiental e gerenciamento integrado dos resíduos sólidos em Presidente Prudente SP: Desenvolvimento de metodologias para a coleta seletiva, beneficiamento do lixo e organização do trabalho” (Projeto de Políticas Públicas/FAPESP), realizado em parceria com a Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP), a Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, a Companhia Prudentina de Desenvolvimento (PRUDENCO), o Fundo Social de Solidariedade, a Federação Nacional dos Trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Ambiental e Áreas Verdes (FENASCON) e o Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação e Trabalhadores na Limpeza Urbana de Presidente Prudente e Região (SIEMACO), com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do Núcleo 3R da Universidade Federal de São Carlos (TAKENAKA E LEAL, 2006).

A COOPERLIX está instalada, desde 12 de dezembro de 2003, em uma área de 600 metros quadrados, incluindo barracão, escritório, vestiários, dispensa, cozinha e refeitório (utilizado também como sala de reuniões), construído pela Prefeitura Municipal de Presidente Prudente-SP. De acordo com Takenaka (2008), a cooperativa possui 38 cooperados oriundos do lixão e conta com 2 esteiras para triagem, 2 prensas hidráulicas verticais e várias baias para armazenamento dos resíduos, além de balança (até 500 kg) e carrinhos para transporte de carga. Para a coleta dos materiais previamente selecionados e descartados pelos moradores dos bairros atendidos pela COOPERLIX, a mesma possui três caminhões doados por parceiros e apoiadores do Projeto de Políticas Públicas/FAPESP. Seus componentes são pessoas que deixaram a catação ou garimpagem no lixão do município e aceitaram o desafio de buscar melhores condições de trabalho sob a forma cooperativa.

De acordo com Takenaka e Leal (2006), a COOPERLIX e seus membros enfrentam dificuldades que vão desde aquelas inerentes à organização do trabalho, processo de comercialização, falta de equipamentos e de condições de transporte/carregamento,

passando pela questão da conscientização da população local acerca da coleta seletiva de resíduos domiciliares.

Assim, grupos de apoiadores formados pelas instituições parceiras mantêm freqüente contato com a COOPERLIX visando contribuir para que seus trabalhadores consigam atingir as metas almejadas na opção pelo trabalho cooperativo.

A formação da COOPERLIX, de forma similar a outras iniciativas, surgiu como uma alternativa para aqueles que já trabalhavam como catadores e que, em decorrência do fechamento da área utilizada para a disposição dos resíduos do município, perderiam o seu local de trabalho.

Após a organização da COOPERLIX e a implantação da coleta seletiva, a mesma foi estendida para todos os dias da semana até atingir, em agosto de 2008, 80% da malha urbana. Adotou-se o sistema de descarte diferenciado, com os moradores sendo orientados a separarem os resíduos secos (metal, papel, vidro e plástico) dos resíduos úmidos (orgânicos) (TAKENAKA, 2008).

No que diz respeito ao cooperativismo, nota-se que o mesmo muitas vezes pode fracassar por não ter objetivos norteados e não saber administrar os conflitos inerentes do dia-a-dia no ambiente de trabalho. O uso do poder e liderança inadequados, também são fatores que desencadeiam o fracasso na equipe de trabalho. Neste sentido, torna-se necessário identificar problemas na articulação da gestão cooperativa, discutindo a interação da cooperativa com o mercado e sua relação com os cooperados (TAKENAKA E LEAL, 2006).

Dessa forma foi realizado, na COOPERLIX, um trabalho de treinamento sobre liderança, cooperativismo, conflitos no ambiente de trabalho e marketing pessoal visando contemplar o desenvolvimento de habilidades para que os cooperados possam tornar-se competentes em seus atos laborais. Os temas abordados foram: treinamento sobre trabalho em equipe e liderança, marketing pessoal no terceiro setor, finanças, formas de controle e gerenciamento em cooperativas e a importância da auto-estima no trabalho em equipe nas cooperativas. Participaram deste treinamento, além dos mediadores, os estagiários da Empresa Junior da Faculdade de Administração da UNOESTE (TAKENAKA E LEAL, 2006).

A PRUDENCO estabeleceu uma importante parceria com a cooperativa, auxiliando no transporte dos materiais coletados, ao ceder um caminhão e um motorista aos cooperados durante quatro dias da semana (segunda, terça, quinta e sexta). Com o intuito de auxiliar no gerenciamento interno da COOPERLIX, a PRUDENCO, cedeu no período de

2005 a 2008, um de seus funcionários que também atuou na articulação da comercialização dos produtos coletados, na administração dos custos de manutenção dos caminhões e na divulgação da coleta seletiva em escolas e condomínios (TAKENAKA, 2008).

A Prefeitura Municipal de Presidente Prudente efetiva o processo de reintegração de posse de um terreno para a ativação de um entreposto da COOPERLIX; visando a compra de materiais de “carrinheiros” que atuam na área urbana do município (TAKENAKA, 2008).

Em fins de 2007, o Banco do Brasil, através do Programa DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável), surgiu como novo apoiador da COOPERLIX, apresentando a possibilidade de liberação de verbas para a compra de equipamentos e máquinas, com o objetivo de aumentar a produtividade no processo seletivo de materiais recicláveis, e agregar valor para melhorar os preços recebidos. Tal proposta foi vinculada ao comprometimento por parte da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente em ampliar a área construída da COOPERLIX para acomodar os novos equipamentos e os fardos de materiais prensados, com a finalidade de evitar sua exposição ao ar livre (TAKENAKA, 2008).

Em junho de 2008, após a concordância da Prefeitura Municipal em ampliar a área construída da COOPERLIX e o início dos trabalhos de planejamento e estruturação, o Banco do Brasil liberou um recurso de R\$ 376.000,00 a ser investido, em sua totalidade, na compra de equipamentos de segurança, empilhadeira, esteira, máquina extrusora, computador e um caminhão e carroceria, além de materiais para a divulgação da coleta seletiva e materiais de consumo para o escritório (TAKENAKA, 2008)

Em relação à forma de organização e gestão, pretende-se que a COOPERLIX alcance condições de auto-sustentabilidade e que os parceiros auxiliem em sua gestão interna, mas que se mantenha o poder de decisão, com os cooperados. Takenaka (2008), afirma que a autogestão é um objetivo a ser alcançado e que, dessa forma, ela vem sendo construída, no curso de sua trajetória, a fim de responder às expectativas do grupo e aos objetivos de uma gestão coletiva, autônoma (embora assistida), democrática e sustentável. Prova disso são as necessárias intervenções por parte dos parceiros, em casos de conflitos internos, e de um gerente cedido pela PRUDENCO para auxiliar nas decisões administrativas e operacionais da COOPERLIX.

4.5.4 Associação dos Recicladores Dois Irmãos

A Associação dos Recicladores de Dois Irmãos localiza-se na Região Metropolitana de Porto Alegre, no Município de Dois Irmãos e de acordo com Martins (2004) apresentava uma característica diferenciada em relação à grande maioria das cooperativas e associações: a maioria dos seus trabalhadores era do sexo masculino. A associação possuía 19 recicladores, sendo 15 homens e quatro mulheres.

O gerenciamento de resíduos de uma forma integrada começou a funcionar no Município, em novembro de 1994, com a instalação de um centro de triagem/reciclagem e com a implantação da coleta seletiva na cidade (MARTINS, 2004).

Anteriormente, a questão do lixo em Dois Irmãos era tratada conforme a lógica comum da maioria dos municípios brasileiros: pouco cuidado ambiental e mínima técnica empregada no tratamento e na disposição dos resíduos.

Devido ao aterro do município não obedecer às normas ambientais, em 1994, o prefeito da cidade e seu vice foram condenados pelos órgãos ambientais estaduais a cumprir penas comunitárias, o que os levou a procurarem um técnico em questões de reciclagem. A pessoa escolhida foi o Consultor Roque Spies, que trabalhava para a empresa VIDA-Produtos e Serviços em Desenvolvimento Ecológico Ltda., de José Lutzemberger, em Novo Hamburgo (MARTINS, 2004).

Dirigindo-se a Dois Irmãos, Roque montou o centro de reciclagem inicialmente como uma microempresa, onde, no entanto, havia divisão igual de ganhos entre todos, funcionários e responsáveis pela empresa. Tendo firmado um contrato com a Prefeitura, esta cedeu um local para a usina, alguns equipamentos e a manutenção dos mesmos (MARTINS, 2004).

Em maio de 1999, a empresa tornou-se uma associação com características técnicas de usina. O enquadramento como usina, e não como galpão, como ocorre com a maioria das unidades de triagem da Região Metropolitana de Porto Alegre, deve-se ao aspecto de que essa unidade conta com uma esteira mecânica, duas prensas hidráulicas, um elevador de fardos, uma balança e um moinho granulador, cedidos pela Prefeitura, e outros equipamentos que também permitem o beneficiamento de materiais plásticos, como um aglutinador e uma centrífuga, adquiridos pela própria Associação (MARTINS, 2004).

A coleta seletiva no Município era realizada de segunda-feira a sábado, no Centro da Cidade e com roteiros nos bairros duas vezes por semana, recolhendo, basicamente, o lixo seco domiciliar, bem como os resíduos dos estabelecimentos comerciais e de outras atividades terciárias.

O perfil dos trabalhadores também difere do da maioria das associações e cooperativas de catadores, sendo todos alfabetizados, com escolaridade média de sexta série do ensino fundamental, e idade média de 34 anos. Muitos deles são ex- agricultores, que passaram pelo emprego na indústria de móveis e calçados, na região, e se voltaram para a atividade de reciclagem (MARTINS, 2004).

O suprimento de resíduos domiciliares à usina é garantido pela Prefeitura, através da coleta seletiva, além do material de alguns ateliês de calçados e da única empresa gráfica da cidade. Em termos de receita, o faturamento bruto mensal da Associação, com a comercialização dos materiais era, em média, de R\$ 18.000,00¹⁰. Além disso, a entidade recebia da Prefeitura um pagamento por serviços prestados, de R\$ 3.245,00 mensais, mais o valor correspondente às tarifas de água e de energia elétrica. Somando-se todos os valores, a associação proporcionava aos trabalhadores rendimentos superiores aos ganhos médios dos catadores/recicladores dos galpões de Porto Alegre (MARTINS, 2004).

Para esse melhor desempenho, considera-se também a questão de agregação de valor aos materiais no processo de beneficiamento, que estabelece um diferencial em relação aos materiais apenas separados, limpos e prensados. Na usina de Dois Irmãos, são realizadas algumas etapas de beneficiamento de plásticos, incrementando-se o valor destes no mercado de reciclagem. Além dos equipamentos de beneficiamento de plásticos e da esteira mecânica, a usina conta com um automóvel comprado com recursos da própria Associação, que serve para transporte eventual de trabalhadores e para atividades administrativas (MARTINS, 2004).

¹⁰ O valor nominal do salário mínimo em 01/05/2004 era de R\$260,00, de acordo com a Medida Provisória 182/2004. Disponível em: http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm

5. A experiência da coleta seletiva no município de Araraquara: A Cooperativa Acácia

A partir do estudo de caso realizado, objetiva-se retratar a realidade de uma cooperativa de catadores de forma mais completa e profunda. De acordo com Yin (2005), o estudo de caso é considerado adequado para uma análise explicativa de problemas reais e contemporâneos.

O estudo de caso foi realizado a partir de um levantamento bibliográfico sobre a cooperativa, de entrevistas realizadas com o gestor ambiental e com a presidente da cooperativa, de diálogos estabelecidos com os cooperados, além da observação direta através de visitas técnicas.

5.1 Histórico da cooperativa

A Cooperativa Acácia de Catadores, Coleta, Triagem e Beneficiamento de Materiais Recicláveis de Araraquara localiza-se no município de Araraquara¹¹, no interior do Estado de São Paulo, mais precisamente próxima ao bairro Parque Residencial São Paulo, numa vicinal entre a estrada que liga os municípios de Araraquara e Américo Brasiliense e um canal. A cooperativa possui a cessão de uso do espaço da usina de triagem localizada dentro da Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos de Araraquara.

Nos anos de 1994 e 1995 ocorreu a remoção¹² dos catadores (as) do lixão¹³ que foi cercado e colocado sob reforçada vigilância. A falta de perspectiva dos catadores (as), diante da remoção fez com que prosseguissem a catação em situação clandestina, “sujeitos à violência e desrespeito por parte dos vigias do local, gerenciado na época por uma empresa terceirizada de limpeza pública, a Construfert” (ADAMETES, 2006, p.8).

Em 1998, o agravamento deste cenário com pressões decorrentes das resistências dos trabalhadores gerou uma demanda social que levou a articulações políticas para a constituição de uma cooperativa de trabalhadores (as) com materiais reaproveitáveis a

¹¹ População estimada de 199.657 hab. Disponível em:< www.araraquara.sp.gov.br>

¹² Referida pelos catadores (as) como despejo.

¹³ O local, atualmente, é definido pela CETESB como aterro sanitário controlado.

ser formada pelos (as) catadores (as) de lixo em questão. Nesse sentido, a formação da cooperativa passou a ser assumida como um campo de disputa político-partidária local.

Com a inserção da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, através da Coordenadoria de Meio Ambiente, foi organizado, a partir de outubro de 2001, um grupo com 35 catadores independentes do lixão, que ali sobreviviam da catação há 10 anos¹⁴.

Este grupo deu formação, inicialmente, à Associação Acácia dos Trabalhadores de Materiais Reaproveitáveis de Araraquara, juridicamente constituída no ano de 2002¹⁵ e estruturada em um dos espaços pertencentes ao terreno que constituía o lixão.

As primeiras dificuldades surgidas diante do processo de formação associativa diziam respeito à falta de experiência no sentido de organização coletiva e a conseqüente insistência em prosseguir com os “modos de vida” do universo do trabalho realizado no lixão (ADAMETES, 2006).

De acordo com Adametes (2006, p. 122):

A investigação dos meandros desse processo de constituição da Acácia em meio ao campo descrito de demandas, desafios e ações políticas realizadas com base numa vontade e numa pressa e muito ampliadas e carentes de planejamento, revela relações de poder que vão demarcar, desde então, um lugar de dependência da Associação em relação ao poder público. O projeto associativo passa, nessa cadência e diante de diversos desafios, a estar sob a tutela e um forte controle exercido por parte da Secretaria de Desenvolvimento Social [...], gerando imposições e disputas com os (as) catadores (as) que, na contrapartida, acirram resistências. Perde-se, assim, o caráter de coletividade – que quer ser impressa à força e às pressas- e se assume uma autoria: a Associação Acácia passa a ser compreendida como um projeto da ‘Prefeitura’.

A partir daí, iniciam-se reuniões para elaboração de um Projeto de Coleta Seletiva Solidária promovido pela Prefeitura Municipal através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a Coordenadoria de Meio Ambiente em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a Coordenadoria Executiva de Economia Social e Solidária, a Secretaria do Governo, por meio da Coordenadoria de Participação Popular, a Secretaria de Obras e Serviços Públicos, o Departamento Autônomo de Água e Esgoto (DAAE) - responsável pela política de resíduos sólidos do município- e a Acácia.

¹⁴ Os catadores se expunham aos riscos de acidentes e danos à saúde inerentes à atividade, além de carregarem o estigma de serem associados ao material do qual retiravam o seu sustento: o lixo.

¹⁵ Ano em que o DAAE (Departamento Autônomo de Água e Esgoto) assume a gestão do lixão e fica responsável pelo seu funcionamento estrutural.

Já nas reuniões iniciais foram apontadas pela Acácia, através da presidenta da cooperativa, uma série de pendências em relação à sua situação institucional de dependência estrutural e financeira em referência ao DAAE.

Em meio a essas discussões surgiram uma série de questões que revelavam a fragilidade do processo formal de estruturação da Associação. Dentre estas, algumas se destacaram para efeito da Dissertação: sua identidade jurídica estava definida em termos legais? Qual era a relação da Acácia com o DAAE, gestor do espaço e da estrutura utilizada pela Associação? Qual era o real papel da Associação como parceira no Projeto?

Em paralelo a esses impasses, a Associação recebeu uma orientação por parte da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) para que elaborasse uma mudança para o estatuto de Cooperativa. Essa intervenção se deu por questões trabalhistas.

A partir da intervenção da DRT, o DAAE, por considerar que a Acácia estava em situação irregular, anunciou que não firmaria nenhum contrato, caso não houvesse mudança no seu estatuto. Essa é mais uma questão que revela a falta de autonomia da Associação em relação ao poder público.

Em fevereiro de 2006, constituiu-se juridicamente como Cooperativa Acácia de Catadores, Coleta, Triagem e Beneficiamento de Materiais Recicláveis de Araraquara.

No mesmo ano foi lançado o Programa de Coleta Seletiva Solidária, através de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Araraquara, o DAAE e a Cooperativa Acácia, após aprovação da Lei Municipal 06496/05 que autorizou o convênio com a Cooperativa com o objetivo de desenvolver projetos e ações relacionadas a coleta, triagem e beneficiamento dos materiais. Inicialmente, a coleta seletiva foi implantada nos bairros do Carmo e São José e a partir de 2007 foi estendida para toda a cidade.

Dessa forma, o Programa consiste na coleta domiciliar para posterior triagem e tratamento do material doado voluntariamente pela população. De acordo com o DAAE, em 2006 foram coletadas pela Acácia 206 toneladas de matérias recicláveis. Já em 2008, nos sete primeiros meses, o número registrado foi de 1.106 toneladas.

Em 21 de agosto de 2008 ocorreu a assinatura do contrato administrativo n. 1643 (ANEXO I) que estabeleceu o convênio entre o DAAE e a Prefeitura, de um lado, e a Cooperativa Acácia, de outro, instituindo novas regras para a coleta seletiva.

De acordo com a presidenta da cooperativa, na assinatura do contrato o quadro de cooperados era de 100 catadores e em outubro de 2010 possuía 180 trabalhadores associados.

O contrato e suas implicações serão discutidos na próxima seção.

5.2. A cooperativa Acácia como prestadora de serviços: O convênio com o poder público

O convênio firmado entre o DAAE, a Acácia e a Prefeitura oficializou a Cooperativa como prestadora dos serviços de coleta seletiva e estabeleceu o pagamento por esses serviços.

Através do contrato, a Cooperativa Acácia ficava responsável pela execução da coleta de materiais recicláveis porta a porta em toda a área urbana do município de Araraquara, pela execução da triagem do material coletado e pela sua preparação para comercialização.

Também ficou estabelecido de que a cooperativa deveria manter um gestor, responsável por prestar contas à Cooperativa e esta ao DAAE, a qualquer tempo em que solicitado.

O valor global mensal pago à cooperativa pela prestação dos serviços de coleta e triagem de materiais recicláveis contempla as despesas com administração local, escritório, material de limpeza, material de escritório, material de expediente, despesas com cooperados, despesas financeiras, despesas com veículo, despesas com comunicação e todos os encargos sociais e trabalhistas previstos em lei. Em outubro de 2010, o valor mensal pago pelo DAAE à cooperativa foi de R\$83.000,00.

A partir daí, verificou-se uma importante mudança nas entradas financeiras da organização, pois a partir da assinatura do contrato a cooperativa passou a receber mensalmente um valor fixo pelos serviços prestados e a este valor somou-se ao total das vendas de material reciclável. O total das duas entradas financeiras foi convertido em remuneração dos cooperados (em outubro de 2010 o valor foi de R\$ 530,00) e em fundos que serviram para sanar possíveis contingências, adquirir equipamentos e contribuir para a formação dos cooperados.

Ficou estabelecido também que a venda do material coletado deverá ser feita diretamente pela cooperativa sob a fiscalização da Gerência de Resíduos Sólidos. Do produto final auferido com a venda, 20% são repassados ao DAAE para serem investidos em atividades voltadas à disposição dos resíduos sólidos.

Além disso, o DAAE, a partir da assinatura do contrato, estabeleceu as seguintes metas de quantidade de material a ser coletado pela cooperativa:

Tabela 3: Quantidade de material reciclável a ser coletado

Período	Quantidade mínima a ser coletada
agosto a dezembro de 2008	150t/mês
janeiro a junho de 2009	200t/mês
julho a dezembro de 2009	250t/mês
janeiro a junho de 2010	300t/mês
julho a dezembro de 2010	350t/mês

Fonte: Contrato n. 1643/2008

Na visão da presidente da cooperativa, existe a necessidade de revisão do contrato de prestação de serviço, pois a mesma afirma que “quanto mais nós trabalhamos, mais somos taxados”, fazendo referência ao repasse ao DAAE de 20% sobre as vendas.

5.3 Processos de trabalho e produção

O fluxograma abaixo apresenta os processos de trabalho e produção na Cooperativa Acácia. Os detalhes de cada processo estão descritos a seguir.

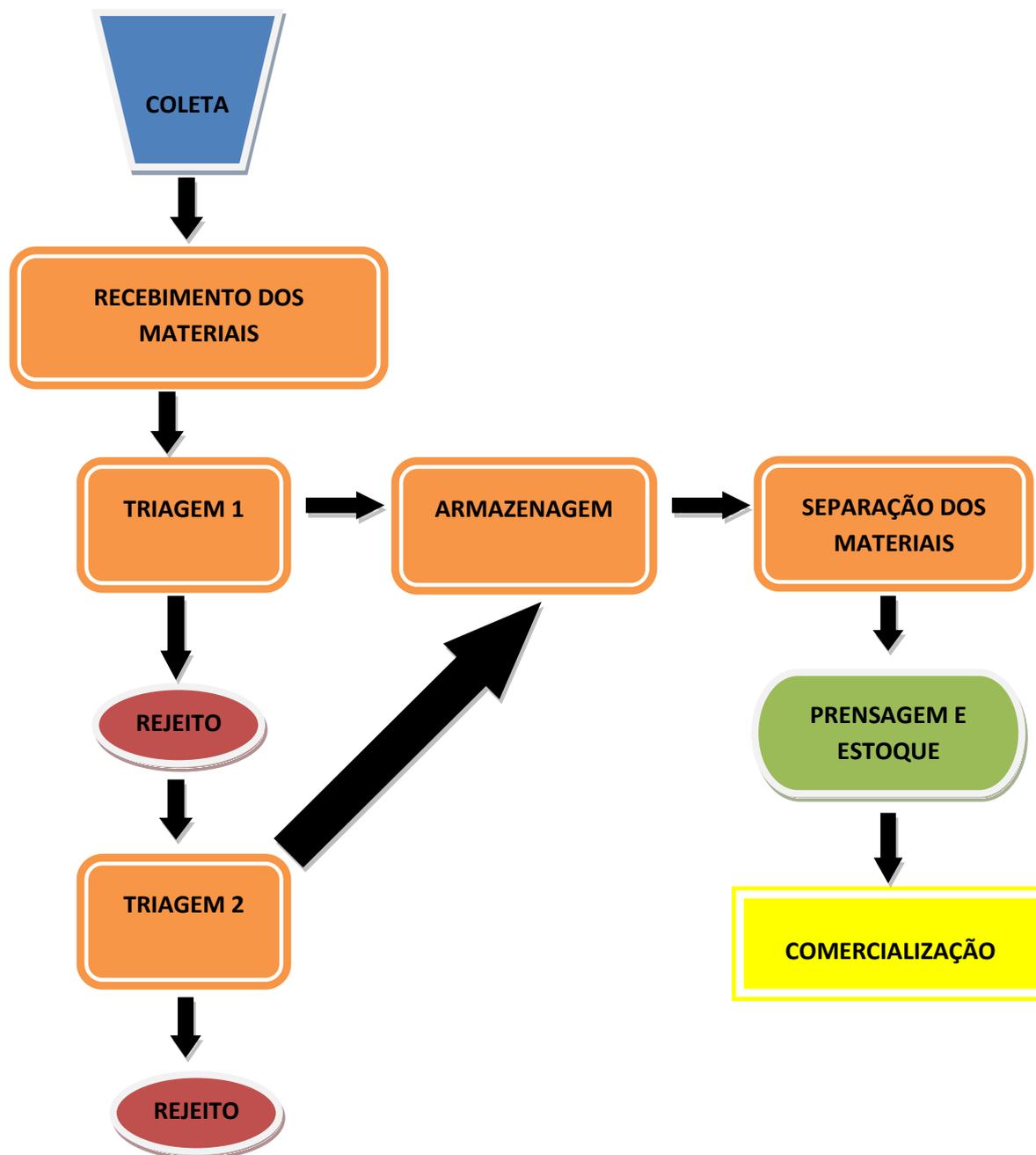


Figura 2- Fluxograma dos processos de produção e trabalho da Acácia
 Fonte: Adaptado de Rutkowski (2008)

Processo I: Coleta de Materiais Recicláveis

O processo produtivo é iniciado com o recolhimento da matéria-prima. A cooperativa realiza um trabalho de arrecadação do material reciclável e de conscientização da

população, informando nas residências e estabelecimentos comerciais a maneira adequada de se separar o material. O trabalho de coleta é realizado através da coleta seletiva porta a porta.

Para a realização da coleta, a cidade foi dividida em cinco setores (denominados A, B, C, D e E).

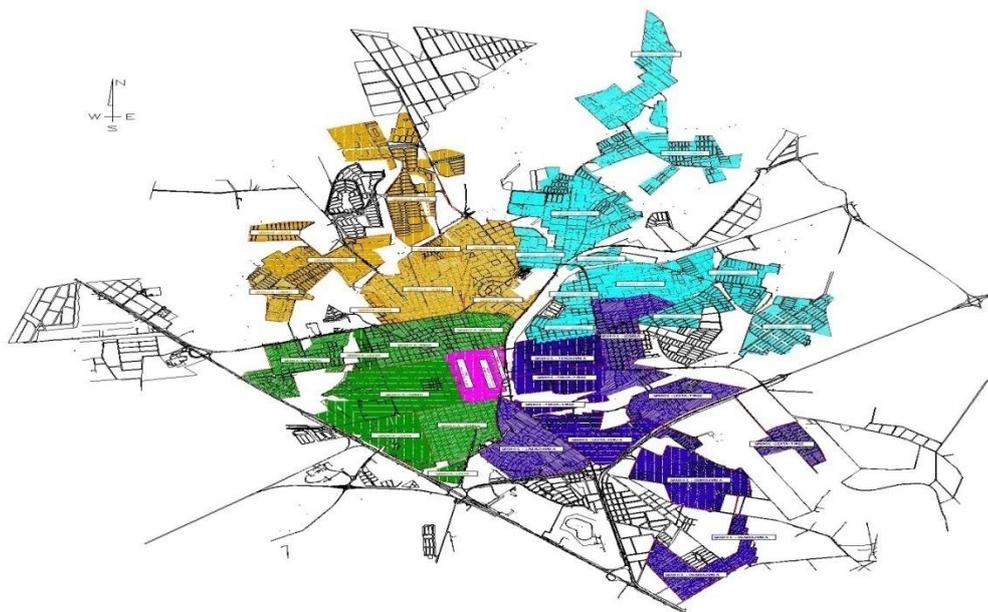


Figura 3- Mapa da cidade de Araraquara com a divisão dos setores da coleta seletiva

Cada setor é subdividido em 6 áreas, que a coleta percorre uma vez por semana (de segunda a sábado). A equipe de coleta ou grupo é composta por 10 trabalhadores: sete catadores que realizam a coleta porta a porta, um coordenador (líder do grupo) e dois catadores encarregados de carregar e organizar a carga do caminhão. Essa divisão é válida para os setores A, B, C e D. O setor E é composto por dois catadores que são responsáveis pela coleta nos condomínios da cidade.

O coordenador de cada grupo, além de realizar a coleta porta a porta, possui um aparelho de celular para a comunicação com o motorista do caminhão e com o escritório da cooperativa. Através da comunicação com o motorista é possível saber a hora exata de recolher os *bags*¹⁶. Além disso, o coordenador pode ser avisado de possíveis locais em que a coleta não passou através das reclamações da população ao escritório da cooperativa.

¹⁶ O material recolhido é armazenado nas ruas em *big bags* que depois são recolhidos pelos caminhões.

Para operacionalizar a coleta na rua, a cooperativa conta com 7 caminhões, sendo 5 deles fornecidos pelo DAAE e os outros 2 pertencentes a cooperativa¹⁷, 500 *bags* e 45 pontos de entrega voluntária (PEV's).

A partir de dezembro de 2008, a coleta na área central passou a ser realizada todos os dias da semana e nos bairros de São José e Santa Angelina passou a ser realizada duas vezes por semana.

A cooperativa possui um espaço no site do DAAE (<http://www.daaeararaquara.com.br>) e da Secretaria do Meio Ambiente de Araraquara (<http://www.araraquara.sp.gov.br/Pagina/Default.aspx?IDPagina=55>) com informações sobre a coleta seletiva, espaço para reclamações e roteiros atualizados.

Processo II: Recebimento dos materiais

Os caminhões chegam à cooperativa e descarregam o material dentro (ou próximo) ao silo de armazenagem, onde o material fica estocado até que seja requisitado pela etapa de triagem.



Figura 4- Silo de armazenagem

¹⁷ Em 2006, a cooperativa foi contemplada com um financiamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 251 mil, nos quais R\$ 233 mil foram investidos na compra de 2 caminhões, em equipamentos de escritório e em material de divulgação e R\$ 18 mil em 7 cursos de capacitação para todos os cooperados: fluxo de caixa, cooperativismo, estatuto social e documentos, recursos humanos, contabilidade, segurança do trabalho e primeiros socorros.

Através da figura acima é possível verificar que a capacidade do silo não é suficiente para alocar todo o material recebido. Grande parte do material que chega fica exposta a céu aberto e, em dias de chuva o material perde qualidade por estar molhado, além de sofrer contaminação pela mistura de materiais de diferentes qualidades.

Na parte de dentro do silo de armazenagem existe uma motocana, responsável pela alimentação da esteira.



Figura 5- Motocana sendo operada

A motocana é operada por 1 cooperado, porém no local permanecem 3 cooperados que se revezam para operar a máquina e movimentar o material que fica fora de seu alcance.



Figura 6- Motocana descarregando o material na esteira de triagem

Processo III: Triagem

A etapa de triagem consiste no recebimento do material do silo e sua seleção e despacho para o estoque intermediário. O material proveniente do silo é despejado numa esteira de talisca que despeja o material numa esteira móvel, cuja velocidade é controlada pela triadeira que fica na boca da esteira. As trabalhadoras ficam dispostas em duplas, cada uma de um lado da esteira e são responsáveis pela triagem dos materiais previamente definidos. Os materiais selecionados são armazenados, por tipo, primeiramente em *bags* que se situam ao lado da cooperada e que vão sendo descarregados em *big bags* situados abaixo da esteira.



Figura 7- Boca da esteira



Figura 8- Esteira de triagem

Os materiais considerados rejeitos seguem para uma esteira de rejeitos, onde há 4 cooperadas que retiram possíveis materiais que tenham passado pela esteira de triagem. Aqueles realmente classificados como rejeitos seguem o curso pela esteira até serem despejados numa área fora do silo de armazenagem, onde são recolhidos e levados para o aterro mais próximo.

No setor de triagem há problemas de diferentes esferas, como de manutenção, estruturais e ergonômicos.

Em diálogo com uma das triadoras, ela afirmou que a esteira é pequena para o volume do material, e que uma esteira mais comprida, mais larga e mais alta possibilitaria uma triagem mais eficiente.

Além disso, o espaço entre a esteira e a “parte” lateral do galpão é muito pequeno, dificultando a movimentação.

Rutkowski (2008), analisando alguns aspectos das condições de trabalho em cooperativas de catadores afirma que vários foram os problemas encontrados, tais como: falta de segurança e condições adequadas para o exercício da atividade produtiva, forte calor, alto nível de ruídos, além de giros indevidos de quadris e permanência em pé por um tempo prolongado por parte das trabalhadoras.

Na Acácia, o local de triagem é de difícil acesso, não possui chão com piso antiderrapante e as cooperadas permanecem em pé por um tempo prolongado. Além disso, apesar de no local existir uma placa dizendo ser obrigatória a utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI's), tais como luvas de proteção, óculos de proteção, avental de PVC, máscaras e protetor auricular tipo plug; apenas as luvas e os aventais estavam sendo utilizados pelas triadoras.

No local da triagem não há bebedouros e banheiros, os mesmos se encontram somente próximos ao escritório.

As cooperadas afirmam que com a assinatura do contrato e a adesão de novos cooperados, o processo de triagem foi agilizado, porém a quantidade de prensas não tem sido suficiente para a nova demanda.

No mês de outubro de 2010, encontravam-se 26 cooperadas trabalhando na esteira de triagem.

Processo IV: Armazenagem

Quando um *bag* se torna completamente cheio no posto de triagem da esteira prontamente é substituído por outro vazio. Há dois trabalhadores que executam esse serviço e que ainda são responsáveis pelo deslocamento desses *bags* cheios da área de triagem até o galpão de prensagem/separação. Dependendo da quantidade de matéria-prima recebida por dia estes *bags* podem se acumular no pátio da cooperativa, em forma de estoque em processo, uma vez que a atividade de triagem necessita de menos tempo para ser executada do que a atividade de prensagem. Isso causa congestionamento no pátio ocasionando dificuldade na movimentação dos *bags* e do produto final (fardos com material já prensado).

Processo V: Separação

A separação está alocada no galpão da prensa. Esta atividade consiste na separação dos diversos tipos de materiais que serão posteriormente prensados.

Processo VI: Prensagem e Estoque

A última etapa do processo produtivo consiste na prensagem e confecção dos fardos dos materiais triados e separados nas outras etapas para a venda. Esta é considerada a etapa gargalo. Como dito anteriormente, a quantidade de prensas não tem sido suficiente para atender a nova demanda de material, já que a partir da assinatura do contrato ocorreu um aumento de 140 para aproximadamente 300 toneladas por mês de material reciclável coletado.

Dessa forma, constantemente há material à espera da prensagem e de acordo com a presidente da cooperativa, isso traz implicações como o fato dos cooperados (as) precisarem parar a triagem ou triar de forma mais lenta, além do material triado permanecer por um maior período de tempo exposto às intempéries, podendo causar a perda de materiais como o papel e o papelão.



Figura 9- Material sendo prensado

De acordo com o gestor ambiental, essa situação elevou a quantidade de material destinada ao rejeito de 15% para quase 30% de todo o material triado, acarretando em perdas financeiras para a cooperativa e para o meio ambiente.

Como proposta para a solução desse problema está a aquisição de mais uma prensa horizontal com capacidade de prensar 5 toneladas por hora, o que além de agilizar o processo de prensagem, ainda tem a vantagem de poder ser operada por mulheres, por ser mais leve, levando em consideração que as prensas atuais são todas operadas por homens.

A cooperativa apresenta um espaço reduzido para armazenar o produto acabado (fardos) que fica, em grande parte, armazenado a céu aberto. Além disso, o espaço para armazenar o estoque em processo e para movimentar os fardos e materiais também é pequeno.



Figura 10- Estoque dos fardos

A solução apresentada pelo gestor seria a aquisição de duas paleteiras manuais com elevador pneumático que possibilitariam colocar o material já prensado um sobre o outro, reduzindo o espaço necessário para o estoque.

A falta de um local adequado para armazenar o material, pode acarretar também em prejuízos na sua comercialização, na medida em que a cooperativa pode vender esse material a atravessadores para evitar maiores perdas. Além disso, tal relação imediatista com o mercado comprador também pode ocorrer pelo fato da atividade da catação se destinar à garantia da sobrevivência dos cooperados (as), não existindo espaço para a definição de estratégias a médio e longo prazos. Tal atitude acaba por contrastar os objetivos de agregação de valor aos materiais coletados, seja através do aumento da escala de vendas ou pela incorporação de tecnologia ao produto, por meio de seu processamento industrial.

Processo VII- Processos de Apoio

Na cooperativa há uma equipe técnica composta por 3 cooperadas e 1 funcionário (contratado pela cooperativa) que acumulam atividades administrativas e operacionais.

A presidente, sendo a responsável legal pela cooperativa e por sua representação, compõe a equipe técnica com mais duas cooperadas responsáveis pela gestão dos recursos financeiros nas funções de contabilidade, vendas e entrada de novos cooperados

e um funcionário, gestor ambiental, responsável por auxiliar em processos de operacionalização e buscar novos parceiros para a cooperativa.

Os cooperados responsáveis pelas funções técnicas exercem também funções operacionais de acordo com a necessidade, porém não há rodízio de funções entre os cooperados.

Devido à alta rotatividade dos cooperados (as), a definição dos postos de trabalho a serem ocupados no caso da entrada de um novo cooperado(a) é estabelecida conforme a demanda. Porém, a partir da observação direta foi possível perceber que alguns postos de trabalho são ocupados de acordo com o gênero do cooperado (a): a triagem geralmente é destinada às mulheres e a operação das prensas e da motocana aos homens.

A tabela a seguir apresenta o número de cooperados e a retirada mensal por cooperado no período de novembro de 2005 a 2009.

Tabela 4: Número de cooperados e renda média mensal

Período (ano)	Número de cooperados na coleta seletiva	Número de cooperados na Usina de Triagem	Número de cooperados Total	Retirada (renda média mensal em R\$)
Novembro a dezembro de 2005	12	48	60	364,00
2006 a agosto de 2007	14	63	77	411,90
Setembro a dezembro de 2007	56	76	132	498,75
2008	42	46	88	715,91
2009	66	81	147	535,71

Fonte: Departamento Autônomo de Água e Esgoto-DAAE
Elaboração: a autora

5.4 Parcerias realizadas

Em 30 de março de 2009, a cooperativa estabeleceu uma parceria com a Universidade de Araraquara (UNIARA) que disponibilizou alunos e professores para a elaboração de um projeto que visa aumentar a coleta de óleo comestível utilizado em empreendimentos comerciais do setor alimentício.

Entre julho e agosto, a cooperativa conquistou 15 novos parceiros e aumentou a coleta de óleo em aproximadamente 600litros/mês. De acordo com o gestor da cooperativa, em outubro de 2010, foram coletados nos empreendimentos parceiros e na coleta residencial aproximadamente 1000 litros.

Além disso, através da parceria com a universidade, a cooperativa Acácia vem desenvolvendo um trabalho de conscientização e educação ambiental em prédios e condomínios da cidade.

A partir do Decreto Federal n. 5940 de outubro de 2006, ficou estabelecida “a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis [...]”. Deste modo, a cooperativa recebe materiais dos seguintes órgãos: INSS, Receita Federal, Polícia Federal, Empresa de Correio e Telégrafos.

Há também uma parceria com a Prefeitura que fornece, através do Restaurante Popular, 140 marmitas diárias aos cooperados. Como o número de cooperados (as) é em torno de 180, o número de marmitas não é suficiente, tendo prioridade os cooperados (as) que fazem a coleta nas ruas porta a porta.

A cooperativa também possui uma parceria com a Companhia de Trólebus de Araraquara (CTA) que possibilita aos cooperados (as) cadastrados pagar meia-passagem no transporte de ônibus circular.

6. Considerações finais

A economia solidária vem se consolidando nas últimas décadas no Brasil e em outros países por meio de inúmeras experiências de produção econômica. Uma das razões a justificar esse fato é a busca de novas políticas de geração de trabalho e renda. As mudanças no mercado de trabalho empreendidas pela reestruturação produtiva, e pela própria organização econômica no Brasil e no mundo levaram a crença cada vez menor na possibilidade do pleno emprego como consequência direta do crescimento econômico.

A economia solidária se contrapõe aos efeitos da economia capitalista, busca construir alternativas a ela e surge da possibilidade de que um outro mundo é possível, baseado na reconciliação da economia com a sociedade, mas não traz necessariamente dentre suas bandeiras o fim do capitalismo. Esta nova economia, como dito anteriormente, apresenta seu referencial teórico em processo de construção e tem como um dos fatores-chave para o seu desenvolvimento a implantação de políticas públicas.

As associações/cooperativas de catadores de materiais recicláveis têm revelado uma estrita relação entre Estado e economia solidária, o que pôde ser constatado a partir das experiências analisadas na presente Dissertação.

Apesar de tais experiências apresentarem inúmeras dificuldades de inserção no mercado capitalista, em termos tecnológicos, de capital, de mercado, etc; elas emergem como formas de resistência à realidade atual do mercado de trabalho e, segundo Leite (2009), vem deixando marcas significativas na nossa sociedade ao promover a solidariedade e a autonomia.

Podemos apontar que contribuem para os resultados considerados insatisfatórios desses empreendimentos o fato de tais trabalhadores serem formados em um sistema de normas e valores capitalistas que dificultam sua ação em um empreendimento coletivo. Além disso, quando tratada como política pública de geração de trabalho e renda e desenvolvimento local há uma pressão para que a economia solidária responda rapidamente aos males sociais existentes.

Dessa forma, a sobrevivência dos empreendimentos solidários dependerá da capacidade de se desenvolverem processos de adequação sócio-técnica (DAGNINO, 2008),

organizados a partir de princípios baseados na solidariedade e na sustentabilidade, ou seja, considerando a indissociabilidade dos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Verifica-se, ainda, que a criação das cooperativas/ associações de catadores são normalmente pautadas por três momentos. O primeiro momento é marcado pela ausência de políticas públicas para a atividade da catação no lixão/ nas ruas, sendo considerada como um trabalho autônomo, não reconhecido e irregular.

O segundo momento é marcado pela intervenção de uma política pública que induz a criação desses empreendimentos, através do impedimento da catação nos lixões. Dessa maneira é estabelecida uma relação de dependência entre as cooperativas/associações e o poder público. O terceiro momento é marcado pela formalização desses grupos, através da regularização da atividade e o acesso a benefícios sociais, o que indica uma intervenção ainda maior por parte do poder público.

Deve-se ressaltar que, a partir da formalização e do desenvolvimento dos empreendimentos, corre-se o risco de que sejam reproduzidas as relações capitalistas de trabalho, entrando no “jogo da banalização dos princípios” (EID, 2003a) da economia solidária. Como forma de evitar esses riscos, se faz necessária a ampliação da formação dos trabalhadores, o aprendizado de que a autogestão deve ser construída ao longo das trajetórias das cooperativas e de que deve existir uma participação ativa dos cooperados nos processos de tomadas de decisões.

Nas associações e cooperativas de catadores, como na maioria dos EES, os processos produtivos são intensivos em mão-de-obra e o trabalho não está subordinado ao ritmo ditado pela utilização da maquinaria, ou seja, o processo de trabalho não atinge a mecanização. Os processos de trabalho nos EES se situam entre a cooperação simples e a manufatura com os trabalhadores associados atuando simultaneamente em mais de uma etapa do processo produtivo e colaborando uns com os outros.

Apesar das iniciativas ainda apresentarem um grau elevado de dependência em relação a ações de acompanhamento, apoio ou assistência técnica, os catadores recuperam o valor do trabalho a partir das possibilidades democráticas reconstruídas pelo trabalho coletivo, permitindo, assim, a inclusão de pessoas anteriormente excluídas do mercado formal de trabalho e uma maior participação social.

Rutkowski (2008) afirma que as iniciativas produtivas da economia solidária trazem desafios inéditos à engenharia de produção como área de conhecimento, acostumada a

agir sob padrões produtivos governados por uma racionalidade econômica e instrumental. Porém, tal como o fez e faz continuamente em relação à economia capitalista e seu modo de produção, cabe a ela criar as condições de reprodução desta outra economia.

A competência solicitada para este novo tipo de empreendimento requer o desafio de construir uma base técnica adequada aos EES que exigem um novo arcabouço teórico-metodológico a ser desenvolvido e aplicado.

Com relação à criação de políticas públicas permanentes de financiamento e assistência técnica aos EES, conforme frequentemente sugerido pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), essa é uma medida que certamente facilitaria uma maior independência dos empreendimentos e grupos.

A partir do estudo de caso realizado, percebe-se que a renda gerada pelo empreendimento é pequena e que há necessidade de investimentos para melhorar a produção, ou mesmo dificuldades em cumprir com outras necessidades, tais como construção de fundos de saúde e educação. Além disso, a ampliação do número de associados fomenta grande rotatividade entre os cooperados e mantém a dependência de apoio externo, abalando a possibilidade de uma gestão autônoma.

É válido ainda destacar que as associações e cooperativas que trabalham com a coleta de materiais recicláveis obtiveram diversas conquistas recentemente, entre elas, podemos citar: dispensa de licitação para catadores de materiais recicláveis em municípios que oferecem a coleta seletiva; garantia de materiais recicláveis gerados em órgãos públicos; apoio de ONG's e instituições financeiras como BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Em um contexto geral, essas iniciativas têm proporcionado resultados de melhores condições de trabalho e de vida dos catadores em relação às suas atividades laborais anteriores, propiciando acesso a direitos sociais por meio do fortalecimento da capacidade de luta e reivindicação.

A melhoria das condições de vida se dá dentro do quadro de precariedade e falta de alternativas a que esses trabalhadores estavam submetidos, assim, as cooperativas, os locais de coleta, as discussões com incubadoras significam efetivamente uma possibilidade de inserção social para grupos excluídos do mercado formal de trabalho.

Pudemos observar a partir das leituras e do estudo de caso realizado que a participação dos catadores na gestão das cooperativas é marcada por ambigüidades. De um

lado, as cooperativas são formadas por iguais; aceitam as diferenciações de papéis, mas não de poder. De outro, reproduzem-se nas cooperativas relações de assimetria e desigualdade inerentes à estrutura da sociedade capitalista, que colocam obstáculos à construção da autonomia.

A participação na cooperativa estimula a construção da autonomia dos catadores, já que estes tomam a maioria das decisões de modo coletivo, porém, por vezes, há a tentativa de membros de ONG's, prefeituras, etc. exercerem o poder de modo unilateral, reproduzindo relações de hierarquia e de poder inerentes às organizações e trabalhos tradicionais.

As dificuldades de percebermos claramente os valores de autogestão e autonomia nas cooperativas analisadas podem ser consideradas conseqüências de um processo, até certa medida viciado em que os projetos de financiamento e fomento se constroem não a partir do real interesse dos beneficiários, mas a partir da visão do poder público. Ainda assim, tais experiências têm o mérito de gerar ou preservar postos de trabalho e renda e resgatar a auto-estima dos grupos.

REFERÊNCIAS

ABNT. **Associação Brasileira de Normas Técnicas.** Disponível em: <<http://www.abnt.org.br>> Acesso em: 15 de abril de 2010.

ABNT. **NBR 10004/2004.** Disponível em: <<http://www.aslaa.com.br/legislacoes/NBR%20n%2010004-2004.pdf>>. Acesso em: 14 de abril de 2010.

ADAMETES, C.M. **Catadores (as) de lixo em trajetória:** busca do lugar social. Tese de Doutorado. Programa de Pós- Graduação em Sociologia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara-SP, 2006.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO – ADS. Disponível em: <<http://www.ads.org.br>>. Acesso em: 21 de março de 2010.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001a.

ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P. & FRIGOTTO, G. (org.) **A cidadania negada:** políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, p.35-48, 2001b.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2005. Disponível em: < http://www.trabalho.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas.asp>. Acesso em: 14 de março de 2010.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2007. Brasília: MTE, SENAES, 2007. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>. Acesso em: 14 de março de 2010.

AZEVEDO, A. B. A. **Autogestão e competitividade:** Estudos de caso em cooperativas industriais brasileiras e basicas/ espanholas. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica- Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP, 2007.

BETANHO, C. **Produção e comercialização em assentamentos de Reforma Agrária do MST**: pesquisa participativa e pesquisa-ação em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, 2008.

BERRÍOS, M.R. O lixo nosso de cada dia. In: CAMPOS, J.O.; BRAGA, R.; CARVALHO, P.F. (Orgs.). **Manejo de resíduos**: pressuposto para a gestão ambiental. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal - Deplan-IGCE, UNESP, 2002.

BIDONE, F.R.A. Introdução. In: ____ (org.) Metodologias e técnicas de minimização, reciclagem e reutilização de resíduos sólidos urbanos. Rio de Janeiro: PROSAB, ABES, 1999.

BITTENCOURT, G. A. **Cooperativas de crédito solidário**: constituição e funcionamento. Estudos NEAD. 4, 2000. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>>. Acesso em: 22 de março de 2010.

BRAVERMAN, H.; **Trabalho e Capital Monopolista**: A degradação do trabalho no século XX. Zahar Editores, 1977.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Decreto-Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 17/12/2010.

BRUYNE, P. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1991.

CARDOSO, J.D.; PEGADO, F.C.; ARAÚJO, M.; ALMEIDA, J.M.; PEREIRA, W.A.; BELLANTANI, L.; PAIXÃO, P.T.; MENDONÇA, S.A.; PRADO, J.C. A questão da qualidade e produtividade no Brasil: a visão dos trabalhadores. In: **Os trabalhadores e o programa brasileiro da qualidade e produtividade**. Seminários & Eventos. DIEESE, p.24-35, 1994.

CÁRITAS BRASILEIRA. Disponível em: <<http://www.caritas.org.br/index.php>>. Acesso em: 21 de março de 2010.

CARVALHO, R. Q.; **Tecnologia e trabalho industrial**: as implicações sociais da automação microeletrônica na indústria automobilística. Porto Alegre/RS: L&PM, 1986.

CENTRAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS- UNISOL. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br>>. Acesso em 21 de março de 2010.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CODO, W.; SAMPAIO, J.J.C.; HITOMI, A.H. A magia do trabalho. In: CODO, W.; SAMPAIO, J.J.C.; HITOMI, A.H. **Indivíduo, trabalho e sofrimento**: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1993. p. 97-114.

CONCRAB. **Cooperativas de produção**: Questões Práticas. São Paulo, abril 1996.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA- CNES. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/cons_default.asp>. Acesso em: 23 de março de 2010.

CORAGGIO; J.L. **¿Qué significa pasar de la economía popular a la economía del trabajo?** Proposta, n. 98, set/nov 2003.

CORIAT, B. Automação programável: novas formas e conceitos de organização da produção. In: CARVALHO, R, Q. & SCHMITZ, H. **Automação, competitividade e trabalho**: a experiência internacional. São Paulo, Hucitec, 1988.

CRUZ, A. **É caminhando que se faz o caminho**: diferentes metodologias das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil. Cayapa Revista Venezolana de Economía Social, Mérida (Venezuela), v. Año 4, n. 8, 2004, pp. 36-55.

CUNHA, A.G. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

CUT. **Resoluções do 7º Congresso Nacional da CUT**, de 15 a 19 de agosto de 2000. Disponível em: <<http://www.cut.org.br>>. Acesso em: 21 de março de 2010.

DAGNINO, R. **Ciência e Tecnologia para a cidadania ou Adequação Sociotécnica com o povo?** Instituto de Estudios Sociales y Culturales PENSAR: Ciência e Tecnologia para la ciudadanía. Bogotá, 2008.

DALLARI, D.A. **O que é participação política**. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, vol.104, 1982.

DIAS, S.M. **Construindo a cidadania**: avanços e limites do Projeto de Coleta Seletiva em Parceria com a ASMARE. Belo Horizonte. Dissertação de mestrado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG, 2002 a.

DIAS, S.M. **Lixo e Cidadania**: os impactos da política de resíduos sólidos de Belo Horizonte no mundo do trabalho do catador da ASMARE. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto, MG, nov. 2002 b.

DOMINGUES JUNIOR, P.L. **Estado, políticas públicas e cooperativismo**. Libertas, Juiz de Fora, v.1, n.1, p.118-131, dez/2006.

ECOSOL. **Cooperativa Central de Crédito e economia solidária**. Disponível em: <http://www.fides.org.br/metas_gilmar.pdf>. Acesso em: 22 de março de 2010.

EID, F. **Nouvelles Technologies et Qualification: un débat dans les années 80**. Especialização em D.E.A. en Economie et Gestion. Université Picardie Jules Verne, 1991.

EID, F. **Economia Solidária**: Desafios do Cooperativismo de Reforma Agrária no Brasil. Revista Travessia, São Paulo, 2001.

_____. **Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas**: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? Anais do IX FIEALC- Federação de Estudos sobre América Latina e Caribe. Osaka, Japão, 2003a.

_____. (Org.). **Programa Integrar**. Construindo uma economia solidária, Campinas, SP: Confederação Nacional dos Metalúrgicos- CNM/ CUT, 2003b.

_____. **Organização do Trabalho no Capitalismo**. São Carlos: UFSCar, 2004. (Apostila do Curso de Especialização em Gestão da Produção).

EME, B.; LAVILLE, J.L.; MARECHAL, J.P. **Economia solidária**: Ilusão ou caminho de futuro? Arles: Université d'été, 2001. Disponível em: <<http://www.france.attac.org/spip.php?article3451>>. Acesso em: 7 de fevereiro de 2009.

EVENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PAÍS E NA PARAÍBA. **Incubadora de Empreendimentos Solidários - INCUBES**. UFPB. Disponível em: <<http://www.prac.ufpb.br>>. Acesso em: 23 de março de 2010.

FARIA, J. H. de. **Tecnologia e Processo de Trabalho**. Curitiba: Editora da UFPR, 1997.

FIQUEIREDO, P. J. M. **A sociedade do lixo**: os resíduos, a questão energética e a crise ambiental. Piracicaba: UNIMEP, 1995.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA- FBES. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 18 de março de 2010.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL- FSM. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br>>. Acesso em: 18 de março de 2010.

FRANÇA FILHO, G. C.. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular**: traçando fronteiras conceituais. Bahia Análise & Dados. Salvador: v.12, n.1, p.9-19, jun/ 2002.

FRANÇA FILHO, G. C. A economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.L.; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J.P. (Org.). **Ação Pública e Economia Solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre. Editora UFRGS, 2006.

FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J.L. **Economia solidária**: uma abordagem internacional, Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2004.

FRIGOTTO, G. Estruturas e sujeitos: os fundamentos da relação entre trabalho e educação. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 61-74.

GAIGER, L. I. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. São. Leopoldo: Unisinos, 2003. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>> Acesso em: 12 de março de 2009.

_____. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GALLO, A.R. **Empreendimentos Econômicos Solidários**: Alternativas organizacionais de (re) inserção social e econômica. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção – Universidade Federal de São Carlos- UFSCAR, 2003.

GODOY, T. M. P. de. **O Espaço da Produção dos Catadores de Materiais Recicláveis** – Usos e Contradições. 2005. Dissertação de Mestrado em Geografia. IGCE, UNESP, Rio Claro, 2005.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DEMELLO,R.; SILVA, A. B. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 1998, v. , p. 115-146.

GOMES FILHO, J. M. Prefácio: a invisibilidade pública. In: COSTA, F. B. **Homens invisíveis**: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.

GOMES, F. P.; KLEIN, M. J.; STEFFEN, M.; MARIANI,S. **Formação em Economia Solidária**. Projeto Casa Brasil. Módulo 2: Introdução a economia solidária. 2007. SENAES-MTE. Disponível em:<<http://www.casabrasil.gov.br>>. Acesso em: 18 de março de 2010.

GUIMARÃES, G. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

JAMES, B. **Lixo e Reciclagem**. São Paulo: Scipione, 1995.

LEITE, M. P. **A economia solidária e o trabalho associativo**: teorias e realidades. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 24, n. 69, p. 31-51, fev.2009.

LEITE, P. R. **Logística Reversa**: meio ambiente e competitividade. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

LE VEN, M. M.; Processo de trabalho e sociedade moderna. In: **Outras Falas**. n° 2, Belo Horizonte, Escola Sindical 7 de outubro, 1992.

LIMA, J. D. **Gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: ABES, 2001.

LISBOA, A. M. **Socioeconomia solidária**. Marco conceitual latino-americano. IX Encontro Nacional de Economia Política. Anais.. Uberlândia: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2004. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigo/ixcongresso101.pdf>>. Acesso em: 12 de março de 2010.

MAGALHÃES, R.S.; TODESCHINI, R. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

MANCE, E. A. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MARTINS, C.H.B. **Trabalhadores na Reciclagem do Lixo: dinâmicas econômicas, sócio-ambientais e políticas na perspectiva de empoderamento**. Porto Alegre: UFRGS. Programa de Pós- Graduação em Sociologia. Tese de Doutorado, 2004.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política – Livro primeiro: o processo de produção do capital**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, v.1.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo, Campinas: Boitempo: Editora da Unicamp, 2002.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Brasileira: Bases para a Discussão**. Brasília: MMA, 1999.

MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Balço geral das ações da Senaes: 2003-2006**. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em 22 de março de 2010.

NAKANO, M. Anteg: a autogestão como marca. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

NAVARRO, V. L.; PADILHA, V. **Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Psicologia & Sociedade; 19 (edição especial 1), p. 14-20, 2007.

ODA, N. T. Sindicato e cooperativismo: os metalúrgicos do ABC e a Unisol Cooperativas. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: Offe, Claus. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p. 13-41.

PALLOIX, C. O processo de trabalho: do fordismo ao neofordismo. In: Palloix, Chistian (org.). **Processo de trabalho e estratégias de classe**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p.69-97.

PEDRINI, D.M.; OLIVEIRA, A.L. **A economia solidária como estratégia de desenvolvimento**. Emancipação, 7(1), p.111-133, 2007.

PINTO, J.R.L. **Economia solidária**: de volta à arte da associação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

POCHMANN, M. Algumas considerações sobre a reestruturação produtiva no Brasil. In: **Os trabalhadores e o programa brasileiro da qualidade e produtividade**. Seminários & Eventos. DIEESE, p.36-38, 1994.

POCHMANN, M. **Economia Solidária no Brasil**: possibilidades e limites. IPEA, 2004.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**: As origens da nossa época, 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

PRAXEDES, S.F. **Políticas Públicas de Economia Solidária**: novas práticas, novas metodologias. IPEA. Mercado de trabalho, maio de 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt39/08_ES3Sandra.pdf> Acesso em: 22 de março de 2010.

QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção?. In: SOUZA SANTOS, B. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M. e GUTIERREZ F. (Orgs). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993. pp. 34-58.

REVISTA PROGRAMAS DE INCLUSÃO E ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DOS EMPREENDEDORES COOPERADOS. 2008. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br>>. Acesso em: 22 de março de 2010.

RIBEIRO, D.V.; MORELLI, M.R. **Resíduos sólidos: problema ou oportunidade?** Rio de Janeiro: Interciência, 2009.

ROMANI, A. P. **O poder público municipal e as organizações de catadores: formas de diálogo e articulação.** Rio de Janeiro: IBAM, DUMA, CAIXA, 2004

ROSENFELD, C. L. **A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo-sociedade.** GT ANPOCS, Seminário Intermediário, USP, 2003.

RUTKOWSKI, J.E. **Sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários-** Uma abordagem na engenharia de produção. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Tese de Doutorado. COPPE. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. **Modelos de gestão de resíduos sólidos para a ação governamental na região metropolitana de São Paulo: aspectos institucionais, legais e financeiros.** Projeto BRA/92/017- Gestão e Tecnologias de Tratamento de Resíduos. São Paulo, 1999.

SCHIOCHET, V. **Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios.** IPEA. Mercado de Trabalho, p.55-59, ago. 2009. Disponível em:<http://desafios2.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt40/08_ECONS_institucionalizacao.pdf>. Acesso em: 18 de março de 2010.

SCHNEIDER, J. O. **O Panorama Mundial, Nacional e Estadual do Cooperativismo.** In: Perspectiva Econômica. São Leopoldo, v.12, n.38, 1982.

SENAES - SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional.asp>. Acesso em: 23 de março de 2010.

SEVERINO. M. R. **Organização e processos de trabalho em cooperativas do M.S.T.:** debate teórico no contexto da empresa capitalista e da economia solidária. São Carlos: UFSCar – Departamento de Engenharia de Produção. Dissertação de Mestrado. 2006.

SIES 2005/2007. RELATÓRIOS SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA -. Disponível em:
< <http://www.trabalho.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>. Acesso em: 14 de março de 2010.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000a.

SINGER, P. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHET, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000b.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. Estudos Avançados. Vol.18, n. 51. São Paulo, mai/ago, 2004.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SOUZA SANTOS, B. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Por uma política de Economia Solidária**. Folha de São Paulo, 27 de março de 2007.

SINGER, P.; SOUZA, A.R.(Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, A. R. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: SINGER, P; SOUZA, A.R. (Orgs.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, A. R. **A construção social e a investigação científica da economia solidária**. VI ENEDS. Campinas, SP, set. 2009.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, pp.20-45.

SOUZA SANTOS, B.; RODRÍGUES, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SOUZA SANTOS, B. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TAKENAKA, E. M. M. ; LEAL, Antonio Cezar . **Cooperlix de Presidente Prudente-SP: ações do poder público municipal e articulações com universidades e sociedade civil**. In: III Congresso Brasileiro ICTR 2006 Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Resíduo: Desafio Brasileiro, São Pedro, 2006.

TAKENAKA, E. M. M. **Políticas públicas de gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos no município de Presidente Prudente-SP**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista- UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2008.

TAUILE, J. R.; DEBACO, E. S. **Autogestão no Brasil: A viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores**. VII Encontro Nacional de Economia Política e II Colóquio Latino-Americano de Economistas Políticos, Curitiba, 2002.

TAUILE, J. R; RODRIGUES, H. **Economia Solidária e Autogestão: A Criação e Recriação de Trabalho e Renda**. Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise (IPEA), IPEA, v. 9, n. 24, pp. 35-43, 2004.

TIRIBA, L.; PICANÇO, I.S. O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma “outra economia”. In: TIRIBA, L; PICANÇO, I.S. (Orgs.) **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. Aparecida, SP. Idéias e Letras, 2004.

TRAGTENBERG, M. Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936/1939). In: VENOSA, R. (Org.). **Participação e Participações: ensaios sobre autogestão**. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

TUMOLO, P. S. **Reestruturação Produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica**. Educação e Sociedade, Campinas, n. 77, pp. 71-99, 2001.

VAINER, C. O presente de um futuro possível. In: GUIMARÃES, G. (org.). **Sindicalismo e cooperativismo**. A economia solidária em debate. Transformações no mundo do trabalho. Rio de Janeiro/São Paulo: COOPE/UFRJ, Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, UNITRABALHO, 1999.

VAZZOLER, M. R.; **Cooperativismo em Assentamentos de Reforma Agrária: a sobrevivência de cooperativas do MST no contexto capitalista.** São Carlos/SP: UFSCar/DEP, Tese de Doutorado, 2004.

VILLWOCK, L.H; SILVA, A.C.; SCHNEIDER, J.O. A evolução do cooperativismo agropecuário brasileiro. In: **Cooperativas e integración regional: la trayectoria de las cooperativas agropecuarias y de ahorro y crédito en el Mercosur.** Disponível em: <<http://www.cpp.org.py/coop.pdf> >. Acesso em: 21 de março de 2010.

YIN, R.K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos.** Porto Alegre. Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Roteiro de Entrevista

- Organização do Trabalho

- 1) Como se dá a organização do trabalho na cooperativa?
- 2) Antes da formalização em cooperativa de que forma o trabalho era realizado?
- 3) Dos atuais cooperados, quantos eram catadores no lixão?
- 4) Para o Sr(a) quais as principais mudanças na organização do trabalho ao longo dos anos (intensidade do trabalho, riscos de acidentes, rendimentos, utilização de equipamentos de segurança) ?
- 5) De que forma ocorre a remuneração (horas trabalhadas, produtividade, etc)? Sempre foi assim?
- 6) Para a Sr(a) quais as principais dificuldades enfrentadas durante o processo de formação da cooperativa?
- 7) De que forma é realizada a coleta seletiva porta a porta?
- 8) Há uma etapa do processo produtivo que apresenta menor capacidade produtiva (considerada etapa gargalo)? Em caso afirmativo, que implicações isso traz?

- Acesso a Financiamento

- 1) Atualmente existe uma maior autonomia financeira em relação a períodos anteriores?
- 2) A cooperativa foi contemplada com um financiamento do BNDES. Quais as mudanças na organização do trabalho com a obtenção desse financiamento?

- Democracia Interna

- 1) De que forma se dá a participação dos cooperados no rodízio das atividades da cooperativa? Atuam tanto em cargos administrativos e contábeis quanto diretamente na produção?

- Políticas Públicas

- 1) Qual o papel do poder público (Prefeitura e DAAE) na formalização da cooperativa?
- 2) De que forma a cooperativa se tornou parceira do Projeto de Coleta Seletiva Solidária?
- 3) Qual o papel dos gestores dentro da cooperativa. Eles interferem nos processos decisórios? Em caso afirmativo, de que maneira?
- 4) Quais as principais mudanças a partir da assinatura do contrato de prestação de serviços entre o DAAE, a Prefeitura e a Acácia?

APÊNDICE B- Aspectos a serem observados durante a pesquisa de campo

CATEGORIAS DE ANÁLISE	ASPECTOS DE OBSERVAÇÃO
Democracia Interna	regularidade de eleições alternância de cargos/ rodízio relações de poder (interferência dos gestores nos processos decisórios)
Produção	divisão de tarefas ritmo de trabalho regras de distribuição de ganhos/ remuneração organização física dos postos de trabalho fluxos de produção deslocamento de pessoas e movimentação dos materiais logística de coleta de matéria-prima e entrega dos produtos (para que não haja acumulação/ verificar se há acumulação) planejamento e controle da produção
Segurança	utilização de EPI's
Políticas Públicas	relacionamento com o poder público papel dos gestores dentro da cooperativa

ANEXO

ANEXO I – Termo de Contrato n. 1643



DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS
Rua Domingos Barbieri, 100 - Caixa Postal 380 - Telefone: (16) 3324-9555 - Fax: (16) 3324-4571
CEP 14802-510 - ARARAQUARA - SP - CNPJ 44.239.770/0001-67 - I.E. 181.323.924.112
Visite nosso site: www.daaearaquara.com.br

TERMO DE CONTRATO Nº 1.643

INSTRUMENTO DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVA PARA EXECUÇÃO DE COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E TRIAGEM DO MATERIAL COLETADO.

CONTRATO Nº 1.643, que entre si fazem, de um lado o Daae - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS, representados pelo Prefeito do Município de Araraquara, Sr. Edson Antonio Edinho da Silva e pelo seu Superintendente Engº Wellington Cyro de Almeida Leite, brasileiro, casado, portador do RG nº 8.084.747 e CPF nº 863.113.448-15, doravante denominado CONTRATANTE; e, de outro lado, a COOPERATIVA ACÁCIA DE CATADORES, COLETA, TRIAGEM E BENEFICIAMENTO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE ARARAQUARA, inscrita no CNPJ sob nº 07.898.062/0001-01, estabelecida na Avenida Estrada de Ferro Araraquara, 4900 na cidade de Araraquara/SP neste ato representada por sua Presidenta Helena Francisco da Siva, Presidente, portadora da cédula de identidade RG nº 26.878.584-3, e CPF nº 181.010.018-67, doravante denominada CONTRATADA, contrato este, que obedecerá às seguintes cláusulas ou condições que mutuamente se obrigam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - em virtude da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2008** do CONTRATANTE, requisição nº 1186/08 de 20/08/2008, visando a contratação de Cooperativa para a execução de coleta de materiais recicláveis porta a porta em toda a área urbana do município de Araraquara e execução de triagem do material coletado e sua preparação para comercialização de acordo com as especificações dos Anexos I, II, I-A, II-A, III-A e IV, fica o referido objeto ADJUDICADO à CONTRATADA por decisão da Superintendência através do despacho de 20 de Agosto de 2.008;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

02.01.As condições para a execução do OBJETO do presente, efetivar-se-ão conforme segue:

Obrigações da Contratada:

- O serviço de coleta de materiais recicláveis deverá contar com pessoal suficiente para atender a cem por cento (100%) da coleta seletiva no município de Araraquara, trabalhando nos cinco setores de coleta.
- O serviço de triagem de materiais recicláveis deverá contar com pessoal suficiente para garantir o funcionamento da usina de triagem na esteira, prensas, pólipos, transporte interno e apoio, de modo a evitar o acúmulo de materiais no pátio de triagem.
- A cooperativa deverá manter às suas expensas um gestor de projeto de coleta e triagem de materiais recicláveis, com capacidade e experiência na área, para dar



suporte e responder pela estrutura organizacional da cooperativa quanto à execução dos serviços e pleno cumprimento das condições deste contrato. O Gestor deverá prestar contas semanalmente à Cooperativa e esta ao Daae, e ou a qualquer tempo em que solicitado, sobre todos os aspectos referentes às suas responsabilidades.

- As funções administrativas estarão sob a tutela do Gestor do Projeto acompanhado de um(a) cooperado(a) e um líder de produção para coordenar todas as tarefas que compõem a triagem, como também a coleta na rua.
- A cooperativa deverá manter às suas expensas escritório de contabilidade capacitado, com contador devidamente registrado no conselho de classe, para cuidar da escrituração contábil da cooperativa.

Obrigações da Contratante:

- Obriga-se o contratante, a exercer ampla fiscalização dos serviços da contratada com acompanhamento regular de prestação dos serviços, a fim de aferir a qualidade, sem prejuízo das responsabilidades impostas à contratada pelo presente instrumento.
- Efetuar os pagamentos em dia.

02.02. O preço global mensal a ser pago à cooperativa pela prestação dos serviços de coleta e triagem de materiais recicláveis contempla as despesas com administração local, escritório, material de limpeza, material de escritório, material de expediente, despesas com cooperados, despesas financeiras, despesas com veículo, despesas com comunicação e todos os encargos sociais e trabalhistas previstos em lei.

02.03. A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses contados a partir de 21/08/2008.

02.04. Os pagamentos serão efetuados mensalmente através de depósito em conta corrente da Contratada.

02.05. As Notas fiscais/fatura, acompanhadas da guia do INSS do mês a que se refere à prestação dos serviços, deverão ser protocoladas mediante ofício dirigido à superintendência. Na Nota Fiscal/Fatura e no ofício deverão ser destacados o número do contrato e o número da dispensa de licitação.

02.06. O pagamento será efetuado até o 10º dia do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante a liberação da nota fiscal/fatura pelo ordenador de despesa.

02.07. O material coletado será acondicionado para venda, que deverá ser feita diretamente pela Contratada com a fiscalização da Gerência de Resíduos Sólidos. Do produto final auferido com a venda, 20% serão repassados ao Daae, os quais serão investidos em atividades voltados à Disposição dos Resíduos Sólidos. A falta do repasse desse valor, acarretará desconto no pagamento a ser realizado pelo contratante à Contratada, no mês subsequente.



DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS

Rua Domingos Barbieri, 100 - Caixa Postal 380 - Telefone: (16) 3324-9555 - Fax: (16) 3324-4571
CEP 14802-510 - ARARAQUARA - SP - CNPJ 44.239.770/0001-67 - I.E. 181.323.924.112
Visite nosso site: www.daaeararaquara.com.br

02.08. Serão descontados dos pagamentos mensais as importâncias de natureza tributária, previdenciária ou decorrente de eventuais prejuízos causados à Contratante ou terceiros.

02.09. O valor mensal do presente contrato é de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais), sendo o valor total para 12 (doze) meses R\$ 756.000,00 (setecentos e cinquenta e seis mil reais).

02.10. Em caso de atraso nos pagamentos os valores serão reajustados com base na UFM.

02.11. Os preços contratados serão reajustados, em caso de renovação, com base na variação acumulada do IPCA/IBGE.

CLÁUSULA TERCEIRA - As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta do crédito sob classificação funcional programática 4175121062126, categoria econômica 339039 do orçamento para o exercício de 2.008 e orçamento de 2009.

CLÁUSULA QUARTA - Fica absolutamente vedado qualquer faturamento por parte de terceiros.

CLÁUSULA QUINTA - A Contratada ficará sujeita às seguintes multas sem prejuízo do ressarcimento de eventuais danos causados a terceiros:

- Multa de 1% sobre o valor total do presente contrato, a cada interrupção diária do serviço total ou parcial, até o limite de 10%, quando será declarada a rescisão unilateral do presente instrumento, por culpa da contratada.
- Multa de 10% do valor deste instrumento, por rescisão decorrente do não cumprimento das demais obrigações da contratada, não contidas na alínea anterior.

05.01. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s), cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério da Autarquia Contratante.

CLÁUSULA SEXTA - São adotadas pelas partes contratantes as disposições legais aplicáveis à espécie e relacionadas na Lei Federal nº 8.666/93, atualizada por legislações posteriores; na Lei Federal nº 10.520/02; na Lei Orgânica do Município de Araraquara e no decreto Municipal nº 8.257, considerados integrantes do Contrato, da PROPOSTA da CONTRATADA, e todos os documentos, papéis ou elementos outros a eles ligados;

CLÁUSULA SÉTIMA - Fica eleito o Foro da Comarca de Araraquara, renunciando a outros por mais privilegiados que sejam, para dirimir as questões oriundas deste Contrato.



DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS

Rua Domingos Barbieri, 100 - Caixa Postal 380 - Telefone: (16) 3324-9555 - Fax: (16) 3324-4571
CEP 14802-510 - ARARAQUARA - SP - CNPJ 44.239.770/0001-67 - I.E. 181.323.924.112
Visite nosso site: www.daaeararaquara.com.br

E, assim, por estarem justos e contratados lavrou-se o presente instrumento, em 04 (quatro) vias, que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e testemunhas instrumentárias.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ARARAQUARA, 21 DE AGOSTO DE 2008.


Edson Antonio Edinho da Silva
Prefeito Municipal de Araraquara


Engº Wellington Cyro de Almeida Leite
Superintendente
CONTRATANTE


Srta. Helena Francisco da Silva
Presidenta
CONTRATADA

Testemunhas:

1

2



DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – Telefone: (16) 3324-9555 – Fax: (16) 3324-4571
CEP 14802-510 – ARARAQUARA – SP – CNPJ 44.239.770/0001-67
e-mail - info@daae.araraquara.com.br Visite nossa página- www.daaeararaquara.com.br

ANEXO I

-SERVIÇO DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS-

Descrição do Serviço:

Consiste na separação manual dos materiais recicláveis segundo características de sua composição (matéria prima), processo de fabricação e outras de modo a atender as condições do mercado comprador. Consiste ainda na preparação do material já selecionado, através de prensagem e enfardamento e ou outros processos que se façam necessários ao enquadramento às exigências do mercado e melhores condições de venda.

Recebimento de Materiais:

O material da coleta trazido pelos caminhões baú deverá ser descarregado no pátio coberto de recepção. A descarga deverá ser feita com presteza para que o caminhão volte rapidamente ao trecho.

Transporte Interno de Materiais:

O transporte interno de materiais será feito com carrinhos apropriados, não motorizados. Deverão ser utilizados equipamentos adequados para o transporte de material a granel e enfardado.

Seleção de Materiais:

A seleção poderá ser feita nas esteiras de seleção ou nos pátios cobertos. Os materiais selecionados serão estocados em baias, separados por tipo, até a prensagem ou outro encaminhamento.

Apresentação dos Catadores:

Os catadores deverão apresentar-se ao trabalho devidamente uniformizados e com os EPIs necessários, cuidando que sua aparência demonstre asseio. O uniforme será composto por calça comprida, camiseta de manga curta e calçado de segurança. Os catadores deverão portar crachá de identificação conforme modelo a ser fornecido pelo contratante.

EPIs:

Os Equipamentos de Proteção Individual a serem utilizados são: luvas de proteção em látex nitrílico, óculos de proteção, avental de PVC, respiradores com grau de proteção compatível com a atividade e protetor auricular tipo plug. A não utilização dos EPIs ensejará advertência e até solicitação de exclusão do catador do quadro da cooperativa, caso o mesmo se negue terminantemente a usá-lo.



DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – Telefone: (16) 3324-9555 – Fax: (16) 3324-4571
CEP 14802-510 – ARARAQUARA – SP – CNPJ 44.239.770/0001-67
e-mail - info@daeararaquara.com.br Visite nossa página- www.daeararaquara.com.br

Horários:

A cooperativa poderá determinar o horário de trabalho da triagem, contudo deverá prever turnos para o intervalo do almoço de maneira que as esteiras e prensas não fiquem ociosas. No final do expediente estabelecido, nenhum cooperado deverá permanecer nas dependências da usina de triagem.

Metas:

As metas da triagem devem acompanhar as metas estabelecidas para a coleta. Deve-se cuidar para que não sejam formados grandes depósitos de material a ser triado, correndo o risco de perda por motivo de chuva ou incêndio.

Gestão:

O contrato prevê a contratação de um gestor, por conta da cooperativa, que responderá à contratante por todo o processo, seja na produção, venda de materiais, capacitação de recursos humanos, contabilidade, fiscalização interna, enfim, por todas as ferramentas administrativas que garantam seu bom funcionamento e desempenho.

Obrigações da contratada:

- Zelar pela conservação e perfeito funcionamento das máquinas, equipamentos e demais instalações que sejam para o uso na realização da atividade de triagem..
- As despesas com manutenção dos equipamentos como insumos (graxa, óleo, produtos de limpeza), tanto quanto os serviços de manutenção serão por conta da contratada. Mesmo sendo de sua responsabilidade, os serviços de manutenção, a cooperativa deverá informar imediatamente a gerência de resíduos sólidos do Daae, qualquer ocorrência relativa à quebra, defeito, funcionamento indevido e outros problemas.
- Realizar todos os procedimentos previstos no programa de manutenção dos equipamentos respeitando o cronograma. (anexo I-A)
- Realizar limpeza diária ao final do expediente de maneira que não fique nenhum material no fosso da talisca e nenhum material nas esteiras de seleção e na plataforma de trabalho das esteiras.
- As prensas ao final do expediente deverão estar limpas, sem material em seu compartimento de carga, com as portas do mesmo fechadas e o disjuntor geral desligado.
- Os pátios de triagem e de recepção de materiais deverão estar organizados e com a circulação de veículos e pessoas garantida.
- A plataforma e a rua onde se dá o carregamento dos fardos deverá ser limpa logo após o carregamento, recolhendo-se todo o material



DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – Telefone: (16) 3324-9555 – Fax: (16) 3324-4571
CEP 14802-510 – ARARAQUARA – SP – CNPJ 44.239.770/0001-67
e-mail - info@daae.araraquara.com.br Visite nossa página- www.daaeararaquara.com.br

solto que tenha sobrado e removendo através de lavação resíduos gordurosos do chão.

- O óleo comestível pós-uso, coletado, deverá ser armazenado no reservatório coberto, específico para esse fim. Não deverá haver armazenamento do óleo em galões ou bombonas.
- A plataforma da esteira de triagem deverá permitir livre circulação, sem impedimentos ou obstáculos, mesmo no horário de funcionamento das esteiras.
- A limpeza do entorno da usina de triagem como taludes, ruas e pátios, é de responsabilidade da cooperativa.
- Nenhum material poderá sair da ETRS (Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos) sem que seja devidamente pesado, identificado e emitido ticket de pesagem.
- Os sanitários/vestiários deverão ser limpos diariamente, devendo haver uma pessoa da cooperativa designada para esse fim. Não deverá haver: calçados, roupas, mochilas ou outros objetos expostos, devendo os cooperados utilizarem os armários para guarda dos mesmos. A responsabilidade pelo uso e inviolabilidade dos armários é de responsabilidade da cooperativa. As portas dos sanitários/vestiários masculino e feminino deverão ser fechadas a chave ao final do expediente,
- O refeitório deverá estar sempre limpo e em condições de uso. Nele, a pia, fogão e geladeira deverão estar sempre limpos ao final do expediente, assim como mesas e cadeiras limpas e arrumadas. Os recipientes para coleta de lixo do refeitório deverão ser limpos diariamente. O refeitório só deverá ser usado para tomar refeições, não sendo ali permitida a realização de reuniões ou como local para descanso. A porta do refeitório deverá ser fechada à chave ao final do expediente. Em hipótese alguma o refeitório será utilizado para guardar veículos automotores ou não, mochilas, materiais recicláveis e outros.
- A sala de reuniões e seus respectivos sanitários, masculino e feminino deverão estar sempre limpos e organizados, não sendo permitido guardar nesse local materiais recicláveis ou não, equipamentos e veículos como motos e bicicletas.
- As assembléias e reuniões da contratada não deverão ser realizadas em horários de expediente de trabalho. Todas as reuniões deverão ser agendadas com antecedência e comunicado à gerência de resíduos sólidos, sua data, horário e finalidade.
- Visitas à contratada deverão ser previamente agendadas e informadas à gerência de resíduos sólidos.
- Deverá ser estipulado somente um dia da semana para pagamento de fornecedores no local.
- O controle de ponto (frequência) dos cooperados deverá ser feito através de cartão de ponto padrão e diariamente assinado pelo cooperado.



DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – Telefone: (16) 3324-9555 – Fax: (16) 3324-4571
CEP 14802-510 – ARARAQUARA – SP – CNPJ 44.239.770/0001-67
e-mail - info@daeararaquara.com.br Visite nossa página- www.daaeararaquara.com.br

- O horário de trabalho deverá ser estipulado pela contratada, sendo a carga horária semanal mínima de 44 horas (segunda-feira a sábado).
- As programações para trabalho nos feriados deverão ser informadas à gerência de resíduos sólidos com 10 (dez) dias de antecedência.
- As baias cobertas e não cobertas deverão estar organizadas com os diversos tipos de materiais que contiverem, separados e acomodados 14/08/2008 de maneira a ocuparem o mínimo espaço possível.
- Especial cuidado deverá ser tomado para que recipientes que possam acumular água estejam sempre tampados ou colocados em posição que não permita o acúmulo de água.
- As caçambas para coleta de metais ferrosos e vidros deverão ser trocadas assim que estiverem cheias. E deverão estar sempre cobertas com lona após o fim do expediente.



DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – Telefone: (16) 3324-9555 – Fax: (16) 3324-4571
CEP 14802-510 – ARARAQUARA – SP – CNPJ 44.239.770/0001-67
e-mail - info@daeararaquara.com.br Visite nossa página- www.daeararaquara.com.br

ANEXO II

-SERVIÇO DE COLETA PORTA A PORTA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS-

Descrição do Serviço:

Consiste na coleta de materiais recicláveis porta a porta, ou seja, em todas as residências, estabelecimentos comerciais, indústrias, enfim, todos os geradores que apresentem os materiais chamados secos para o recolhimento pelos catadores.

O Transporte dos Materiais:

Será feito em carrinhos, dentro de bags, nas ruas até a carga no caminhão baú. O transporte do setor de coleta até a usina de triagem será feito através de caminhão baú, fornecido pela contratante. O caminhão baú não transportará em hipótese alguma catadores na carroceria. Só será permitido o transporte de no máximo dois catadores na cabine do caminhão.

Quando o caminho atingir sua capacidade de carga, em volume, deverá ser conduzido à usina de triagem onde deverá ser descarregado o mais rapidamente possível para que possa retornar ao seu setor de coleta.

Toda vez que o caminhão entrar ou sair da ETRS será pesado.

A circulação dos caminhões no centro da cidade deverá obedecer aos horários que prevêm a legislação de trânsito local.

A localização de bag cheio deverá ser imediatamente informada à equipe do caminhão para que a mesma o recolha, evitando furto de materiais ou mesmo o esquecimento do bag com materiais. O bag cheio deverá ser acompanhado de um catador até seu recolhimento.

Comunicação:

Cada equipe (grupo) deverá dispor de aparelhos para comunicação entre o líder do grupo e o motorista do caminhão e o escritório da cooperativa.

Apresentação dos Catadores:

Os catadores deverão apresentar-se ao trabalho devidamente uniformizados e com os EPIs necessários, cuidando que sua aparência demonstre asseio. O uniforme será composto por calça comprida, camiseta com manga longa, calçado de segurança, chapéu tipo pescador. Os catadores deverão portar crachá de identificação conforme modelo a ser fornecido pela contratante.

EPIs

Os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) a serem utilizados são luvas apropriadas ao trabalho (em látex nitrílico) e colete refletivo tipo X. Complementarmente deverá ser utilizado protetor solar para a pele.

A não utilização dos EPIs , ensejará advertência e até solicitação para exclusão do catador do quadro da cooperativa, caso o mesmo se negue terminantemente a utilizar o equipamento.

Setores:

Para a coleta de materiais recicláveis porta a porta, a cidade foi dividida em cinco setores (relação anexa). Cada equipe ou grupo realizará a coleta em um desses setores, que por sua vez se subdividem em seis subsetores correspondentes a cada dia da semana, de segunda a sábado.



DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – Telefone: (16) 3324-9555 – Fax: (16) 3324-4571
CEP 14802-510 – ARARAQUARA – SP – CNPJ 44.239.770/0001-67
e-mail - info@daeararaquara.com.br Visite nossa página- www.daeararaquara.com.br

Roteiros:

Em cada subsetor será definido o roteiro ou seja, o trajeto a ser percorrido pelos catadores e o trajeto a ser percorrido pelos caminhões transportadores. Os locais de início, pausa para almoço e fim do roteiro serão claramente especificados.

Pontos de Apoio:

Os pontos de apoio são locais dotados de infra-estrutura mínima para atendimento das necessidades fisiológicas, de higienização e para que os catadores possam tomar sua refeição. Esses pontos podem ser edificações públicas ou privadas e seu uso adequado será controlado pela fiscalização.

Horários:

A atividade da coleta deverá começar todos os dias às 07h30min no ponto de início do setor. A jornada diária de trabalho será de 8 horas, com intervalo para o almoço, perfazendo um total de 44 horas semanais.

Divulgação e Comunicação:

A contratada deverá, sempre que solicitada, distribuir material informativo como panfletos e outros à população da área de atuação de cada grupo, sem prejuízo do serviço de coleta. A contratada deverá deixar em cada residência ou estabelecimento cujo morador ou responsável não se encontre notificação informando que o serviço passou no local naquele dia e horário.

Outras formas de comunicação e divulgação poderão ser utilizadas, a critério da contratante, como "jingles" nos caminhões, anúncios em rádios e jornais.

Regularidade do Serviço:

A contratada deverá primar pela regularidade, pontualidade e eficiência do serviço para que não haja reclamações da população quanto à execução do mesmo. A contratada deverá ter sempre pessoal de reserva para o caso de cobrir eventuais faltas dos catadores para não comprometer a eficiência do serviço.

Pontos Fixos:

A contratante colocará em pontos estratégicos da cidade, equipamentos para o recebimento de materiais recicláveis denominados PEV (Ponto de Entrega Voluntária). Será responsabilidade do grupo em cujo setor estes PEVs estiverem alocados, o recolhimento dos bags quando os mesmos estiverem cheios e colocação de um bag vazio no local.

No carregamento no caminhão o bag do PEV deverá ser identificado separadamente para posterior estatística.

Equipe de Coleta:

A equipe de coleta ou grupo, para cada setor deverá ser composta por sete catadores, um coordenador (líder de grupo) e dois catadores para carregar e organizar a carga no caminhão, num total de 10 pessoas. Válido para os grupos A, B, C e D. O grupo E trabalhará com dois catadores.

Metas:

A contratada deverá buscar alcançar as metas de produtividade estabelecidas pelo contratante, que são as seguintes.:

período	Quantidade mínima a ser coletada
Agosto a dezembro de 2008	150 t/mês
Janeiro a junho de 2009	200 t/mês
Julho a dezembro 2009	250 t/mês
janeiro a junho de 2010	300 t/mês
julho a dezembro de 2010	350 t/mês

As metas poderão ser revistas e adequadas a critério da contratante.



DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – Telefone: (16) 3324-9555 – Fax: (16) 3324-4571
CEP 14802-510 – ARARAQUARA – SP – CNPJ 44.239.770/0001-67
e-mail - info@daaararaquara.com.br Visite nossa página- www.daaeararaquara.com.br

Fiscalização:

A contratante exercerá fiscalização sobre a contratada para o fiel cumprimento do contrato e das disposições contidas em seus anexos. Poderá solicitar correções ou implantação de procedimentos, fazer advertências, solicitar substituição de catador que não esteja correspondendo às necessidades do trabalho, orientar os grupos e relatar todas as ocorrências que julgar pertinente.

Treinamento:

Embora a contratada (cooperativa) seja composta por catadores de materiais recicláveis e que portanto presume-se que conheçam o trabalho a ser realizado, será necessário que todos os que constituírem os grupos de coleta recebam treinamento que enfatize: **comportamento e relacionamento com o público; noções de segurança no trânsito; noções de segurança no trabalho.**

Os treinamentos deverão ser realizados por profissionais credenciados nas respectivas áreas.

Observações:

A última viagem, com os materiais recicláveis coletados no dia, deverá ser descarregada, incondicionalmente, no mesmo dia, não podendo em hipótese alguma o caminhão pernoitar carregado para descarga no dia seguinte.

21/08/2008



DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – Telefone: (16) 3324-9522 – Fax: (16)3324-4571
CEP 14802-510 – ARARAQUARA SP – CNPJ 44.239.770/0001-67 I.E. 181.323.924.112
e-mail - uas@daae.araraquara.com.br Visite nosso site- www.daaeararaquara.com.br

1º TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO 1643

As partes integrantes do Contrato Administrativo lavrado sob número 1.643, em 21 de Agosto de 2.008, de um lado o Daae - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ARARAQUARA e de outro a empresa **COOPERATIVA ACÁCIA DE CATADORES, COLETA, TRIAGEM E BENEFICIAMENTO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE ARARAQUARA**, nos termos da Dispensa de Licitação 005/2008 - Processo nº 1186/2008, de 20/08/2008, com fundamento no artigo 65, inciso II, alínea c da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, devido a necessidade da modificação da data do pagamento, RESOLVEM aditar o referido contrato, acrescendo-lhe a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 As partes de comum acordo decidem alterar o parágrafo 02.06 da Cláusula Segunda do Contrato, que passa a ter a seguinte redação:

“CLÁUSULA SEGUNDA- DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.06 Os pagamentos serão efetuados no dia 04 (quatro) do mês subseqüente à prestação dos serviços”.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 Permanecem inalterados as demais cláusulas, parágrafos e condições não modificadas pelo presente termo de aditamento.

E assim por acharem justas e contratadas as partes assinam o presente termo em 04 (quatro) vias, na presença de duas testemunhas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ARARAQUARA, 23 DE OUTUBRO DE 2008

Engº Wellington Cyro de Almeida Leite
Superintendente
CONTRATANTE

Srta Helena Francisco da Silva
Presidenta
CONTRATADA

Testemunhas:

1

JANE BELINELLI DA COSTA
Agente Administrativo
Matr. 1174

2





DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – Telefone: (16) 3324-9522 – Fax: (16)3324-4571
CEP 14802-510 – ARARAQUARA SP – CNPJ 44.239.770/0001-67 I.E. 181.323.924.112
e-mail - uas@daeararaquara.com.br Visite nosso site- www.daeararaquara.com.br

Licitação

2º TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO 1643

As partes integrantes do Contrato Administrativo lavrado sob número 1.643, em 21 de Agosto de 2.008, de um lado o Daae - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ARARAQUARA e de outro a empresa **COOPERATIVA ACÁCIA DE CATADORES, COLETA, TRIAGEM E BENEFICIAMENTO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE ARARAQUARA**, nos termos da Dispensa de Licitação 005/2008 - Processo nº 1186/2008, de 20/08/2008, devido a inclusão de 48 catadores, perfazendo um total de 144 cooperados e com fundamento no artigo 65, inciso II, alínea "d" da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, RESOLVEM celebrar o presente aditamento nas seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 As partes de comum acordo decidem alterar o subitem 02.09 da Cláusula Segunda do Contrato, que passa a ter a seguinte redação:

“CLÁUSULA SEGUNDA- DA EXECUÇÃO DO OBJETO

02.09.O valor mensal do presente contrato que é de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais), com o presente aditamento no valor de R\$ 15.750,00 (quinze mil setecentos e cinquenta reais), passa a ser de R\$ 78.750,00 (setenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 Permanecem inalterados as demais cláusulas, parágrafos e condições não modificadas pelo presente termo de aditamento.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ARARAQUARA, 19 DE NOVEMBRO DE 2008

Engº Wellington Cyro de Almeida Leite
Superintendente
CONTRATANTE

Srta Helena Francisco da Silva
Presidente
CONTRÁTADA

Testemunhas:

1

JANE BELINELLI DA COSTA
Agente Administrativo
Mat. 1174

2





Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Rua Domingos Barbieri, 100 - Caixa Postal, 380 - CEP 14802-510 - Araraquara/ SP
Telefone: (16) 3324 9555 - Fax: (16) 3324 4571 - 0800 775 1595
CNPJ 44.239.770/0001-67 - I.E. 181.323.924.112
www.daaeararaquara.com.br

GOVERNO POPULAR DE
ARARAQUARA
DESENVOLVIMENTO PARA TODOS

4º TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO 1643

As partes integrantes do Contrato Administrativo lavrado sob número 1.643, em 21 de Agosto de 2.008, de um lado o Daae - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ARARAQUARA e de outro a empresa **COOPERATIVA ACÁCIA DE CATADORES, COLETA, TRIAGEM E BENEFICIAMENTO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE ARARAQUARA**, nos termos da Dispensa de Licitação 005/2008 - Processo nº 1186/2008, de 20/08/2008, com fundamento nos artigos 57 inciso II e 65, inciso II, alínea "d" da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, devido a necessidade dos serviços e que os mesmos estão sendo realizados a contento, RESOLVEM aditar o referido contrato, acrescentando-lhe as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

As partes de comum acordo decidem alterar os parágrafos 02.03 e 02.09 da Cláusula Segunda do Contrato, que passam a ter as seguintes redações:

"CLÁUSULA SEGUNDA- DA EXECUÇÃO DO OBJETO

02.03 O prazo do Contrato é prorrogado até 20/08/2010.

02.09 O valor mensal que é de R\$ 78.750,00 (setenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais), com o aditamento baseado no índice do IPCA/IBGE referente a julho de 2009 de 4,50%, no valor de 3.543,75 (três mil, quinhentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), passará a ser de R\$ 82.293,75 (oitenta e dois mil, duzentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos)".

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalterados as demais cláusulas, parágrafos e condições não modificadas pelo presente termo de aditamento.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ARARAQUARA, 21 DE AGOSTO DE 2009


Engº Guilherme Ferreira Soares
Superintendente
CONTRATANTE


Srta Helena Francisco da Silva
Presidenta
CONTRATADA

Testemunhas:


1
JANE BELINELLI DA COSTA
UNID. DE COMPRAS DIRETAS
E LICITAÇÕES

2
